



**UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPEDE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SAMUEL FRANCISCO RABELO

“A INTOLERÁVEL COMPANHIA QUE ME FAÇO”: A PRESENÇA DAS
MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

**ARACAJU
2022**

SAMUEL FRANCISCO RABELO

“A INTOLERÁVEL COMPANHIA QUE ME FAÇO”: A PRESENÇA DAS
MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), na Linha de Pesquisa: Educação e Formação Docente, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

ORIENTADOR: Dr. Gregory da Silva Balthazar

**ARACAJU
2022**

R114i Rabelo, Samuel Francisco
“A intolerável companhia que me faço”: a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação / Samuel Francisco Rabelo; orientação [de] Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar – Aracaju/ SE: UNIT, 2022.

132 f. il; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes 2022

1. Produção de conhecimento. 2. Educação 3. Mulheres transexuais 4. Travestis 5. Solidão I. Rabelo, Samuel Francisco II. (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 37:392.6

Gislene Maria S. Dias CRB-5/1410



UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2022.

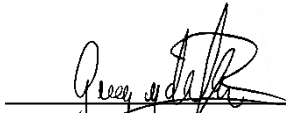
“A INTOLERÁVEL COMPANHIA QUE ME FAÇO”: A PRESENÇA DAS MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO



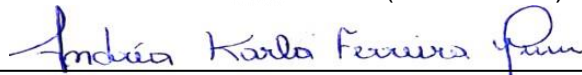
SAMUEL FRANCISCO RABELO
MESTRANDO

SITUAÇÃO: APROVADO.

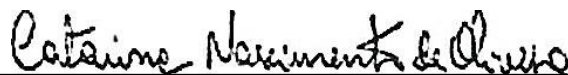
BANCA EXAMINADORA:



PROF. DR. GREGORY DA SILVA BALTHAZAR (ORIENTADOR)
UNIVERSIDADE TIRADENTES - (PPED/UNIT)



PROFA. DRA. ANDREA KARLA FERREIRA NUNES (EXAMINADORA INTERNA)
UNIVERSIDADE TIRADENTES - (PPED/UNIT)



PROFA. DRA. CATARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA (EXAMINADORA EXTERNA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (PROSS/UFS)



PROF. DR. AMILTON GUSTAVO DA SILVA PASSOS (EXAMINADOR EXTERNO)
PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS/ONU)

in Memoriam

Bia (28 anos). Assassinada em 12 de agosto de 2022.
Isabella Yanka (20 anos). Assassinada em 30 de julho de 2022.
Camila (43 anos). Assassinada em 24 de julho de 2022.
Lay (25 anos). Assassinada em 22 de julho de 2022.
Lara (34 anos). Assassinada em 13 de julho de 2022.
Cromada (32 anos). Assassinada em 27 de junho de 2022.
Lu. Assassinada em 22 de junho de 2022.
Amani Frieden (18 anos). Assassinada em abril de 2022.
Renata Ferraz (16 anos). Assassinada em 17 de abril de 2021.
Katiana. Assassinada em 22 de fevereiro de 2022.
Júlia (23 anos). Assassinada em 11 de fevereiro de 2022.
Sofia Gisele (22 anos). Assassinada em 11 de fevereiro de 2022.
Natasha (16 anos). Assassinada em 8 de fevereiro de 2022.
Paulinha. Assassinada em 23 de janeiro de 2022.
Steffany Melody (22 anos). Assassinada em 17 de janeiro de 2022.
Jasmyne (20 anos). Assassinada em 09 de janeiro de 2022.
Blenda Schneider (34 anos). Assassinada em 02 de janeiro de 2022.
Vitória Rodrigues (31 anos). Assassinada em 23 de outubro de 2021.
Raquele (28 anos). Assassinada em 14 de agosto de 2021.
Dandara. Assassinada em 13 de agosto de 2021.
Bruna Ciclone (24 anos). Assassinada em 11 de agosto de 2021.
Gil (33 anos). Assassinada em 07 de agosto de 2021.
Dani Sousa (27 anos). Assassinada em 09 de julho de 2021.
Fabiana da Silva Lucas (30 anos). Assassinada em 07 de julho de 2021.
Crismily Pérola Bombom (37 anos). Assassinada em 05 de julho de 2021.
Natasha Galvão (26 anos). Assassinada em 30 de junho de 2021.
Roberta da Silva (32 anos). Assassinada em 24 de junho de 2021.
Bebê. Assassinada em 22 de junho de 2021.
Kalyndra Nogueira da Hora (26 anos). Assassinada em 18 de junho de 2021.
Nicolly Xavier Azevedo (39 anos). Assassinada em 12 de junho de 2021.
Rubia Carvalho. Assassinada em 21 de maio de 2021.
Jaqueline Savieri (30 anos). Assassinada em 01 de maio de 2021.
Luana (20 anos). Assassinada em 26 de abril de 2021.
Yara Pereira dos Santos (24 anos). Assassinada em 17 de abril de 2021.
Milena Massafera. Assassinada em 10 de abril de 2021.
Marcinha Vaz. Assassinada em 08 de abril de 2021.
Madalena Leite (64 anos). Assassinada em 07 de abril de 2021.
Pietra Valentina (16 anos). Assassinada em 04 de abril de 2021.
Débora Loven Stayne (44 anos). Assassinada em 29 de março de 2021.
Lorena Muniz (25 anos). Assassinada em 21 de fevereiro de 2021.
Gerusa Reis. Assassinada em 15 de fevereiro de 2021.
Natasha Santos (16 anos). Assassinada em 08 de fevereiro de 2021.
Micheli de Almeida (45 anos). Assassinada em 28 de janeiro de 2021.
Keron Ravach (13 anos). Assassinada em 01 de janeiro de 2021.
Cheila (33 anos). Assassinada em novembro de 2020.
Nathalia Letícia (26 anos). Assassinada em 03 de outubro de 2020.
Branca (37 anos). Assassinada em 29 de agosto de 2020.
Bruna Passos (33 anos). Assassinada em 25 de junho de 2018.
Laysa Fortuna (25 anos). Assassinada em 18 de outubro de 2018.
Milanny Spencer (23 anos). Assassinada em 15 de abril de 2018.
Emanuelle Muniz (21 anos). Assassinada em 27 de fevereiro de 2017.
Dandara Katheryn (42 anos). Assassinada em 15 de fevereiro de 2017.

Dedico a você que rompe com os regimes de normalização. Lutemos contra o sistema.

No Luto há Luta!

Há Vida!

HOJE E SEMPRE...



Eu, Papel Amassado.

Por Samuel Francisco Rabelo

I

Eu vou contar a história,
De um menino sonhador.
Um pedaço de papel,
Transformado pelo amor.
Com o apego e dedicação,
De cada professor.

II

Sua infância era simples,
Alegre e sorridente.
Sem luxo, o papel amassado,
Sempre esteve presente.
Mesmo na simplicidade,
A educação o tornava diferente.

III

Curioso e questionador,
Ouvia o professor reclamar.
Que a educação pagava pouco,
E não era possível ensinar.
Mas que enxergava nas crianças,
O motivo para continuar.

IV

Em sua memória mais marcante,
No recreio estava a brincar,
Quando no lixo avistava
Muitos papéis para desenhar.
Com toda inocência os abraçou,
Até que não pudesse carregar.

V

Enquanto muitos riam dele,
A professora foi ao menino ajudar.
Via a felicidade nele estampada,

Dando papéis limpos para rabiscar.
Ali, saberia - frente a tantas piadinhas,
O pouco que era preciso para amar.

VI

Com a juventude veio as diferenças,
Que antes realmente não percebia.
Sobre os desafios e limitações,
Que a Educação Pública possuía.
Viu professores fazendo mágica,
Com o pouco recurso que existia.

VII

Conforme os anos passaram,
Aumentava a sua gratidão.
Do espaço que sempre lhe teve,
E que sempre lhe deu a mão.
E aos professores que nunca deixaram,
De acreditar na Educação.

VIII

Hoje ele se vê, como fruto da Educação,
O futuro de muitos, que nela não estão.
Entre trancos e barrancos,
Do conservadorismo à rebelião,
Hoje, o papel amassado,
Se reconhece parte desta Nação.

IX

Eu contei a história,
De um menino sonhador.
Um pedaço de papel,
Transformado pelo amor.
Com apego e dedicação,
Hoje, Professor.

Agradeço de sorriso aberto e olhar radiante...

À Deus e ao Universo. Esse grão de areia em meio a imensidão dos mares de sonhos existentes, aprendeu a nadar nas mais fortes correntezas. Ao Destino, que me permitiu passar por tantos locais para que, hoje, possa estar aqui.

À Universidade Tiradentes, berço da minha formação superior, que possibilitou o desenvolvimento dessa pesquisa sem correntes ou prisões. Meus agradecimentos ao Programa de Apoio Institucional à Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Tiradentes (PROCAPS/UNIT) por garantir a isenção da mensalidade, e a concessão de bolsa de estudos no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A Educação Vive!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) pelo acolhimento e ética durante todo o processo de atividades do mestrado. Abraço fraterno às/aos queridas/os professoras/es. Agradeço a Cleverton por toda atenção na parte administrativa do programa. Obrigado a todos/as pela sensibilidade e respeito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por conceder a bolsa de estudos, permitindo mudar a rotina maluca entre trabalho e estudos, possibilitando uma formação de qualidade e com um olhar crítico, atento às realidades que integram a Educação no Brasil.

À Banca Avaliadora, nas pessoas das professoras, Dra. Andrea Karla Ferreira Nunes e Dra. Catarina Nascimento de Oliveira; e do Prof. Dr. Amilton Gustavo da Silva Passos - que me permitiram ter a honra de suas valiosíssimas contribuições durante todo o percurso, passando pelas disciplinas obrigatórias, as tantas indicações teóricas, pelo exame de qualificação e, agora, à defesa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar. Não há palavras para agradecer toda ajuda, paciência e sensibilidade aos desafios. Obrigado por acreditar nesse processo, confiando seu tempo, esforços e a escuta. Agradeço por me guiar, mostrando novos desafios e possibilidades de se pensar e fazer educação nos estudos de gênero. O Norte desse trabalho só foi possível graças ao seu olhar atento e sensível a tudo aquilo que me constituiu nesse percurso.

Ao meu Pai, Vitor Rabelo (*in memoriam*) que jamais deixou de acreditar nos meus sonhos. E que, quando eles pareciam altos demais, me orientava a voar – “Vai com medo mesmo”. Sua presença e força me deram ousadia para ultrapassar à margem. Duro na queda, por vezes confuso, mas, sempre atendo a tudo que me

cercava, tal qual um Leão, pronto para enfrentar o que fosse possível e até mesmo o impossível para me ver feliz, para me ver voar. Sei que o senhor está me vendo.

Às minhas Mães, Nielze (Mainha) e Valdenice (Tia Nicinha), por reconhecerem que, hoje, me permito ser feliz. Pelas inúmeras vezes que abdicaram de algo para que eu pudesse estudar. Por todos os cuidados, carinhos e afetos. Obrigado pela paciência nas horas de angústia e pelo colo quando as lágrimas teimavam em cair. Se estou vivo é porque vocês me deram a vida. Cada conselho, cada bronca, possui um lugar especial em minha trajetória. O “Eu te Amo” é pequeno, comparado ao que sinto.

À minha irmã, Kátia Rabelo, que sempre me empurrou para os estudos, mesmo quando não acreditava ser capaz ultrapassar meus limites. Aos meus sobrinhos, Gabriel, Caroline e Julia. O tio ama vocês e está aqui para garantir que sejam livres, sonhando e voando sob as mais altas montanhas. Estudem, respeitem o próximo e jamais, jamais desistam daquilo que acreditam. Estou de braços abertos para amá-los.

Aos familiares e amigos que com o tempo enxergaram o universo que sempre esteve ao meu redor e não mediram esforços para que tudo isso se concretizasse. Obrigado pelos conselhos e pela fé. Abraços as minhas tias, tios, primos e primas. Meus eternos agradecimentos a Franciel Felix. Meu melhor amigo e irmão presente para a vida. Aos conselhos e puxões de orelha de Adriana Lohanna, Noelha Rosa, Angela Deise, Talita Ferreira. Amo vocês.

Às Companheiras e Companheiros do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS/UFS) por todo incentivo e compreensão durante esse tempo entre a realização da graduação e do mestrado concomitantemente. Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG) e ao Núcleo de Pesquisas e Ações da Terceira Idade (NUPATI), pelos espaços cedidos e por tantas provocações feitas ao longo do tempo.

Um afetuoso abraço à minha orientadora da vida, Profa. Dra. Catarina Nascimento Oliveira, que não mede esforços para romper com todo regime de normalização e conservadorismo ainda presentes no Serviço Social e na sociedade. Sua escuta, por vezes me permite recuar e analisar o terreno onde piso. Agradecimento especial às/aos queridas/os professoras/es, Dra. Maria Helena Santana Cruz; Dra. Vera Nubia Santos; Dra. Silmere Alves Santos; Dra. Dra. Noêmia

Lima Silva; Dra. Nelmires Ferreira da Silva; Dr. Paulo Roberto Félix dos Santos. Às minhas amáveis e eternas professoras do DSS, Dra. Clarissa Andrade Carvalho; Dra. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Lica) e Dra. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos.

Às/Aos Camaradas do Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anizia Góis Araújo, que fizeram parte comigo da Gestão: “Liberdade é Não Ter Medo. Resistiremos!”. Aos amigos que a vida me deu na UFS. Abraço especial a Fabiane Ferreira (Fabi), Osvaldina Dantas (Dina), Monyce (Mony), Theodoro Barreto (Théo), Sandra Blanco, Luanna Caldas, Marciele Custódio, Catiane Andrade, Mylena da Silva, Luana Azevedo, Laíssa Eduarda, Gislayne Rocha, Joelma Seara, Maria Suelen, Cecília Andrade, Pamela Stefani, Thiago Gois, Edenia Gouveia, Kamila Layara, Walter Luis.

Às/Aos colegas e professoras/es do Curso Preparatório para Seleção de Pós-Graduação, realizado desde 2019 na Universidade Federal de Sergipe e coordenado pela Profa. Dra. Tereza dos Santos Martins; onde tive a oportunidade de participar em sua primeira edição enquanto egresso da rede pública de ensino. Graças ao curso pude me imaginar na pós-graduação e provocar novos sentidos para ocuparmos as trincheiras da educação.

À Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) pelo exímio trabalho que tem desenvolvido com vista defesa intransigente dos Direitos Humanos das pessoas transexuais, travestis e não binárias. A história nos mostra o quão importante tem sido as percepções provocadas pela associação ao longo dos anos e como ainda temos que evoluir na busca pela justiça social para a população trans* no Brasil.

À eterna criança que habita em mim, pela força de vontade em viver a mais deliciosa Vida. Tenho a obrigação de ser feliz. Nada e nem ninguém está acima disso. Desistir? Nunca será uma opção.

E, por enquanto, até um outro momento, agradeço a você.



A revolução vai ser travesti!
A revolução vai ser transgênera!
Linn da Quebrada.

RESUMO

A dissertação que por ora apresentamos, desenvolvida a partir da linha de pesquisa – Educação e Formação Docente, tem como objetivo geral: analisar a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. Mais do que isso, e pensando em um recorte do presente tema, delimitou-se, enquanto objeto de estudo, a solidão que se constitui como dimensão ontológica da violência que marca os corpos de mulheres transexuais e travestis, atravessando seus processos educativos. Ao pensarmos o lugar onto-epistemológico dos corpos de mulheres transexuais e travestis – seja como pesquisadoras, seja como sujeitas pesquisadas no campo dos estudos de gênero em educação; e mediante uma abordagem implicada ao pós-estruturalismo, empreendemos uma análise da solidão como modo de subjetivação a partir da produção do conhecimento no Grupo de Trabalho 23- Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (2004-2019) e, também, de trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação em Educação disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações (2010-2021). Para tanto, elegemos uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental que possibilitou o alcance dos seguintes objetivos específicos: 1) mapear a presença de uma solidão epistêmica na produção do conhecimento do GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (2004-2019); 2) analisar a realidade das escrituras de mulheres transexuais e travestis nos Programas de Pós-Graduação em Educação a partir do Catálogo de Teses e Dissertações do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2010-2021); 3) discutir a presença de mulheres transexuais e travestis para o avanço do contexto educacional na luta pelo alcance de uma inteligibilidade de gênero; 4) Identificar a solidão no campo da educação como uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis. Os resultados denotam que, a solidão no campo da educação se constitui entre os muitos atravessamentos das violências que perpassam os corpos de mulheres transexuais e travestis em seus processos educativos, incidindo direta e indiretamente na presença e no protagonismo dessas mulheres na/para a educação, e, conseqüentemente, na produção do conhecimento científico. Ao remetermos aos questionamentos de quem tem se debruçado à escrita sob as experiências de mulheres transexuais e travestis e quem são esses corpos, nos deparamos com a produção de um saber ainda cisgenerificado, tencionando a noção de uma solidão epistemológica que pode estar presente à realidade dessas mulheres na educação. Consideramos reconhecer na produção do conhecimento em educação um lugar de disputa, além de um caminho para explicarmos a relação entre a violência e a solidão que se manifesta no processo pedagógico sob as experiências de mulheres transexuais e travestis.

Palavras-chave: Produção do conhecimento; Educação; Mulheres transexuais; Travestis; Solidão.

ABSTRACT

The dissertation that for now we present, developed from the line of research - Education and Teacher Training, has as general objective: to analyze the presence of transsexual and travestis in the field of education. More than that, and thinking of acut of the present theme, delimited as object of study, the solitude that constitutes itself as an ontological dimension of violence that marks the bodies of transsexual and travestis women, crossing their educational processes. When we think about the place of the bodies of transsexual and travestis women - either as researchers, or as subjects researched in the field of gender studies in education; and through an implicated approach to the poststructuralism, we undertake an analysis of loneliness as a mode of subjectivation from the production of knowledge in the 23-Gender, Sexuality and Education Working Group of the National Association of Postgraduate and Research in Education - ANPEd (2004-2019) and also of works defended in Postgraduate Programs in Education available in the Catalog of Theses and Dissertations (2010-2021). To do so, we chose a qualitative research of the bibliographical and documentary type that enabled the achievement of the following specific objectives: 1) map the presence of an epistemic loneliness in the production of knowledge of the GT23 - Gender, Sexuality and Education of the National Association of Postgraduate and Research in Education - ANPEd (2004-2019); 2) to analyze the reality of the writings of transsexual and travestis women in the Post- Graduate Programs in Education from the Catalog of Theses and Dissertations of the Center for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES (2010-2021); 3) discuss the presence of transsexual and travestis women for the advancement of the educational context in the struggle for achieving gender intelligibility; 4) Identify loneliness in the field of education as a dimension of violence of the matrix of gender intelligibility that ontologically marks the lives of transsexual and travestis women. The results show that loneliness in the field of education is among the many crossings of violence that permeate the bodies of transsexual and travestis woman in their educational processes, directly and indirectly on the presence and protagonism of these women in/for education, and consequently in the production of scientific knowledge. When we refer to the questions of those who have focused on writing under the experiences of transsexual and travestis woman and who these bodies are, we are faced with the production of a knowledge still cisgenerified, the notion of an epistemological loneliness that can be present to the reality of these women in education. We consider recognizing in the production of knowledge in education a place of dispute, as well to explain the relationship between violence and loneliness that manifests itself in the pedagogical process under the experiences of transsexual and travestis women.

Keywords: Knowledge production; Education; Transsexual women; Travestis; Loneliness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASSMAGA	Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anizia Góis Araújo
COVID-19	Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2
CTC-ES	Conselho Técnico Científico da Educação Superior
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexos, Assexuados e demais identidades e orientações de gênero/sexuais
MEC	Ministério da Educação
NEPING	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero
PPGED/UFS	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIT	Universidade Tiradentes

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figura 1 - Cena do clipe “Forever Yong – Alphaville” interpretado pela Liniker	18
Quadro 1 - Distribuição de artigos publicados no GT23 da ANPEd (2004-2019)	50
Gráfico 1 - Autores/as que apresentaram ao GT23 sob as experiências trans	60
Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação em Educação que possuem Ações Afirmativas para pessoas trans *	86
Quadro 3 - Trabalhos publicados no repositório do Catálogo de Teses e Dissertações com foco às experiências de mulheres transexuais e travestis (2010- 2021)	98
Quadro 4 - Trabalhos produzidos por mulheres transexuais e travestis no âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil (2010-2021)	99

SUMÁRIO

1 TEMPO DE TRAVESSIA: ENTRE CAMINHOS E ALIADAS	17
1.1 O Abrir dos olhos.....	18
1.2 Quando alianças se formam	22
1.3 A Partilha.....	25
2 PRODUÇÃO TRANS: UM OLHAR A PARTIR DO GT23 – GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO DA ANPED (2004-2019).....	42
2.1 Pesquisar em Educação: brevidades acerca da importância desse espaço político para o avanço do campo educacional brasileiro.....	43
2.2 A produção do conhecimento sob as experiências trans na/para a Educação: aproximações e afetos	49
2.3 E se pensarmos a solidão como um atravessamento da violência de gênero na educação contra mulheres transexuais e travestis?	61
3 ASCENSÃO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (2010-2021).....	74
3.1 A Pós-Graduação em Educação no Brasil: um olhar à inteligibilidade de gênero para o avanço do contexto educacional.....	80
3.2 O que a ausência do protagonismo do corpo fora da norma nos diz?: o epistemicídio e uma realidade às mulheres transexuais e travestis.....	92
3.3 Entre “palcos”: a produção do conhecimento de mulheres transexuais e travestis na Pós-Graduação em Educação (2010-2021)	97
4 ALGUNS ENCONTROS: PARTILHANDO AFETOS.....	110
5 A GUIA DE UM ATÉ BREVE	121
REFERÊNCIAS.....	123

**TEMPO DE TRAVESSIA:
ENTRE CAMINHOS E ALIADAS**

SEÇÃO I

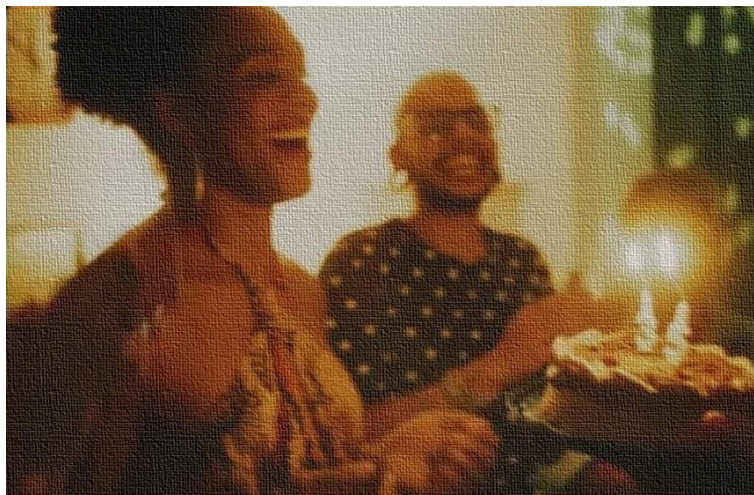


Figura 1 – Cena do clipe “Forever Yong – Alphaville” interpretado pela Liniker.

Fonte: Compilação do Autor¹

1.1. O abrir dos olhos

A intolerável companhia que me faço.
Preciso dos outros para não chegar àquele
ponto altamente intolerável do encontro comigo.
Eu sou exatamente: zero.

Clarice Lispector.

Ousemos, a partir de percepções iniciais acerca dos (des)caminhos pelos quais as transexualidades e as travestilidades têm sido difundidas nas diferentes sociedades, sobretudo às pertencentes do “Sul Global”², realizar um convite de maneira muito sensível e objetiva, a pensarmos à luz de Lispector - a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. As experiências de sujeitas outras que ao longo do tempo, com uma maior evidência à virada do século XXI emergiram dos não-lugares, tal como a flor de lótus - com suas raízes fixadas na lama e que sobe até a superfície para florescer, sob lutas diárias e acirradas ante “[...] o direito de existir, ou, mais precisamente, o direito à vida em sua essência de potência criadora” (ROLNIK, 2018, p. 24). Existir. Resistir. Persistir. O que nos toca talvez seja justamente a ausência e/ou a evidência do não desistir.

Aqui, confiamos encontrar mulheres transexuais e travestis tecendo suas escritas, seus olhares, potencializando assim, trabalhos a partir da carne, ratificando

¹ Imagem retirada de vídeo no *YouTube*, intitulado: “35 | Liniker – Forever Yong”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5KHta5xSdys&list=RD5KHta5xSdys&start_radio=1 .

² A utilização do termo refere-se tanto aos países do Terceiro Mundo quanto aos países em desenvolvimento, e que no âmbito dos estudos pós-coloniais constituem a periferia colonial ou ainda semicolonial. Para um maior aprofundamento, ler Visentini (2015).

a existência dessas pessoas para além do “tolerável” – servindo enquanto “corpo-objeto de prazer do macho senhor” (EVARISTO, 2005, p. 2), chegando em suas “escrevivências³” como estratégia político-discursiva em diferentes densidades e resistências. Sujeitas que nos rasgam ao serem lançadas em complexos de violências e silenciamentos, nos convidando a despir-nos de todos os medos, receios e previsões acerca do “novo” que se traduz em evidências - gritando sob chamas que resistem aos mais acentuados atravessamentos de uma matriz ainda herdeira de modos operantes que deslegitimam suas identidades, seus corpos e seus afetos; logo, a produção de suas experiências para além das inúmeras manchetes a respeito de assassinatos diários (não só físicos, mas assassinatos que dizem também de silenciamentos que recobrem os corpos trans de uma inelutável marginalização).

Operando no diferente do que se tem maior abrangência no campo da educação, seguimos nos apoiando na ideia de que “a diferença é o que vem primeiro e é ela que devemos fazer proliferar em nossas pesquisas” (PARAÍSO, 2014, p. 33). Apenas um olhar, mesmo que distante, mas que possibilite o pensar sob uma dimensão ontológica da solidão na vida de mulheres transexuais e travestis⁴, percebendo as notórias ausências e/ou fragilidades dessas experiências dissidentes de gênero em espaços que evidenciam tal potência entre as identidades humanas.

Nosso primeiro salto é problematizar, e torcemos que seja uma verdadeira insurgência sob os regimes de normalização, pois buscamos, conforme apreende Berenice Bento (2017) levantar questões fundamentais a respeito do que nos propomos, deslocando olhares à uma potente diáspora. Neste encontro de escritas outras, de vidas que se cruzam, que importam e se importam, e, que por vezes, são lidas como não-vidas, emergimos de um lugar onde as cortinas tendem a se abrir sorrateiramente, provocando assim, diferentes reações e expectativas, ainda mais quando ocupamos locais onde a produção do saber e do conhecimento científico é evidenciada em estruturas por vezes rígidas e impenetráveis.

³ Nos debruçamos ao conceito de “escrevivência” a partir da linguista e escritora brasileira, Maria da Conceição Evaristo de Brito, que traz tal neologismo como uma escrita a partir da vivência, enquanto um processo de resistência no campo político-discursivo de um espaço “não-negociável” de uma língua e linguagem que historicamente a cultura eurocêntrica impõe sobre a cultura negra. Para um maior aprofundamento, ler Evaristo (2009).

⁴ Souza & Prado (2019), diferenciam as identidades travesti e transexual mediante a maneira como a pessoa atribui a sua questão identitária nessas categorias.

Lembro-me que, quando criança, costumava correr e brincar. Solto ao vento, sem preocupações que não fossem a de viver uma infância feliz, mesmo com todos os aprofundamentos que compunham a cena de vida de quem, desde cedo, olhou na escrita, uma possibilidade de reescrever a realidade. Lá nos auge dos meus 10 anos de idade, era como se nada mais importasse, pois, o lápis e o papel, mesmo que gastos por tantos apagões de erros feitos, acabavam tornando-se meus aliados. Ainda me recordo dos papeis – sulfite, vegetal, manteiga, brancos e coloridos, por vezes já desenhados e que fazia questão de reutilizar, por achar que sempre poderia complementar algo; outras vezes por não ter mais papeis disponíveis em dado momento.

Provocar a realidade sempre fez parte de mim, permitindo descobrir-me enquanto criança, adolescente, adulto e redescobrir-me enquanto ser político, pessoa periférica, professor, educador, impulsionado em berço cristão e que, sem nenhuma modéstia, rasgou muitas cortinas que impediam a minha atuação como ator principal, sendo o protagonista de tudo aquilo que sempre enxerguei como parteconstitutiva da vida – a produção da minha própria história.

Assim, ao me reconhecer inicialmente como estudante da rede pública de ensino que desde a pré-escola sempre encontrou inúmeros motivos que servissem como um processo de disputa entre o que se poderia fazer, ou não, levando em conta o território que ocupava, jamais - e disso tenho bastante orgulho, me coloquei em um lugar de infelicidades, onde nada fosse possível de alcançar, senão o bojo de encerrar meu processo de educação formal no ensino médio.

Mais uma vez, descortino aquela ideia do fim, passando a enxergar o tempo de alguém que possa empenhar-se na produção do conhecimento, sobretudo vivendo à luz de limites ainda existentes, inclusive na escrita. Até hoje, quando penso no caminho que trilhei, costumo voltar aos papeis. Muitos se perderam com o tempo, outros, estão guardados juntamente com cadernos pequenos, onde os primeiros rabiscos formavam letras e ali, forjava-se o humano na escrita. O tempo foi bom, visto que os riscos viraram garranchos, precisando ocupar-me tempos em tempos dos antigos cadernos de caligrafia.

O que quero dizer com essa imersão inicial? É que o tempo se encarrega de nos mostrar o quanto podemos evoluir enquanto qualquer noção de potência humana que habitamos. Mostrando isso, passamos a enxergar que, após imergirmos nessa cena tão rápida e intensa que é a vida, devemos sempre, sem

pensar duas vezes, realizar travessias em caminhos por vezes pedregosos, mas, que assim como em um rio, sempre será possível se deixar boiar, mesmo que levados pela correnteza.

Não havia uma amiga transexual ou travesti que sentasse comigo no recreio, ou que fizesse os trabalhos escolares, ou ainda que pulasse o muro da quadra escolar para brincar; mesmo sabendo que essas mulheres assim como as demais pessoas se constituem como “[...] seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história [...]” (DAYRELL, 2001, p. 1). Elas simplesmente não estavam ali, ou, se estavam, adormeciam em rígidas estruturas ainda presentes em nossa sociedade.

Hoje, formado o humano e tecendo o pesquisador, me vejo em um lugar onde tudo passa a fazer sentido. Na academia, somos convidados/as a questionar o pensamento, a nossa própria existência, logo, a experiência de viver o prazer de ser tão confuso, humanos. Dito isso, passo a enxergar a vida de mulheres transexuais e travestis quando ao adentrar como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, levando em conta que “a teorização cultural e social, os movimentos sociais, a pedagogia e a educação não podem ser mais os mesmos” (PARAÍSO, 2004, p. 29). Retomo à memória e me dou conta de que essas vidas não estavam presentes à minha realidade da época escolar como hoje em dia e que hoje, passam a ocupar lugares antes negados, ainda tendo que, diariamente, provar que são merecedoras de experienciar tais espaços como a escola, a universidade e a produção de suas experiências a partir de seus olhares e escritas desafiadoras.

Percebo, com isso, que, do que deduzimos ao longo de todo processo formativo, se faz mais urgente reconhecer as potências que emergem de memórias outras, de vidas pouco pensadas, que continuam a viver, mesmo a longas distâncias enquanto sujeitas atuantes. Cenários se formam, e, hoje, já não há espaço para uma educação que não busque questionar o sujeito centrado, centro do pensamento e da ação. Aqui, promovemos o reconhecimento de mulheridades e feminilidades plurais que incendeiam nossas acomodações, realizando um chamado ao pensar a educação como um território constitutivo da vida social.

Em outros termos, experiências que atravessam mulheres transexuais e travestis em uma sociedade abraçada por noções fixas de gênero de quem pode ser

considerada como humana ou não, e, ainda, as penalidades cabíveis a todas as noções que rompam com a “cisheteronormatividade”.

1.2. Quando alianças se formam

Minha relação com o “universo trans”⁵ ocorre de uma maneira muito agradável, dada a partir de um envolvimento diário com o movimento estudantil e LGBTQIA+, sobretudo, durante minha formação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em meados de 2017, onde passo a colaborar como voluntário junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG), e que algum tempo depois, pude atuar enquanto bolsista junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Neste espaço, encontrei aliadas, professoras, amigas, pessoas humanas que me mostraram um caminho, que, particularmente, me encontro com muita magia - a produção e a crítica do conhecimento científico. Enquanto aluno de um curso historicamente presente em diversas frentes de lutas sociais e na defesa intransigente dos direitos humanos, ingresso no Movimento Estudantil no Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Góis Araújo (CASSMAGA), espaço político onde meu carinho, respeito e admiração são resultantes de um intenso trabalho realizado com os/as alunos/as que ali se encontravam na Gestão “Liberdade É Não Ter Medo. Resistiremos!”.

Ao longo desse processo formativo, tive a oportunidade de cursar a disciplina Antropologia I, onde desenvolvi juntamente com dois colegas de curso, uma pesquisa sobre o “Acesso e Permanência de Travestis e Transexuais na UFS”. Nesta pesquisa, buscamos analisar no contexto acadêmico da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - a experiência de discentes integrantes da População “T” (Transexuais e Travestis), com relação à adoção do nome social enquanto reflexo da personalidade do SER social. O trabalho de campo ocorreu com a aplicação de um questionário com 100 alunos, oriundos de diversos cursos da UFS. As perguntas foram elaboradas a partir das principais dúvidas que pudessem surgir a respeito do uso do nome social e a presença da População “T” finalizando com entrevistas

⁵ Segundo Benedetti (2005, p. 17) “o universo *trans* é um domínio social no que tange à questão das (auto)identificações”.

realizadas com 06 discentes de cursos de graduação e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado da instituição.

Tal processo me aproximou dessa população, com maior abrangência às mulheres transexuais e travestis, e a partir desse momento, passo a buscar uma formação ligada às discussões sobre tais realidades em diferentes espaços, iniciando pelo contexto escolar. Já possuía um certo carinho teórico pela Antropologia, sendo significativamente aumentado a partir dessa pesquisa. Um olhar outro passa a constituir-me enquanto aluno, pesquisador e profissional. Passo a entender, conforme nos direciona o Sociólogo, Richard Miskolci (2020, p. 22) que “as normas sociais não escolhem sujeitos, elas se impõem a todos e todas, mesmo àqueles e àquelas que jamais conseguirão atendê-las”.

A transexualidade e a travestilidade se tornam parte de minha caminhada, tanto na academia quanto na formação política que passo a construir, sempre de maneira muito ética e com o objetivo de contribuir para o avanço das discussões e principalmente, para o respeito à essas identidades femininas, além de criticar, enquanto sujeito oriundo da identidade cisgênera, todas as normas ainda rígidas em nosso contexto; seja acadêmico, político, cultural, e até mesmo econômico. Alianças são forjadas, passo a conviver com amigas do “universo trans”, ocupando espaços políticos e que garantissem o meu aprofundamento teórico e político nesse campo de disputa ainda embrionário para muitas áreas do conhecimento.

Ao ser aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIT, chego com um olhar totalmente diferente do que possuo hoje. Entro com o pensamento de discutir a realidade de professoras/es travestis e transexuais na rede pública de ensino de Aracaju. Sendo um “Cria” de políticas públicas que sou, a escola apareceu como algo que me incomodava sob o público citado. Com muita sensibilidade, ousadia e uma pitada de humor, encontro o Sulista que já havia indicado como possível orientador, me sendo apresentado pela Profa. Dra. Maryluze Siqueira, que outrora, foi minha professora durante a graduação em Letras na UNIT.

Ao saber do tipo de abordagem que eu pensava em fazer para a construção do projeto de pesquisa, recordou-se desse viajante nato que chegou na UNIT durante o término de seu doutoramento em educação. Após passar por todo processo de seleção e marcar uma reunião de orientação, logo de cara, recebo: “Você tem certeza de que deseja pesquisar sobre travestis e transexuais na escola?”

Você não parece querer pesquisar sobre isso não!” Um choque inicial, susto de primeira viagem no mestrado.

Fui convidado para participar de um evento na universidade antes do início das aulas, e, ali, durante uma boa conversa com o orientador, chegamos à solidão de mulheres transexuais e travestis na vida social como um atravessamento da violência de gênero, emergindo assim uma proposta de objeto de estudo. Mudanças aconteceram, sobretudo pelo advento da pandemia da COVID-19 (*Sars-Cov-2*) em todo o mundo. As mais de 650 mil mortes no Brasil tensionam um complexo de sentimentos e revoltas. Desta forma, chegamos ao sentido de nos debruçarmos sob a produção do conhecimento em educação a partir das experiências de mulheres transexuais e travestis, apontando inclusive reconhecer a crescente evolução no campo da educação a partir da “constante presença de pessoas trans na vida universitária, sejam estudantes de graduação ou pós-graduação, ou professores/as” (BENTO, 2017, p. 6).

Adequamos o objeto de estudo, a metodologia, os objetivos e tantas outras mudanças ao longo desses dois anos; todavia, sempre mantivemos o olhar sob essas mulheres que em seus corpos e experiências “denunciam, implícita ou explicitamente que as normas de gênero não conseguem um consenso absoluto na vida social” (BENTO, 2017, p. 15). Isso me despertou, precisava de aprofundamento teórico, ainda mais em uma perspectiva diferente do caminho que trilhei durante todo meu processo formativo. O diferente não podia deixar de me atravessar em mais esse processo formativo de vida, de afetos e de denúncias.

Compactuamos com a reflexão do Prof. Dr. Amilton Gustavo da Silva Passos (2014) que garante o encontro do fenômeno estudado com uma metodologia que vá de encontro às respostas das perguntas que surgissem na pesquisa. Com isso, damos espaço ético, político e metodológico para a perspectiva pós-estruturalista, em que encontramos amparo para torcer diálogos sobre o universo que integra as experiências de mulheres transexuais e travestis na educação e “aquilo que já foi produzido sobre ele, para aí estranhar, questionar, desconfiar” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 19). Vimos com o tempo, um espaço de afeto, mas também de confrontos com nossas próprias experiências.

Por vezes, questionei e ainda questiono a liberdade que possuo em escrever com olhar e às experiências que inúmeras vezes são violadas durante um simples encontro, uma saída para aproveitar um final de semana. Já perdi as contas

de quantas vezes tive que intervir do lugar que busco não ocupar para garantir que amigas minhas e até mesmo desconhecidas não sejam violadas. Visto que inspirações, como pontua Paraíso (2014, p. 27) “podem vir de qualquer coisa e lugar e em qualquer momento” trago uma escrita mais próxima da realidade que me deparei ao ler textos riquíssimos, que por vezes foram escritos sobre mulheres transexuais e travestis, mas pouquíssimas vezes produzidos por elas.

Trago os incômodos de sentir a felicidade em ver mulheres transexuais e travestis adentrando a universidade, sabendo que enfrentaram verdadeiros “Golias” para ultrapassar o ensino médio; e tristeza, ao saber que muitas delas têm evadido por tantos atravessamentos que integram um escopo de violências físicas, simbólicas e estruturais em seus processos formativos.

1.3. A Partilha

Em *Cena*, Stella Carvalho. Professora, escritora, travesti, preta e periférica, que em sua primeira obra independente entre ritos e poesia, intitulada “A Mantenedora do Ritual”, diz que no entendimento da intensa labuta de estar viva, por vezes sem sentido, “Os fragmentos se debatem numa tentativa desesperada de reencontro, pois não há sobrevivência isolada no alto-mar que tem sido a nossa existência” (CARVALHO, 2021, p. 5). Se antes pensava a existência de mulheres transexuais e travestis, confinadas ao “permitido”; visualizo que, hoje, em todo esse caminho entre as muitas amizades e experiências de afetos que possuo com essa população, algo passa a me incomodar.

Ao que parece, há uma referência de um possível silêncio na academia, o silêncio dos lugares não ocupados por mulheres transexuais e travestis, ou seja, “o silêncio das cicatrizes que falam, gritam, desordenam a ordem naturalizada dos gêneros [...]” (BENTO, 2017, p. 15) nas muitas dimensões da vida de dessas identidades femininas. Por vezes tímido, por vezes calado - e por vezes avassalador, mas o silêncio está ali, em ações, na vivência, na escrita, no não-lugar, nos espaços de poder e controle social. Ele existe e por sua existência nos compomos de urgências. Assim, constituímos é o nosso objeto de pesquisa - a análise das experiências das mulheres transexuais e travestis no campo da educação.

Não busco, aqui, apresentar uma escrita que desmereça qualquer avanço na atuação de mulheres transexuais e travestis na educação, enquanto campo de pertencimento político e profissional, mas, realizar um convite à reflexão de alguns incômodos que ao longo do tempo tem moldado essa pesquisa - por vezes reiniciada, perdida frente a tantos atravessamentos que integram a realidade desse mestrandado que vos escreve, mas que passaram a promover, de fato, vários desmoronamentos. Lemos, produzimos - e, atualmente, percebemos um aumento, ainda que rarefeito da produção do conhecimento sobre transexualidades, travestilidades, transgeneridades, realizados por e com mulheres transexuais e travestis e não apenas sobre essas experiências de gênero femininas.

Aqui, apoiamo-nos em autoras e autoras como Marlucy Paraíso (2014, p. 37) que nos apresenta estratégias para a metodologia de pesquisas pós-críticas. Segundo a autora, um dos grandes pressupostos para a realização dessas pesquisas está no procedimento de “montar, desmontar e remontar o já dito!”. Temos noção dos lugares que mulheres transexuais e travestis têm ocupado na educação e um deles, a produção, realmente nos inquieta, despertando olhares sensíveis e necessários; - inclusive, para o avanço do contexto educacional no que tange tais experiências.

Com isso, buscamos trazer para essa prática de escrita “um trabalho coletivo de pensamento-criação” (ROLNIK, 2021, p. 25) para que não tão distante - possamos chegar a um equilíbrio, sabendo que mulheres transexuais e travestis não estão sendo limitadas apenas a caber à academia como público alvo das pesquisas; mas devem, necessariamente, estar em todos os cantos e fronteiras, produzindo suas próprias escritas, nos mostrando uma escrita a partir da carne, do sangue que por décadas corre ao ser expulso de seus corpos. A escrita aqui tensionada na e para a educação, se traduz na emergência de enxergarmos como a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação tem sido constituída sob vidas por vezes silenciadas, sequer consideradas como vidas e quem são os corpos, protagonistas dessas escritas.

Levamos nossos olhares à noção de existência ao instante que buscamos evidenciar a construção, por exemplo, de referências docentes às experiências de

mulheres transexuais e travestis, como a Profa. Dra. Dani Balbi⁶; a Profa. Msc. Letícia Carolina do Nascimento⁷; a Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus⁸; a Profa. Ma. Adriana Lohanna dos Santos⁹. Elas são algumas de um movimento de mulheres transexuais e travestis que tem ganhado força na/para a educação brasileira. Assim como outras, elas abrem caminhos e não são as únicas. Para evidenciar a esperança que surge em cada linha desta pesquisa, reverenciamos a obra “Oração” da cantora-compositora, Lina Pereira dos Santos, ou, comumente conhecida, Linn da Quebrada, no entorno de um potente clamor que declama: “[...] Determino que termine em nós e desate. E que amanhã, que amanhã possa ser diferente para elas. Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções”.

Assim, constituímos a nossa justificativa e que buscaremos tratar mais à frente de uma maneira muito direta e sem academicismos. Escrevo para todo/a e qualquer leitor/a que enxergue no campo dos estudos de gênero em educação uma possibilidade de pensar, agir - e, por que não dizer, aperfeiçoar a produção do conhecimento, considerando reconhecer a potente presença de mulheres transexuais e travestis na/para a educação; ressignificando a história e lutando por uma pedagogia transviada, onde tais escritas “abrem espaços para a produção de fissuras que podem, potencialmente, transformar-se em contradiscursos e libertar o gênero do corpo-sexuado” (BENTO, 2017, p. 233).

Como pensar algo tão subjetivo e que estreita essa escrita, fazendo-nos entrar em um terreno aparentemente farto, mas que possui pedras, mesmo que

⁶ Primeira professora transexual admitida em 2019 na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 99 anos de história. Para maiores informações, favor acessar: <https://razoesparaacreditar.com/professora-trans-ufri/>

⁷ Primeira professora travesti a ocupar a docência na Universidade Federal do Piauí. A docente promove compõe várias frentes em defesa do protagonismo trans, inclusive no ensino superior. Para maiores informações, favor acessar: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/11/ocupar-o-ensino-superior-e-uma-nova-possibilidade-para-pessoas-trans.html>

⁸ Primeira mulher trans negra a ingressar no doutorado na Universidade de Brasília; primeira mulher trans negra gestora do Sistema de Cotas para Negros e Negras da UnB; primeira mulher trans negra a receber a Medalha Chiquinha Gonzaga em 2017 concedida pela Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro e indicada pela então vereadora, Marielle Franco. Para maiores informações, favor acessar: <https://flian.com.br/participantes/jaqueline-gomes-de-jesus/>

⁹ Primeira professora transexual negra a ingressar no mestrado em educação da Universidade Federal de Sergipe. Primeira assistente social transexual negra a ocupar o espaço de Referência Técnica para a promoção de políticas públicas para a população LGBTQIA+ na Secretaria de Estado da Inclusão, da Assistência Social e do Trabalho no Governo do Estado de Sergipe. Para maiores informações, favor acessar: https://www.se.gov.br/noticias/inclusaosocial/governo_debate_politicas_publicas_lgbtqi_em_live_do_orgulho_nesta_sexta_feira

pequenas, e que causam um desconforto teórico, metodológico, político e identitário?

Stella Carvalho¹⁰ sabe que “há dor em toda tentativa de fala e incompreensão em qualquer palavra dita” (CARVALHO, 2021, p. 9). Ouço vozes, porvezes gritos abafados de ecoam de estruturas ainda rígidas, e que aos poucos passam a ser percebidas como possíveis de existência, passíveis de vida. Voltamos, portanto, a produção do conhecimento sobre experiências de mulheres transexuais e travestis em educação, uma vez que acreditamos, cotejando o pensamento de Richard Miskolci, que as dissidências de gênero propõem de construirmos uma educação que não seja normalizadora em direção a uma educação que seja “um aprendizado pela diferença” (MISKOLCI, 2020, p. 57).

A diferença incomoda e causa espanto - ainda mais imersos em uma sociedade com fortes tendências de recusa a qualquer referência que não vá ao encontro com uma estrutura conservadora cis-hetero-eurocêntrica. Neste sentido, o aprendizado se torna uma potente fala de milhares de mulheres transexuais e travestis, com as mais plurais noções de mulheridades e feminilidades¹¹, e que têm ultrapassado as fronteiras do gênero, entoando cantos que passam a suspender os gritos antes abafados. Elas estão aqui, elas existem e estão vivas. Tornar-se-ão oceanos, não mais estando impostas à crista das ondas. É imenso, é histórico e necessário, prover noções outras de (re)existências de gênero e sexualidade.

Consequente, percebemos que dentro de diferentes dimensões, pode ocorrer um processo de solidão de travestis e transexuais. Mergulhando na leitura pós-estruturalista dos estudos de gênero, encontramos referências fundamentais de autores e autoras que se debruçam sobre a compreensão no nosso campo de estudo, como BUTLER (2001; 2011; 2019; 2020); MISKOLCI (2009; 2013; 2020); LOURO (1997; 1999; 2000; 2001; 2004; 2007; 2018; 2019; 2021); BENTO (2008; 2009; 2019; 2020), entre outros/as. Com isso, somos levados a tecer a seguinte questão norteadora: O que nos diz a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação sob as experiências de mulheres transexuais e travestis?

¹⁰ Stella Carvalho é natural de Itabuna, interior da Bahia, mas em Sergipe findou morada e fez palavras-vida. Estudante de Letras Português e Inglês na Universidade Federal de Sergipe, é poeta, *slammaster* e coprodutora do Slam Mulungu, além de autora do recente “A Mantenedora do Ritual”, uma plaquete independente que figura entre as (im)possibilidades da grafia e reutilização da escrita.

¹¹ Para um maior aprofundamento às noções de mulheridades e feminilidades, ler “Transfeminismo”, da Profa. Letícia Carolina Pereira do Nascimento.

Notamos com o tempo que pesquisas têm sido realizadas nos diferentes níveis: desde a graduação, com a participação de alunos e alunas no desenvolvimento do tripé do ensino, da pesquisa e da extensão; e na pós-graduação com a escrita de trabalhos que promovam o despertar para o reconhecimento das identidades travestis e transexuais como uma proposta para a evolução e porque não dizer, Revolução, de práticas pedagógicas e curriculares, a fim de promovermos uma educação enquanto prática de liberdade a todas as experiências humanas.

Nesse contexto, esta dissertação, fruto de minhas andanças e alianças nos estudos de gênero, e hoje com maior enfoque nos estudos transviados, tem como objetivo geral - analisar as experiências das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. Para tanto, e como objetivos específicos, elegemos: 1) mapear a presença de uma solidão epistêmica na produção do conhecimento do GT23- Gênero, Sexualidade e Educação¹² da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd (2004-2019); 2) analisar a realidade das escrevivências de mulheres transexuais e travestis nos Programas de Pós-Graduação em Educação a partir do Catálogo de Teses e Dissertações do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2010-2021); 3) Discutir a presença de mulheres transexuais e travestis para o avanço do contexto educacional na luta pelo alcance de uma inteligibilidade de gênero; 4) Identificar a solidão no campo da educação como uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis.

Ancorados nesses objetivos, o convite é para que para juntos e juntas – contribuir, singelamente, para o movimento mais amplo de ressignificar a educação como um lugar de reconhecimento da inteligibilidade das vidas de transexuais e travestis. Mais centralmente, falamos da educação como um lócus de práticas de afeto que se iniciam no reconhecimento da identidade travesti e transexual no âmbito escolar e acadêmico - não somente com o uso dessas experiências como aporte de pesquisas, mas com a garantia de que tais evidências humanas produzam suas próprias marcas.

¹² De antemão, ressaltamos que se há uma presença de mulheres transexuais e travestis em outro GT da ANPEd, não está no escopo da pesquisa que toma o GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação como um lócus de maior expressão do que se tem produzido nos estudos das transgeneridades e travestilidades no campo de educação no Brasil.

Para tal finalidade, trazemos reflexões que se iniciam nos “saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados” (PARAÍSO, 2014, p. 4). São os saberes que por vezes já encontramos na academia, mas em sua maioria ainda fora dela, que tencionam nossas observações e confrontos, tais como uma proposta de uma pedagogia transviada para se pensar a vida de mulheres transexuais e travestis, e, talvez, quem sabe, com todo amor e perseverança, romper com as inúmeras práticas de violências que agregam a dimensão cultural, política e educacional na vida dessas mulheres.

Doravante, afirmamos que o uso de *mulheres transexuais e travestis* na escrita é empregado com vista à humanização dessas identidades, uma vez que, conforme nos situa, Marcos Benedetti (2005, p. 19), “o respeito e a garantia à sua construção feminina estão entre as principais reivindicações do movimento organizado das travestis e transexuais”. Com isso, e dado ao panorama histórico de luta dessas mulheres, buscamos valorizar e reafirmar o seu gênero feminino. Pontuamos também que nossa aproximação com as “mulheridades¹³” acaba por instigar a pesquisa dessas realidades, sem desconsiderar obviamente outras tensões como as realidades de homens transexuais, que constitui um campo de muitas tensões e problemáticas, identificadas em leituras que constroem outras cenas nos estudos construídos sob as transmasculinidades.

Culturalmente, os conceitos e a própria imagem da transexualidade empregados enquanto expressão da identidade de gênero estiveram e ainda permanecem diretamente ligados à “cisheteronormatividade¹⁴” que não concebe as urgências e necessidades dessas pessoas que “reivindicam o pertencimento a um gênero distinto daquele que lhe foi imposto” (BENTO, 2008, p. 12). Buscamos por esta via, na esteira de Berenice Bento, desvincular a determinação inicial que amarra a subjetividade a um corpo sexuado, em que as posições ocupadas por esses corpos se inscrevem sob a ordem de um determinismo biológico aparente inelutável. Mais do que isso, sem considerar as subjetivações relacionadas a transexualidade que na atualidade, estão fortemente vinculadas as lutas contra a violência cotidiana da transfobia e do esquecimento, mesmo que sorrateiro.

¹³ Para um maior aprofundamento sob as noções de mulheridades e feminilidades, ler a obra “Transfeminismo” da Profa. Letícia Carolina Nascimento.

¹⁴ A referência a cisheteronormatividade que apresento neste trabalho é traduzida pela compulsoriedade da identidade de gênero, a partir do prefixo CIS e da orientação sexual, heterossexualidade; ambas acolhidas pela norma social da binaridade e imposta aos indivíduos e suas referências de gênero.

No dossiê sobre violência produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), Bruna Benevides & Sayonara Nogueira (2021) demonstram que, mesmo frente ao contexto da pandemia da COVID-19, momento em que parte da população ficou reclusa, o Brasil computou, levando em consideração os números absolutos e o número populacional de transgêneros - um total de 184 assassinatos, sendo 175 de mulheres transexuais, travestis e demais identidades que expressam o gênero feminino. Tais mortes evidenciam uma luta diária que essa população enfrenta.

O documento, “Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020” comporta uma série de discussões que colocam em evidência também o grande número de subnotificações nos casos de violências. Tal processo pode ser dirigido pela fragilidade de apreço governamental no que tange em especializar as instituições públicas e privadas à promoção dos direitos de pessoas transexuais e travestis. Retomando a experiência do recreio considerada na introdução de nossa escrita; caso houvesse algum tipo de investimento à defesa e promoção da identidade travesti e transexual no âmbito educacional, certamente, o enfrentamento das formas de violências – física, psicológica, simbólica, estrutural, entre outras; seria mais assertivo, perpassando também a prática coletiva.

Em vista disso, refletimos sobre a “pedagogia da dor”, traçada por Luma Nogueira de Andrade (2012, p. 153), em que ocorre “o processo de aprendizagem por coerção, ou seja, pela força que emana da soberania do estado”, onde, na educação, apontamos os seguintes marcadores de violência de gênero:

- O não respeito à dignidade de mulheres transexuais e travestis, expresso pelo não uso do nome ao qual elas se identificam (nome social ou até mesmo já retificado) e ao seu pronome;
- A exclusão dessas mulheres na reprodução social de suas vidas na educação, podendo vivenciar a invalidação de suas pesquisas e precarização nas relações estabelecidas em decorrência de uma transfobia estrutural;
- O ódio promulgado por questões religiosas que não comportam a noção de respeito as identidades e expressões de gênero distante daquelas consideradas “aprováveis”;

Esses são alguns dos muitos atravessamentos que perpassam as experiências de mulheres transexuais e travestis na educação. Falamos a partir de um local que por vezes nos coloca como espectadores de um verdadeiro massacre social, institucional e estrutural das experiências de gênero dessas mulheres. Cabe salientar que tal reflexão se constrói na e para a educação. Buscamos realizar o exercício de “borramento das fronteiras epistemológicas, metodológicas e políticas” (KLEIN; DAMICO, 2014, p. 83).

Foi lá atrás, durante os tantos recreios que brincava com amigos e me sentia livre, que hoje percebo a importância de fomentarmos uma produção do conhecimento que produza mudanças estruturais, trazendo as realidades de mulheres transexuais e travestis a partir de seus próprios olhares e escritas; garantindo assim que elas existam como protagonistas de suas experiências enfrentando um universo de referências que por vezes se tornam obsoletas.

Segundo Judith Butler (2015) somos formados por meio da violência mesmo que não em totalidade. Passamos a compreender a violência como um dos aspectos mais presentes na realidade brasileira, e, sobretudo, na dinâmica social, cultural, política, econômica e educacional das chamadas dissidências de gênero. Em outras palavras, as violências que são imputadas aos corpos que não se adequam às normas funcionam como um currículo cultural, de modo que, “a violência parece ser uma prática produzida como estratégia que se vale de tentativas sistemáticas e reiterativas de posicionar certo sujeito enquanto desviante da norma” (PASSOS, 2014, p. 41).

Enquanto o enquadramento ontológico do poder, podemos perceber que “a violência, aqui, é currículo, ela educa, disciplina” (BALTHAZAR, 2020, p. 14) os corpos de pessoas trans e travestis enquanto inelutavelmente desumanizados, promovendo assim, em diferentes espaços e perspectivas, “expressões do heterossexismo, da forma como somos socializados dentro de um regime de terrorismo cultural” (MISKOLCI, 2013, p.34). A experiência de mulheres transexuais e travestis na escola, onde por vezes servem de chacota a um universo de padronizações cisheteronormativas, sendo literalmente expulsas desses espaços como não pertencentes à educação.

Assim, e, mesmo a educação sendo um direito constituído legal e juridicamente a todas as pessoas, é um exemplo mais do que objetivo, a violência

como currículo de desumanização dos corpos trans e travestis produzem o que a pesquisadora Luma Nogueira de Andrade chama de evasão involuntária:

Chamo de processo de evasão involuntária a **induzida pela escola** na qual os(as) educando(as) são simbolicamente ou não submetidos, por integrantes da comunidade escolar, a **tratamentos constrangedores** até que não suportem conviver naquele espaço e o abandonem. Esta estratégia, não por acaso, exime os gestores de oficializar o ato de expulsão por temer questionamentos e intervenções externas que possibilitem um recuo na decisão. Este possível recuo pode representar para os gestores em questão dois riscos: o **sentimento de desmoralização perante a comunidade escolar** e o **retorno da convivência com o sujeito indesejado na escola**. Portanto, o processo de evasão involuntária mais se assemelha à expulsão, mesmo não sendo oficializada, que a um processo de evasão voluntária do(a) educando(a) que abandona a escola por escolha própria, eximindo esta de qualquer responsabilidade na decisão (ANDRADE, 2012, p. 248, grifos nossos).

Nesse cenário, os desafios são inúmeros, visto que ainda somos constituídos enquanto sociedade a partir de uma matriz heterossexual, branca, colonial e escravocrata. Busquemos, portanto, estratégias para se pensar e promover a produção do conhecimento em educação de uma maneira que venha romper com os regimes de normalização, constituindo as experiências de mulheres transexuais e travestis como uma realidade feita por elas e não apenas com elas. Inspirar-se por algo requer cuidado, sensibilidade e sobretudo empatia ao nos deslocarmos à outra zona que, de forma geral, pode causar estranhamentos, medos, dúvidas, ou, do contrário, aclarar o leque de aprendizagens e vivências acerca das realidades outras, por vezes sequer mencionadas.

Assim, no plano metodológico, a fim de alcançar os objetivos propostos, quanto aos procedimentos da pesquisa, elegemos uma pesquisa bibliográfica e documental. Nesse tipo de pesquisa, segundo Gil (2008) podemos desenvolver o nosso estudo com base em materiais já elaborados, sobretudo a partir de livros e artigos; além de apresentar outras interpretações de documentos e materiais já produzidos. Ao longo dessa partilha no processo de pesquisa e análise do objeto elencado, deparamo-nos com territórios - por vezes pouco habitáveis e conflituosos, mas, que, assim como um campo cercado por vales, tende a florir, de modo a nos desafiar e nos convidar à apreciação do novo. Conforme avançamos nas encruzilhadas dos estudos de gênero, percebemos que:

A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. (GIL, 2002, p. 17).

Considerando o nosso intuito de compreender de que forma a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação tem sido difundida frente às experiências de mulheres transexuais e travestis, convidando-nos entender a violência como um modo de subjetivação, sendo todo o modo de subjetivação um processo pedagógico - direcionamos a construção de nosso estudo sob a pesquisa bibliográfica e documental, pois, conforme tensiona Sousa; Oliveira & Alves (2021) “a pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno estudado”. Compreendemos que para alçarmos qualquer voo, por mais sorrateiro que seja, se faz necessária a adoção da pesquisa bibliográfica enquanto um caminho de aprofundamento epistêmico que direcione o alcance dos objetivos elegidos no percurso científico.

Dada a escolha da pesquisa bibliográfica, há de reconhecemos a necessidade de levantar materiais seguros ao objeto de estudos, a partir de fontes reconhecidas e estabelecidas entre o campo científico. Pelo processo de levantamento, segundo Fonseca (2002) conseguimos estabelecer um conhecimento prévio a respeito daquilo que nos dispomos a pesquisar. Em nosso caso, para além do contato diário com mulheres transexuais e travestis em diferentes espaços sociais, consideramos tecer um caminho entre os escritos encontrados, sobretudo, no campo da educação, da sociologia e da história. Com isso, compactuamos com Amaral (2007) ao credibilizar à pesquisa bibliográfica como aquela que antecederá todas as etapas seguintes de uma pesquisa, onde o embasamento teórico construído servirá de bussola desde a escolha do objeto, da definição do tema e dos demais caminhos recorridos na construção científica.

Assim, após uma aprofundada leitura de materiais entre artigos, teses, dissertações, notícias em *sites* oficiais em diferentes formatos e objetivos conseguimos chegar à noção de importância que Benedetti (2005, p. 31) aponta como sendo:

[...] novos entornos às questões relativas às travestis, que permaneceram por muito tempo como domínio quase que exclusivo

da medicina e da psicologia e sob a concepção da transformação do gênero como um processo “patológico”.

A noção de importância em abraçar a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação sob as experiências de mulheres transexuais e travestis, nos convida ao percurso de levantamento de dados, onde entre os meses de junho e novembro de 2020 focamos tal procedimento sob a produção do conhecimento no GT23- Gênero, Sexualidade e Educação¹⁵ da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd entre os anos de 2004 e 2019, contando com 207 artigos ¹⁶apresentados, estando divididos da seguinte forma: 2004 (13); 2005 (13); 2006 (12); 2007 (16); 2008 (10); 2009 (12); 2010 (15); 2011 (15); 2012 (17); 2013 (18); 2015 (23); 2017 (21); e 2019 (22) .

Em seguida, refinamos a pesquisa a partir dos descritores “travesti, transexual, transgênero”, reunindo 12 artigos completos publicados nos Anais do evento somente a partir da edição de 2008, durante a 31ª Reunião Anual da ANPEd ocorrida em Caxambu/MG e que teve como tema: “Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação”. Dado o universo encontrado, realizamos a leitura dos resumos, mantendo-se o quantitativo de 11 artigos publicados.

Realizamos uma leitura mais aprofundada, levando em conta a quantidade de artigos e a aproximação com o nosso universo de pesquisa. Assim, mantemos os 11 artigos à investigação a respeito da produção do conhecimento sob as experiências de mulheres transexuais e travestis na ANPEd. Ao longo do processo de leitura, foi possível alocar os artigos em quatro categorias: pedagogia queer (3); docência (4); identidade (1) e experiência (3). O movimento de descrição e análise dos materiais ocorre na próxima sessão.

Consideramos essencial no processo de seleção das fontes, a reunião dos artigos completos publicados no maior fórum de educação do Brasil, mais especificamente no Grupo de Trabalho (GT) 23 – Gênero, Sexualidade e Educação, responsável por contribuir com novos olhares e perspectivas teórico-metodológicas

¹⁵ A escolha do GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd, ocorre a partir de dois momentos: ao percebermos a importância do fórum para a promoção do saber e o reconhecimento do avanço nas pesquisas no campo dos estudos de gênero em educação dada a forte participação de pesquisadores e pesquisadoras das mais diferentes instituições do Brasil.

¹⁶ Esse conjunto de artigos compõe o escopo geral de materiais publicados entre os anos de 2004 e 2019. Passamos a usar descritores no segundo momento.

que relacionam essas três dimensões da vida humana – gênero, sexualidade e educação.

Dada a produção desses artigos publicados, reconhecemos a sua constituição enquanto um caminho já percorrido que agregará a construção de todas as discussões relacionadas ao nosso objeto de estudo. É o passado que se apresenta no presente científico, pois “é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado[...]” (CELLARD, 2008, p. 295). Dessa maneira, a pesquisa documental fomenta o nosso caminho, contribuindo significativamente desde a análise da realidade de mulheres transexuais e travestis na contemporaneidade e seus atravessamentos sob as suas experiências no processo de investigação do que se tem produzido na Educação, como também na discussão da violência e na identificação da solidão como um possível atravessamento que cruza as muitas dimensões da vida de mulheres transexuais e travestis.

Afinal, quem fala sobre transexualidade na educação? Que corpos são esses? A partir de nossos encontros é possível considerar a noção de ‘epistemicídio’. Buscamos nesse intento, promover a ideia de uma pesquisa a solidão epistêmica como um atravessamento às violências que se intercalam nas experiências de mulheres transexuais e travestis na luta por uma inteligibilidade de gênero frente a uma tímida presença o corpo travesti e transexual e o protagonismo em suas escritas na e para a educação.

Além do espaço político-histórico do GT23-Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd descrito acima, reconhecemos que, ao longo dos anos, mulheres transexuais e travestis passaram a compor, mesmo que timidamente, os programas de pós-graduação em educação no Brasil. Pensamos que nada seria mais enriquecedor que analisar em uma pesquisa com foco à produção do conhecimento às experiências dessas mulheres, trazer também as suas escritas, tanto a nível de mestrado quanto de doutorado.

Assim, escolhemos o Catálogo de Teses e Dissertações como um caminho para analisar as escritas de mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação em Educação. Vimos necessário realizar um recorte temporal (2010-2020), visto que a entrada de mulheres transexuais e travestis nas universidades passa a ganhar visibilidade com o avanço da luta pelo direito ao acesso e permanência na educação de pessoas negras e de baixa renda no ensino

superior. Tal processo ocorre no ano de 2012 com a efetivação da Lei 12.711 (Lei de Cotas) que tenciona as Ações Afirmativas para o acesso de pessoas negras e de baixa renda às universidades públicas - discussão já iniciada em 1999 durante a semana da consciência negra, levando o debate à Câmara de Deputados em 2003 e sendo aprovada em 2004.

De acordo com o Instituto Brasileiro Trans na Educação – IBTE, que realiza um trabalho de monitoramento de pessoas transexuais e travestis no Brasil, inclusive na educação, divulgando seus trabalhos e promovendo a luta pela cidadania e, conseqüentemente, à luta pela difusão da produção do saber produzido por pessoas trans e travestis; cerca de 19 instituições públicas de ensino superior ofertam cotas de Ações Afirmativas com recorte de identidade de gênero de travestis, transexuais e pessoas transgêneras.

A Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB foi pioneira no ano de 2018, sendo posteriormente seguida pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), podemos situar a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, que em 2021 passou a disponibilizar 30% da reserva de vagas para candidatas/os negras/os, travestis, transexuais, quilombolas, ciganas/os e indígenas. Como critério de seleção para estudantes travestis e transexuais na pós-graduação, a UFPE prevê apenas a apresentação de uma autodeclaração.

A pós-graduação é um contexto mais do que necessário de análise sob a pesquisa que propomos. A partir deste entorno metodológico, poderemos analisar as escrevivências de mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação em Educação (2010-2021), que com todos os avanços do conservadorismo no campo educacional ao longo dos anos e seus atravessamentos que culminam no dificultoso acesso e permanência de mulheres transexuais e travestis, “descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber[...]” (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 183).

Aqui nos importamos sim, com saberes transviados, desviantes ao modelo de uma única ontologia, de um único saber colonizado que universaliza as experiências de gênero. Com isso, estamos discutindo a importância da presença e do protagonismo de mulheres transexuais e travestis para o avanço do contexto educacional na luta pelo alcance de uma inteligibilidade de gênero chegando à solidão como

uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis.

Ainda sobre a pesquisa documental, justificamos o suporte de materiais que propiciaram um aprofundamento à realidade da questão posta em cena, tão presente e urgente para a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação e das experiências que nos integram na defesa e humanização de corpos ditos “fora da norma”, do inaceitável, não passível de vida, não passível de luto. Dessa maneira, foi possível, conforme Sá-Silva et.al apresenta: “acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (2009, p. 2).

Assim, é possível compreender a produção do conhecimento como um conjunto de realidades que atravessam localizadamente a vida de mulheres transexuais e travestis, que nesta pesquisa se traça a partir da produção do conhecimento e da percepção da ausência e do não protagonismo de suas escrituras também como uma forma de violência às mulheres transexuais e travestis; todas lidas como estruturas que evidenciam a emergência de aprofundar os incômodos que nos trouxeram até aqui.

Os incômodos que surgiram décadas depois ao me lembrar do recreio como um espaço de socialização e por vezes de poder, ou dos encontros com amigas travestis e transexuais que acabaram após situações de transfobia. Compreendemos que a partir da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível buscar elementos para a compreensão do fenômeno estudado, ou seja, a análise da produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero na educação frente as experiências de mulheres transexuais e travestis. Consideramos, portanto, o processo investigativo como base à organização das informações e sua posterior análise.

De maneira que nossa pesquisa está inserida no campo dos estudos de gênero, visamos contribuir tanto para a produção do saber científico sob o nosso objeto de estudo, como também para possibilitar olhares outros às experiências de mulheres transexuais e travestis que já possuem uma realidade frente a educação enquanto campo do conhecimento. A escolha por tal percurso metodológico, se dá, inicialmente, a partir da aproximação do autor com o público elegido e a possibilidade de um maior aprofundamento e contextualização dos resultados obtidos.

Mediante essa abordagem conseguimos problematizar como a noção de solidão, tal como aqui entendida, tem sustentado em, ao menos, dois conceitos basilares do pensamento pós-estruturalista, qual seja: a noção de *estrangeiridade* e *abjeção*. Assim dito, e antes de adentrar estes conceitos, importa salientar que – as pesquisas pós-estruturalistas “atuam na zona do indeterminado e aí fazem problematizações, interrogações e questionamentos” (PARAÍSO, 2014, p. 290). Neste sentido, o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e em construção permanente (MISKOLCI, 2009, p.152). Aqui não há sujeitos fixos, marcados por uma ordem cromossômica que em nada infere as construções de todo o processo de subjetivação na vida de mulheres transexuais e travestis.

Sendo a análise da produção do conhecimento frente as experiências de violências de mulheres transexuais e travestis uma possibilidade de pesquisa na e para a educação, pretendemos contribuir de forma bem humilde e confiante ao processo de ressignificação para um olhar às experiências de mulheres transexuais e travestis que, diariamente, são atravessadas por relações de saber-poder, sabendo ainda que, conforme as reflexões de Felipe Rumão (2021), nem todas as experiências de mulheres transexuais e travestis são negativas, requerendo do/a pesquisador/a um olhar atento e sensível as dinâmicas que perpassam tais experiências ainda consideradas dissidentes.

Com isso, encontramos na metodologia adotada uma possibilidade para que a pesquisa tome forma e se desenvolva levando em conta também os percalços evidenciados com o advento da pandemia. Não foi fácil reestruturar a pesquisa devido o atual contexto citado, mas conseguimos até aqui, criar laços e possibilidades de se pensar e fazer pesquisa em educação. Concordamos com a professora Guacira Lopes Louro, ao dizer que “a transição, o processo, o percurso, podem se constituir, no fim das contas, em sua experiência mais vital ou mais “autêntica” (LOURO, 2021, p. 21). Propomos uma escrita leve, fluida, e ao mesmo tempo, cirúrgica, que possa ser lida por todas e todos que desejarem, percebendo em cada linha os diferentes processos e possibilidades encontradas para a transgressão do dispositivo binário de gênero, criticando assim os regimes de normalização.

O sentido de solidão, da ausência do protagonismo de mulheres transexuais e travestis certamente se apresenta como um caminho de reconhecimento essencial à

“análise detalhada das múltiplas vozes, que se relacionam e produzem discursivamente o que dizem” (PASSOS, 2014, p. 21). Além de entender como o fenômeno estudado atravessa as muitas dimensões da vida de mulheres transexuais e travestis, buscamos contribuir com uma abordagem necessária e promissora para o campo da Educação.

Para garantir a apreensão do objeto de pesquisa (a análise da produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação) e dar conta de alcançar os objetivos propostos, viabilizando a validade e qualidade da pesquisa científica, constituímos nossa escrita a partir de um conjunto de três sessões, possibilitando o despertar a pensarmos o lugar que mulheres transexuais e travestis tem ocupado na educação para o aprofundamento à compreensão e análise de atravessamentos que perpassam a realidade dessas mulheres na sociedade brasileira.

Na primeira seção, apresentamos a nossa aproximação com o referido campo de pesquisa, além da motivação que nos fez à escrita da dissertação. Traçamos o caminho teórico-metodológico adotado que se dá a partir de uma pesquisa do tipo qualitativa, sendo bibliográfica e documental a partir de uma perspectiva pós-estruturalista dos estudos de gênero em educação. Apresentamos a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação como o norte que nos atravessa enquanto pesquisadores e humanos frente aos atravessamentos que perpassam as experiências de mulheres transexuais e travestis, além de compreendê-la como uma possibilidade para a humanização dessas mulheres tanto na pesquisa quanto no seu cotidiano que ainda costuma ser bastante excludente.

Na segunda seção, investigamos a produção do conhecimento no Grupo de Trabalho (GT) 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd entre os anos de 2004 e 2019. Assim, e pensando a solidão como dimensão constitutiva da violência de gênero que marca os corpos de mulheres transexuais e travestis, traçamos como a solidão, tal como a percebemos aqui, se sustenta a partir de duas noções presentes na vida trans traçando um caminho a partir de Julia Kristeva com o conceito de *estrangereidade*, e de Judith Butler, com o conceito de *Abjeção*, onde passamos a identificar a solidão como um aspecto presente nas muitas dimensões da vida dessas mulheres, inclusive no não protagonismo de suas escrituras.

Na terceira seção, consideramos refletir sobre a produção do conhecimento de mulheres transexuais e travestis no âmbito da pós-graduação em educação, recorrendo a esse espaço como uma possibilidade de afetos acolhida às experiências dessas mulheres, que, nos últimos anos, tem provado que suas ausências são capazes de impulsionar novos entornos na/para a educação brasileira como a produção de suas *escrevivências*. Conseguimos refletir a partir de pesquisas realizadas não mais apenas com mulheres transexuais e travestis, mas, por mulheres transexuais e travestis. Esses lugares, ainda silenciados, tendem a nos instigar no enfrentamento das ausências ainda existentes para essa população que tem imensas contribuições para o avanço do contexto educacional frente ao alcance de uma inteligibilidade de gênero.

Ao final, apresentamos à guisa de fechamento da pesquisa as análises do referido processo de investigação e possibilidades para se pensar e agir frente a ausência ou fragilidades na produção do conhecimento sob as experiências de mulheres transexuais e travestis. Não apresentamos verdades, mas possibilidades de se reconhecer em estruturas já fixas como a educação e a violência, (re)existências diárias que com o passar do tempo têm nos convidado a um profundo processo de reflexão sob os papéis que ocupamos e a importância de um permanente protagonismo de mulheres transexuais e travestis nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Com isso, passamos a pensar, talvez questionar uma possível solidão ontológica que possa apontar ao epistemicídio pela ausência do protagonismo de mulheres transexuais e travestis em espaços onde a educação tende a se formular, criando laços em pró de uma sociedade mais justa e com mais afetos e menos desigualdades em relação aos muitos atravessamentos da vida de mulheres transexuais e travestis como a violência, a solidão, chegando ao emergir da luta por uma inteligibilidade que humanize tais experiências.

PRODUÇÃO TRANS:

**UM OLHAR A PARTIR DO GT23-GÊNERO, SEXUALIDADE E
EDUCAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED (2004-2019)**

SEÇÃO II

2.1 Pesquisar em Educação: brevidades acerca da importância desse espaço político para o avanço campo educacional brasileiro

E só quando esquecemos todos os nossos conhecimentos é que começamos a saber.

Clarice Lispector

Nos últimos trinta anos, e com o impacto dos estudos culturais e das teorizações pós-estruturalistas, os paradigmas do campo da educação mudaram profundamente, sobretudo seus sujeitos, metodologias e a compreensão/ampliação do próprio sentido de educação (MEYER & PARAÍSO, 2014). Em nosso recorte temático, de modo mais específico, observamos desde 2002, com a publicação do texto *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*, de Guacira Lopes Louro, a experiência de sexualidades e gêneros abjetos passaram, pouco a pouco, a ocuparem um lugar central no cenário de produção de pesquisas em educação.

Ao mesmo tempo, o movimento que aqui por ora realizamos tem como objetivo mapear a presença das experiências trans e travestis no campo da educação. Mais centralmente, debruçamo-nos sobre a produção do GT23-Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), uma vez que, como dimensão do maior fórum de pesquisadoras e pesquisadores de educação do país, concebemos o GT 23 como locus de maior expressão do que se tem produzido no campo da educação.

O campo da educação pode ser reverenciado como um dos primeiros a acolher experiências de mulheres transexuais e travestis, sobretudo nos programas de pós-graduação, onde a vazio de mestras e doutoras têm ocorrido com uma maior frequência, mesmo que ainda pouco acessados. Ao longo do tempo, podemos perceber a entrada dessas mulheres na/para a educação - a exemplo de Luma Nogueira de Andrade, então com 35 anos, primeira travesti com doutorado em educação no Brasil em 2012; Megg Rayara Gomes de Oliveira, primeira travesti negra doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná em 2017.

No chão dos programas de mestrado, podemos reverenciar algumas vozes que passaram a ecoar nos corredores – Adriana Lohanna dos Santos, primeira mulher transexual negra mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) em 2018; Linda Brasil Azevedo Santos, mestra em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) em 2020.

A presença de mulheres transexuais e travestis na/para a educação, desestabiliza as normas de gênero vigentes, uma vez que, de maneira combativa, têm se articulado às demais áreas de produção do conhecimento e, também, dos saberes produzidos na militância dos movimentos sociais de gêneros e sexualidades – a fim de promover a presença e o protagonismo dessas experiências. Ao passo que reconhecemos a importância de se promover a presença dessas mulheres na educação, voltamos à ideia de que:

A simples presença dessas pessoas num espaço público desperta olhares, pois seus corpos problematizam regras hegemônicas de sexualidade e de gênero, por isso, são cotidianamente impedidas de estar em espaços comuns (CARDOSO; DIAS, 2020, p. 1690).

Sobre a entrada e permanência de mulheres transexuais e travestis na educação, podemos pensar que suas experiências estão sujeitas também aos processos de exclusão, violências e silenciamentos, que, cotidianamente, acompanham suas vidas. Dessa forma “o preconceito e a discriminação produzem diminuição da autoestima.” (NARDI et.al 2017, p. 29). Consequentemente, podemos observar uma presença de mulheres transexuais e travestis na produção de suas vidas frente à construção do conhecimento científico a partir de um movimento que Alfrancio Ferreira Dias (2020) aponta como “escrevivência trans”.

Elas escrevem, reproduzem suas experiências em um processo de construção e resistência diária, e quando alcançam dado *status* que permita uma maior inteligibilidade de suas experiências, criam-se escrevivências, enquanto uma episteme que rompe com a colonialidade dos gêneros e sexualidades, criando assim, conforme a escrita disruptiva de Jota Mombaça (2021, p. 52), “formas continuadas de destruição”. Neste sentido, o caminho da escrevivência como potência afirmativa diante da norma acadêmica que tenta normalizar os corpos dissidentes, atua, sobretudo, no emergir de uma diáspora trans, onde “há diversos caminhos e recortes para pensar as diásporas que se pautam em sexualidades e gêneros desviantes” (MENEZES, 2020, p. 171), que, por vias de (sobre)vivências, “aprender a defender-se requer a elaboração de outras formas de perceber a própria

fragilidade” (MOMBAÇA, 2021, p. 71). Chegamos à ideia, portanto, de que mulheres transexuais e travestis estão sujeitas ao enfrentamento de processos de disputa também na educação, onde a necessidade de autoafirmação de suas habilidades e competências tornou-se uma realidade para além da que já realizam desde o processo contínuo de transição em confronto com os espaços de poder e controle social.

Ao reconhecermos a entrada dessas mulheres na educação, visualizamos que, “as pessoas trans* começam a aparecer como sujeitos potentes, transgressorxs” (CARDOSO, DIAS, 2020, p. 1707). Daí a necessidade de nos debruçarmos sob a produção do saber sob as experiências de mulheres transexuais e travestis, pois esse olhar acaba mexendo em um terreno por vezes pedregoso aos viajantes de primeira viagem, fazendo com que não se aprofundem nos tensionamentos e rupturas que possam emergir.

Atualmente, há grandes nomes e pesquisadores/as que se debruçam nos estudos que concentram experiências de mulheres transexuais e travestis, sejam pessoas trans, travestis ou pessoas cisgêneras que se aliaram ao movimento de pessoas trans*, como a professora e travesti, Megg Rayara Gomes de Oliveira; a professora, Letícia Carolina Nascimento; a socióloga brasileira, Berenice Bento; a professora, Amara Moira; a psicóloga, professora e ativista, Jaqueline Gomes de Jesus; a professora, Sara Wagner York, entre tantas outras - na busca pela construção de uma sociedade crítica, transfeminista e transviada.

O questionamento inicial que se apresenta evoca o que para muitos envolvidos com a pesquisa em educação do Brasil pode ser um incômodo, uma incógnita, ou até mesmo algo pouco previsível, sendo necessário criar uma empreitada de urdir uma epistemologia da estrangeiridade como artifício criativo e rigoroso de pesquisa. Pensar os estudos produzidos sob as experiências de mulheres transexuais e travestis no campo da educação, sobretudo nas pesquisas que são desenvolvidas e detêm as transexualidades e travestilidades como campos de análises, nos convida a pensarmos uma urgência sob os atravessamentos de violências enquanto um fenômeno que envolve a população de mulheres transexuais e travestis, produzindo noções outras de pertencimentos.

Afinal, as pesquisas estão sendo realizadas, todavia, onde estão essas mulheres na produção de suas escrituras? É a partir disso que apostamos em uma possível solidão epistêmica que pode se transpor à violência de gênero nas

experiências de mulheres transexuais e travestis, fragilizando o aprofundamento de nossos olhares enquanto pesquisadoras/es de epistemologias ainda insurgentes.

A transexualidade enquanto parte da diversidade de gênero no campo das identidades que segundo Richard Miskolci (2009, p. 175) “são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais” e “parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, as quais fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental” (MILKOLCI, 2009, p. 158), tem provocado um verdadeiro incômodo na matriz cisheteronormativa que há muitotempo coordenou as práticas de integração e da pesquisa em educação, integrando a realidade de pessoas trans um intenso processo de desumanização ao não pensá-las vivências como parte integrante da sociedade.

Nesse sentido, partimos da universidade enquanto um campo de produção do saber ainda centrado na cisheteronorma enquanto dispositivo de disciplina e desumanização que opera, mais centralmente, sobre “[...] aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos” (BUTLER, 2011, p. 24). Desse modo, a escrevivência vem na contramão da desumanização. A ótica sobre a transexualidade que vem sendo tomada nos últimos anos com o avanço das pesquisas e produções científicas é passível de mudanças, isso é notório aos corpos que antes sequer possuíam a noção de existência por parte da sociedade. “É importante fazer distinção entre casos de não representatividade” (BUTLER, 2011, p. 26). Seja no tocante estrutural, social ou psicológico, a solidão se comporta de maneira muito íntima com quem ou com o que ela ocupa. Na realidade da transexualidade, por exemplo, podemos pensar conforme, Pedro Paulo Sammarco Antunes (2010) no envelhecimento de travestis e na falta de publicação teórica sobre o tema.

Tal dimensão também se evidencia na prática cotidiana da transfobia, em que “mesmo que altere seu corpo cirurgicamente e tenha todos os trejeitos próprios do gênero com o qual ela se identifica, não vai conseguir o aval definitivo da sociedade” (ANDRADE, 2012, p. 110). A questão a ser levada em consideração é a forma como essa apreensão da transexualidade se traduz em uma ontologia da solidão. Não basta personificar as pessoas trans, pois “a personificação às vezes opera sua própria desumanização” (BUTLER, 2011, p. 24). É preciso ultrapassar a crítica, realinhar os interesses de pesquisa, pois do contrário os movimentos que a transexualidade vem delimitando, “não aumentam sua potência e não há

continuidade nos seus traçados iniciados” (PARAÍSO, 2004, p. 289). Com isso, convidamos você, leitor/a para mais essa possibilidade de atravessar um caminho ainda cheio de surpresas e possibilidades na/para a produção do conhecimento.

Ao longo do tempo, nos deparamos, enquanto pesquisadores/as nos estudos de gênero, com um vasto campo de produção do conhecimento e de experiências outras, hoje já tidas como parte de um entorno de pesquisas que deem vazão as críticas que se aproximam de nosso objeto de estudo – a análise da solidão frente as experiências de mulheres transexuais e travestis diante das múltiplas violências e, também, de suas estratégias de resistência ao se firmarem como potência devida. Conforme avançamos nos Programas de Pós-Graduações em Educação – afinal, como pontuam Maria Cláudia Dal’Igna e Fernando Pochay, “observamos um número cada vez maior de teses de doutorado e dissertações de mestrado que assumem gênero e sexualidade como seu foco central” (DAL’IGNA; POCAHY, 2021, p. 19) – perguntamos como tem se refletido a luta por visibilidade de corpos trans e travestis no maior fórum de educação do Brasil, a Reunião Nacional da ANPEd, tomando a produção do GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação como estudo de caso para a problematização que aqui lançamos.

Realizamos uma introdução em materiais publicados na ANPEd e encontramos no GT23- Gênero, Sexualidade e Educação um olhar à violência, enquanto uma questão estrutural presente e recorrente às diferenças de gênero. Conforme as reflexões de Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015, p. 7), “podemos situar a exclusão, a vulnerabilidade, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos direitos da pessoa humana como dimensões que, com raras exceções, determinam a presença de pessoas trans na escola”.

De forma que a violência já havia sido identificada como um recorte possível de análise no campo da educação, vimo-nos, portanto, à proposta do GT 23 da ANPEd de tencionar uma camada específica da violência, a solidão, uma vez que, “solidão é a soma das exclusões que nos perpassam e que são intensificadas por marcadores sociais de diferença como a raça, classe, gênero e território” (SENNA, 2021, p. 16). Ela (a solidão) não opera sozinha, mas, acoplada aos atravessamentos da vida humana, atingindo, sobretudo, as experiências dissidentes.

Dito isso, justificamos a delimitação do GT23-Gênero, Sexualidade e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(ANPEd) como um espaço de análise aqui evidenciado para o campo da educação. A ANPEd é um importante espaço político de comunicação científica, troca de saberes e (re)construção de olhares na/para a Educação no Brasil e em outros países. Ela aproxima a pós-graduação *stricto sensu* em educação e seus agentes como professores, alunos e entidades educacionais para um constante desenvolvimento da ciência sob três princípios basilares, conforme nos ensina Guacira Lopes Louro – a participação democrática, a liberdade e a justiça social.

Desde a sua fundação, em 16 de março de 1978, tendo como base à sua articulação o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (1975-1979) que reconheceu a expansão da pós-graduação na época e a necessidade do investimento por parte da política educacional a partir das transformações ocorridas no país; a ANPEd constrói, reconstrói e assume o papel ético de transformação social por meio da educação e seus mecanismos. Cabe ressaltar que a associação é fruto da organização da sociedade civil e a necessidade da articulação das pesquisas no âmbito da pós-graduação em educação no país sob a emergência de uma autonomização da sociedade civil. Ao longo dos anos, a ANPEd exige a participação do Estado no tocante ao cumprimento pelo poder público dos direitos à cultura, à pesquisa e à Educação.

No ano de 2003, durante a realização da 26ª Reunião Anual da ANPEd, a Profa. Guacira Lopes Louro junto com outras/os pesquisadoras/es, como a Profa. Dagmar Meyer, a Profa. Claudia Ribeiro e o Prof. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, angariaram a assinatura de outros membros da ANPEd para a criação do Grupo de Estudos GE 23 – Gênero, Sexualidade e Educação. A conquista ocorreu a partir da articulação entre professores/as, pesquisadores/as e estudantes que buscavam uma interlocução entre os estudos de gênero, sexualidade e educação, contando com a assinatura de 500 participantes do evento e sendo aprovada durante a Assembleia Geral da edição.

Tal processo se evidenciou a partir da presença das temáticas em diversos grupos já estabelecidos na ANPEd vinculados ao âmbito dos “História da Educação, Movimentos Sociais, Formação de Professores, Currículo e Sociologia da Educação” (FERRARI; OLIVEIRA, 2020, p. 816). Dada a evolução do campo nas pesquisas sobre gênero, sexualidade e educação; no ano de 2006 o grupo de estudos (GE) se transforma no grupo de trabalhos (GT) que atualmente, nos permite desenvolver o processo de investigação que nos propomos fazer na escrita de nossa dissertação.

Ao longo dos anos, a pesquisa em Educação tem se mostrado atenta às principais transformações estruturais que articulam os saberes considerados subalternos para parte do contexto societário. Nesse sentido, conforme apreciações de Denise da Silva Braga (2012, p. 1) “A emergência das novas/outras identidades nas cenas contemporâneas coloca em evidência o processo de descentração do sujeito - até então negado pela ideia do sujeito unificado e estável da modernidade”.

Dado o exposto, encontramos no GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd um espaço de “não-acomodação” criando laços, refazendo possibilidades por vezes silenciadas de se fazer pesquisa em Educação. Neste sentido:

No enfoque pós-estruturalista que o grupo privilegia, não há pretensão de responder questões “fundamentais”, do tipo “quais as origens da opressão feminina” ou “quais as causas da homossexualidade”; mas sim, conhecer e questionar as formas como a(s) sociedade(s) trata(m) as mulheres e os grupos homossexuais (com especial atenção para as relações de poder que ali circulam, as formas que assumem tais relações e as resistências que são exercidas) (MEYER; RIBEIRO; RIBEIRO, 2021, p. 68).

Nosso encontro se dá a partir de um olhar emergente, sob a necessidade de analisar as experiências das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. Assim, podemos chegar ao questionamento: O que tem sido produzido sob as experiências de mulheres transexuais e travestis no GT23 do maior fórum de Educação do Brasil? Passamos, portanto, ao reconhecimento das possibilidades e afetos da experiência trans na/para a Educação.

2.2 A produção do conhecimento sob as experiências trans na/para a Educação: aproximações e afetos.

Nas pesquisas produzidas no âmbito do GT23- Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd, passamos a investigar como as experiências de violências mulheres transexuais e travestis vêm sendo concebidas ao longo dos anos na produção do conhecimento no maior fórum nacional de pesquisa em educação do Brasil, articulando os conceitos aqui aplicados para uma “pluralidade teórico-metodológica e a constante autocrítica que têm acompanhado a produção” (BALTHAZAR & MARCELLO, 2018, p. 9). Consequente, é possível, a partir de uma dimensão quantitativa de trabalhos, presentes no quadro 1, afirmar que existe uma

rarefeita presença de estudos trans, e de que a solidão de mulheres transexuais e travestis atravesse a discussão enquanto uma dimensão ontológica da vida dessas mulheres que já possuem uma realidade nas pesquisas científicas. Isso se evidencia no instante em que nos debruçamos sob um contexto de materiais produzidos sob as experiências de mulheres transexuais e travestis, todavia, timidamente produzido por elas; ou ainda pelas experiências que nos atravessam ao realizarmos nossas pesquisas e ouvir que ‘mulheres transexuais e travestis são apenas objetos de pesquisas, mas pouco produzem suas escritas’. No GT23- Gênero, Sexualidade e Educação, conforme nos apresentam Ribeiro & Filha (2014) ocorreu durante seus dez anos de existência uma consolidação do GT com a produção de pesquisas que fomentaram a apreensão de novos estudos.

Neste sentido, das publicações realizadas no recorte temporal de 2004 a 2019, foram encontrados 207 trabalhos completos. Dessas pesquisas¹⁷, apenas 11 estão situadas sob a “questão trans”, e, portanto, será essa a amostra de análise da presente pesquisa. Cabe salientar que a sugestão de uma solidão epistêmica não se debruça unicamente sobre a quantidade de pesquisas desenvolvidas, mas pelo teor desses trabalhos e pelo protagonismo de pessoas trans no seu interior. Os trabalhos encontrados foram organizados da seguinte maneira:

Quadro 1: Distribuição de artigos publicados no GT23 da ANPEd (2004 – 2019)

Ano	Reunião	Local	Trabalhos Aprovados	Abordagem sobre experiência trans ^{18*}
2004	27 ^a	Caxambu/MG	13	0
2005	28 ^a	Caxambu/MG	13	0
2006	29 ^a	Caxambu/MG	12	0
2007	30 ^a	Caxambu/MG	16	0
2008	31 ^a	Caxambu/MG	10	1
2009	32 ^a	Caxambu/MG	12	2
2010	33 ^a	Caxambu/MG	15	0
2011	34 ^a	Natal/RN	15	1
2012	35 ^a	Porto de Galinhas/PE	17	0
2013	36 ^a	Goiânia/GO	18	4

¹⁷ O levantamento foi realizado junto ao site da ANPEd: <https://anped.org.br> nas Reuniões Nacionais. Foram levados em consideração apenas os trabalhos completos publicados entre os anos de 2004 e 2019 que abordem as experiências trans como temática de pesquisa.

¹⁸ Apontamos como “experiência trans” o complexo de vivências de pessoas transexuais e travestis que tem servido de norte à produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação.

2015	37 ^a	Florianópolis/SC	23	1
2017	38 ^a	São Luiz/MA	21	1
2019	39 ^a	Niterói/RJ	22	1
Total de trabalhos apresentados			207	
Abordagem sobre a experiência trans*			11	

Fonte: Produzido pelo autor a partir dos Anuais da ANPEd

Feita a reunião das publicações realizadas que possibilitem um olhar mais atento a partir das experiências de mulheres transexuais e travestis como foco de pesquisas na ANPEd, realizamos o primeiro movimento de investigação a partir da descrição dos materiais encontramos. Tal processo permite uma maior ciência e sugestão de como as experiências de mulheres transexuais e travestis tem sido desenvolvida no maior fórum de educação do Brasil, possibilitando assim uma maior atenção às vidas dessas mulheres e seus atravessamentos, possibilitando o seu aprofundamento e, conseqüentemente, o enfrentamento das violências, dos silenciamentos e da solidão, também na produção do saber e na ciência.

No artigo “Quatro intervenções para uma Pedagogia Queer” Maria Rita de Assis César (mulher cisgênera) apresenta quatro intervenções a respeito de experiências transexuais para o pensar de um currículo escolar e suas narrativas, apontando a experiência de transexuais e travestis como “sujeitos que subvertem as expectativas em relação ao sistema sexo/gênero” (CÉSAR, 2008, p. 1). Conforme a autora utiliza-se de referências cinematográficas para aprofundar a análise proposta, aponta a escola como um local de poder, sendo ela uma instituição ainda reprodutora da norma, também presente nos discursos de professores/as.

Sobre a primeira intervenção, Maria Rita de Assis César considera a realidade de um homem transexual ficar grávido, visto que a sua identidade de gênero em nada impede que o seu desenvolvimento biológico funcione normalmente. Ao passo que analisa a experiência de um homem transexual morto nos EUA há alguns anos, a autora evidencia um “ritual e restituição do corpo feminino” (CÉSAR, 2008, p. 4). Na terceira intervenção, a autora aponta resultados que constituíram o corpo de uma mulher transexual da forma como ela se identifica. Consideradas “terroristas do gênero” as experiências apontadas pela autora acabam por evidenciar um processo histórico de resistência e subversão as normas que com o passar dos anos foram intensificadas invisibilizando e desumanizando as experiências de mulheres transexuais e travestis.

No artigo “Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências”, Neil Franco Pereira de Almeida (homem cisgênero) e Maria Veranilda Soares Mota (mulher cisgênera), se inserem na análise de professores e professoras gays, travestis e lésbicas sob o lugar que suas identidades de gênero ocupam quando são expressas publicamente com uma maior abrangência no corpo docente. Realizaram o processo a partir do esboço de uma pesquisa de mestrado em educação entre os anos de 2007 e 2008, tomando como pensamento com sentido a um desmoronamento teórico a teoria *queer* sob uma dimensão pós-crítica dos estudos de gênero. É contrastada a realidade escolar onde professores/as se sentem despreparados ao serem confrontados/as com diferentes formas de manifestação da sexualidade dos/as alunos/as. O fracasso escolar sob o discurso da diversidade é evidenciado, quando se lê: “A escola assume um discurso de respeito à diversidade e à diferença, mas, o fracasso prevalece como resultado de suas precárias iniciativas para fazer desse discurso uma vivência real. (ALMEIDA; MOTA, 2009, p. 2).

Ao tocante, percebemos que com o avanço na construção da cidadania a partir do reconhecimento de dimensões como o sexo e a sexualidade, ocorrido, sobretudo, com o advento dos novos movimentos sociais, se estabeleceu uma dualidade entre o que é legal (presente na legislação) e o que é real (presente na realidade dos corpos dissidentes) - frente a produção das diferenças no contexto escolar. A prática do saber no campo da sexualidade é um processo diário e que deve envolver todas as representações da sociedade civil e gestão escolar. Quando não desenvolvido em conjunto também com as/os alunos/as, as práticas e saberes em torno da sexualidade desenvolvidas apenas na escola e não pela escola, levando em conta o conjunto de vivências à sua constituição, podem prevalecer sob uma ótica superficial, sem o aprofundamento necessário para o respeito além da tolerância às diferenças.

Os/as autores/as identificam uma fragilidade na produção do saber sobre sexualidades na escola. Desde o ano de 1997, no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que o Ministério da Educação aponta a Orientação Sexual entre os temas transversais, sob a dimensão da sexualidade e que deve ser desenvolvido por todos os níveis de ensino e pelas distintas áreas do conhecimento. Entretanto, não houve muitos avanços, visto que o processo de deslegitimação de

todas as discussões relacionadas a sexualidade tem sido de fato uma realidade encontrada que atravessa professores/as, alunos/as e demais representantes. O questionamento que se lança é que,

[...] se a ciência apresenta novas respostas científicas com relação à descoberta da orientação sexual, o fato de a escola permanecer como um dos espaços sociais de manifestação da discriminação e do preconceito contra homossexuais representa incoerência na afirmativa de que a escola estrutura seus saberes a partir do conhecimento científico. (ALMEIDA; MOTA, 2009, p. 3)

Em “Um nome próprio: Travestis e Transexuais nas escolas brasileiras” Maria Rita de Assis César (mulher cisgênera) inicia sua escrita enfatizando a importância do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sob a compreensão do fenômeno da exclusão de pessoas transexuais e travestis nas escolas brasileiras. Situa o/a leitor/a com relação a Conferência Nacional LGBT ocorrida no ano de 2008 e que teve como suporte o Programa Brasil sem Homofobia, criado em 2004 em parceria entre o Governo Federal e entidades não governamentais e que deu direcionamento a outras ações como o Programa Escola sem Homofobia, construído em 2011 com o objetivo de direcionar os enfrentamentos contra a exclusão, o preconceito e a violência contra as pessoas LGBTQIA+. Desde a sua criação, o programa foi duramente criticado pela bancada evangélica, sob a ótica errônea de que haveria um corrompimento da infância e da juventude.

Conforme avançamos, a autora imprime que é graças a articulação dos movimentos populares, sobretudo do movimento LGBT que conseguimos entre algumas conquistas, “assegurar mediante legislação específica, a utilização do nome sociais de transexuais nas instituições escolares” (CÉSAR, 2009, p. 2). O nome social é tido para além da identificação apenas de transexuais e travestis; ele define a identidade que congrega possibilidades e encontros para a subjetividade do ser. Os desafios para a aplicabilidade do nome social no âmbito escolar ainda é uma realidade, sobretudo nas escolas mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde a informação costuma ser desassociada das práticas pedagógicas e do currículo escolar vigente.

Para enfatizar o uso do nome social, a autora recorre à Michel Foucault em seu livro “História da Sexualidade – Vol.1” discutindo a sua reprodução a partir do

sistema sexo-corpo-gênero. Conforme apresenta a autora, a “nomação dos sujeitos procedeu de uma engenharia conceitual e institucional” (CÉSAR, 2009, p. 3). Tal processo aprofundou as dinâmicas de poder instauradas na sociedade a partir de um dispositivo de ordenação e funcionamento onde cada indivíduo se desenvolve a partir do lugar que ocupa frente a sua nomeação, enquanto homem ou mulher, sendo silenciada toda e qualquer forma de rompimento dessa norma.

A autora traz a experiência de Orlando, personagem reproduzido por Virginia Woolf a partir da ficção Orlando que foi publicada em 1928. Na obra, a autora sintetiza uma história que ocorre no século XVI e conta com a realidade de um fidalgo que viveu na corte isabelina e que se descobriu mulher aos 30 anos, sendo considerada uma reflexão a respeito da sexualidade vitoriana. Após uma vida de relacionamentos com mulheres e após uma revolução na Turquia, o então personagem Orlando se descobre com um corpo de mulher e é aceito pela corte inglesa em seu retorno no século XVIII. O sistema normativo sexo-gênero é enfatizado pela autora, onde Orlando permaneceu com o mesmo nome e somente a partir de uma autoridade médico-jurídica que o sexo de Orlando foi reconhecido como o de uma mulher.

A autora encerra sua escrita trazendo a referência acima descrita para a contemporaneidade da experiência de mulheres transexuais e travestis, na qual o nome possui um teor de acolhimento ao gênero encarado como pertencente. No âmbito escolar, o nome cumpre justamente o papel de incluir os/as alunos/as em pró da desnaturalização e da não domesticação dos/as indivíduos/as. Para a autora, somente a partir da implementação das leis que abrem precedentes para o uso do nome social nas escolas poderemos chegar à construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

No artigo “A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social nos intramuros da escola”, Denise da Silva Braga (mulher cisgênera) investe sua escrita sob uma proposta de descentralização do sujeito, negado pela modernidade e tido como imutável e universal, sendo tirada questões a partir da pesquisa de doutorado da autora. Precedentes sobre o estigma, estereótipo e abjeção sob a experiência transexual são situados a partir dos processos individuais de produção de si, no qual, frente as possibilidades de comunicação são possíveis a visibilização desses modos de vida outros. A autora se debruça a partir de uma

perspectiva foucaultiana, tencionando a reprodução das subjetividades junto à construção das relações sociais que são estabelecidas diariamente.

O reconhecimento dos atravessamentos que integram a experiência transexual é posicionado pela autora ao dizer que

Populações que se encontram fora dos limites da inteligibilidade social são mais facilmente capturadas pelas práticas reiterativas de discriminação e de exclusão dos discursos hegemônicos que constituem a “normalidade” do mundo social. (BRAGA, 2011, p. 3).

Neste sentido, mulheres transexuais e travestis por não ocuparem a norma social estabelecida, mas ultrapassá-la, acabam sendo desapropriadas junto com as suas identidades consideradas divergentes ao contexto hegemônico. Frente a experiência escolar, a produção dos corpos e experiências ligada à reforma do dispositivo sexo-gênero acaba por possibilitar conforme aponta a autora, possibilidades de problematização de processos de invisibilidade, silenciamento e subalternização que são submetidas as experiências transexuais por estarem fora da “regra do jogo”.

A autora recorre ao relato de três mulheres transexuais sob as suas experiências fora da chamada inteligibilidade social. Pelas experiências, a autora tenciona a escola como um espaço que produz informações e ao mesmo tempo pode manter as experiências de transexuais distante dela. As falas das entrevistadas demonstram um domínio diário sobre a produção de seus corpos e identidades, desde a forma de se vestir, à patologização da experiência transexual. A transexualidade é apontada como uma transgressão à natureza marcada pelo binômio sexo-gênero e que não possibilita o alcance de uma inteligibilidade social às experiências de transexuais e travestis, e onde o dispositivo da heterossexualidade é lido como uma matriz excludente que não visualiza a humanização das experiências divergentes à norma.

Em “A escola como empreendimento biopolítico de governo dos corpos e subjetividades” Dayana Brunetto Carlin dos Santos (mulher cisgênera) apresenta a reprodução da experiência de sujeitos fora das normas no espaço escolar a partir da Constituição Federal de 1988 e a noção do “sujeito de direitos”. Trata da I Conferência Nacional LGBT ocorrida em 2008, onde a articulação dos movimentos

populares proporcionou o aprofundamento de questões pontuais e urgentes à atenção de direitos como o uso do nome social por travestis e transexuais.

A autora traz em cena a importância da organização social para a construção e reconhecimento dos corpos produzidos a partir da compreensão do dispositivo da sexualidade que a partir de seu interior se reproduziu a transexualidade, sendo diariamente atacada frente a rede de saber-poder sob os corpos tidos dentro da norma estabelecida pela matriz sexo-gênero. No âmbito das escolas, a autora infere que há uma grande dificuldade para o desenvolvimento da experiência transexual visto que “as escolas não suportam trabalhar com transexuais, pois empreendem toda uma maquinaria com vistas a estabelecer e reiterar a norma heterossexual”(SANTOS, 2013, p. 8).

Tanto a escola como a transexualidade são lidas pela autora como construções advindas da modernidade, levando em conta que, a escola enquanto um empreendimento biopolítico e situada em uma governamentalidade neoliberal não possibilita o pleno desenvolvimento da transexualidade enquanto uma experiência humana, estando mais preocupada com a formação de Capital Humano para o trabalho. Dessa forma, a exclusão de travestis e transexuais e conseqüentemente a sua evasão escolar é alimentada por uma lógica desumanizadora que não permite a livre expressão de gênero, criando, portando, uma noção de estranhamento frente a desconstrução do corpo-gênero por parte da experiência de travestis e transexuais.

No artigo “Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência Rede Trans Educ Brasil” Marco Antonio Torres (homem cisgênero) descreve travestis e transexuais como sujeitos desclassificados, produzidos sob uma desordem social e psiquiátrica amparados pela heteronormatividade. Trata a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2012 sobre a atuação de professores e professoras transexuais e travestis e suas funções em redes públicas de ensino que materializaram a “Rede Trans Educ”. Utiliza o referencial teórico a partir de contribuições de Judith Butler, Michel Foucault e Guacira Lopes Louro.

Frente a realidade da população pesquisada, o autor evidencia uma precarização nas experiências de travestis e transexuais que se destacam no ambiente escolar, sendo submetidos/as ao fenômeno da transfobia cotidiana como uma forma de identificar/denunciar processos de exclusão, silenciamentos e invisibilidades nas experiências transexuais. A emergência da “Rede Trans Educ” é

evidenciada a partir do 1º Encontro Nacional da Rede Trans Educ, ocorrido no ano de 2012, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. A contribuição da sociedade civil, professores/as e pesquisadores/as e do movimento de transexuais e travestis é apontada como uma fundamental estratégia de articulação e reconhecimento da transexualidade e travestilidade em todos os espaços sociais.

No artigo “Gilda e a vida queerizada” Jamil Cabral Sierra (homem cisgênero) apresenta a figura de Gilda, uma travesti que viveu em situação de rua na cidade de Curitiba entre o final de 1970 e início de 1980. Gilda perambulava pela famosa Rua XV de Novembro, estando sempre de bom humor e com um sorriso no rosto, mesmo que a dura realidade da época lhe empurrasse para qualquer outro sentimento que não fosse alegria. Gilda decidira ser feliz.

Segundo o autor, Gilda escancarava a sua identidade travesti, rompendo com qualquer norma que lhe impusessem, sendo ela mesma e pronto. Gostasse dela ou não, Gilda estava sempre vivendo o *queer*, com atitude *queer*, levando uma vida queerizada. O autor traça um panorama da vida de Gilda entre o cinismo e o resgate da vida abjeta, trazendo o modo de vida de Gilda como uma possibilidade para se promover possibilidades outras de sujidades que nas palavras do autor, refere-se “a certos elementos que sempre foram associados à uma dimensão abjeta” (SIERRA, 2013, p. 8). Com isso, o autor apresenta a forma de vida queerizada como uma possibilidade outra para se viver sob a ideia cínica descrita por Foucault, desvinculando o corpo de suas práticas tradicionais e pré-estabelecidas.

Em “Professoras Travestis e Transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados” Jamil Cabral Sierra (homem cisgênero) e Graça Aparecida Cicillini (mulher cisgênera) empreendem Cipriano Luckesi, que em 1970 traçou um diagnóstico do cotidiano escolar, onde se evidenciou o desenvolvimento de práticas educativas sob o aspecto do senso comum, contestando essas práticas e conjunto de saberes afim de promover uma prática docente a ser alicerçada sob uma filosofia crítica.

Mediante uma análise bibliográfica e documental, além da aplicação de questionários com doze professoras de diferentes regiões do Brasil, os/as autores/as promoveram uma discussão sobre o “universo trans”, expressão cunhada por Marcos Benedetti. A pesquisa seguiu uma perspectiva *queer* para se pensar na escolarização de professoras trans. Na escrita, os/as autores/as reconhecem que

devido a associação da transexualidade e da travestilidade como uma vertente da homossexualidade, a maioria das pesquisas acabam por generalizar as experiências transexuais e travestis à população LGBT.

Com relação as experiências das professoras transexuais e travestis entrevistadas, há o reconhecimento dos percalços sob o processo de escolarização, como também a identificação de histórias de êxito e realização profissional. O processo de resistência é diário e permanente, estando vinculado à prática pedagógica dessas docentes, localizando a escola como um espaço de promoção da cidadania e que deve efetivar a noção de direitos dessa população.

No artigo “Universo Trans e Educação: construindo uma área do conhecimento” Neil Franco (homem cisgênero) e Graça Aparecida Cicillini (mulher cisgênera) situam a partir de um estado da arte o surgimento das demandas de pessoas trans a partir do final da década de 2010. Entre 2008 e 2014 há uma crescente onda de publicações de artigos em anais e eventos com foco de investigação sob o “universo trans”. Apesar dessa evidência, os/as autores/as indicam que o volume de pesquisas sobre o “universo trans” masculino ainda é muito embrionário. Os principais pressupostos a respeito da preocupação em se pensar o “universo trans” ocorre com o processo de rompimento da hierarquia de gênero nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo com a contribuição do movimento feminista. No campo educacional, as/os autores/as situam que os efeitos desse rompimento foram consolidados mais centralmente na década de 1990 com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os/as autores/as enfatizam que o reconhecimento da sexualidade como campo de discussão se deu primeiramente no âmbito dos programas de pós-graduação na segunda metade de 1980, onde passaram a se constituir núcleos de estudos e pesquisas com direcionamento à população LGBT. Passam a compor a discussão a partir da relação entre o “universo trans” e a educação, apresentando dados de publicações ocorridas sob o campo de estudo entre os anos de 2008 e 2014 a partir de artigos, capítulos de livro, dissertações e teses, chegando ao universo de 18 trabalhos que relacionam o “universo trans” à educação.

Os materiais são analisados e os/as autores/as identificam que há vertentes predominantes nas pesquisas, como também os aspectos metodológicos que foram adotados. A abordagem das “pluralidades” foi constantemente evidenciada nos trabalhos, nos fazendo refletir sobre o estudo das diferenças trazidas pela *teoria*

queer. Entre os/as principais autores/as utilizados/as nas pesquisas, estão: Michel Foucault, Gilles Deleuze e Judith Butler. Com relação a espacialidade geográfica, o Centro-Oeste e o Nordeste foram as regiões que menos produziram pesquisas no referido campo e período. Os/as autores/as reconhecem a importância das produções sobre o “universo trans” quando se lê que esses trabalhos “confrontam ospadrões heteronormativos de constituição dos sujeitos sociais e possibilitam a emergente discussão das diferenças” (FRANCO; CECILLINI, 2015, p. 13). Há de se considerar que produzir fora do que a maioria tem produzido na educação é um grande desafio, sobretudo pelos ataques que a própria Educação vem sofrendo nos últimos anos.

No artigo “Docência trans*: entre a decência e a abjeção” Dayana Brunetto Carlin dos Santos (mulher cisgênera) traz narrativas acerca da experiência trans, onde a docência por vezes é direcionada a mulheres transexuais apenas e às travestis resta a invisibilidade, as ruas, o asfalto. A produção de uma docência- decente é criada a partir de uma cartografia sob os regimes de verdades que alocamo ser travesti em locais subalternizados sem chances de promoção. A autora analisagenealogicamente a regulação dos corpos e condutas que ao longo dos anos foi feita às docentes frente as relações de saber-poder-verdade, tomando como exemplo o contrato de trabalho de professoras em 1923 que, à época, era exigida condutas dentro e fora de sala de aula, a fim de preservar a imagem da docente e não macular o nome das instituições frente a moral feminina ocidental.

A autora desenvolve uma investigação a partir de entrevistas com professoras trans e suas práticas docentes, das regulações de seus corpos e suas condutas diárias. Pelas narrativas analisadas, a autora questionou a Pedagogia como um dispositivo, onde, frente ao processo educacional cisheteronormativo, faz com que as experiências de professoras trans não sejam naturalizadas. Todavia, a presença dessas professoras no contexto escolar acaba promovendo novos territórios, onde a liberdade, o respeito e a democracia passam de fato a existir. A autora encerra sua escrita afastando qualquer tipo de generalização das docências trans. Da mesma forma que mulheres transexuais e travestis são múltiplas e plurais, assim também deve ser a docência trans.

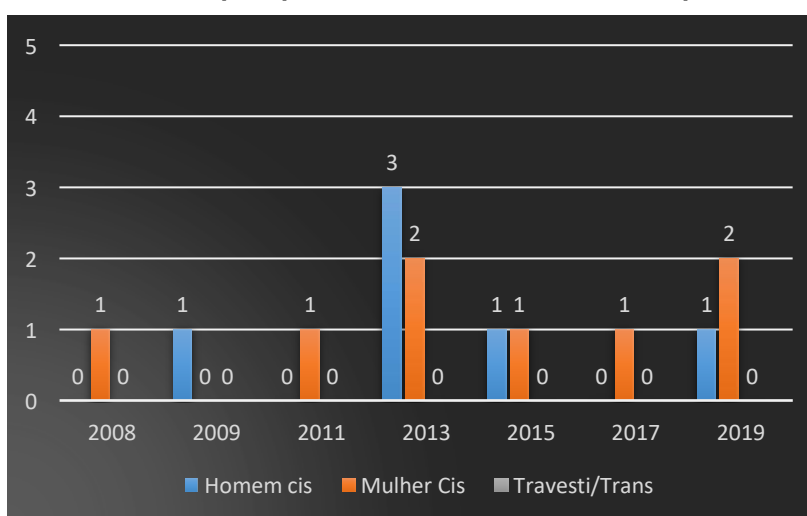
Em “Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia” Sandro Prado Santos (homem cisgênero) denota uma prática investigativa a partir de uma pesquisa de doutorado onde se dispôs a

cartografar os atravessamentos do encontro “Experiências de pessoas trans – Ensino de Biologia”. O autor traz à escrita a partir de sua vivência e territórios do corpo, gênero e sexualidade no âmbito da biologia. A partir do curso em questão, foi possível chegar à cartografia das experiências desenvolvidas como uma possibilidade de investigação, objetivando também uma fissura no campo da biologia que por vezes se mostra bastante conservador para se discutir corpo, gênero e sexualidade fora da matriz sexo-gênero.

O autor utilizou a metodologia de diálogo-entrevista entre os anos de 2016 e 2017, possibilitando que questões fossem problematizadas a respeito da educação em biologia e das vivências trans. Após considerar as fragilidades encontradas nas experiências trans frente a educação em biologia, o autor assume que o encontro possibilita um novo pensar para a educação em biologia acerca das experiências trans. Dessa forma, assume um papel de desterritorialização de gêneros e sexualidades no campo da biologia e demais áreas.

A partir do material reunido, conseguimos iniciar o processo de mapeamento das experiências de mulheres transexuais e travestis nos anais do GT23-Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd entre os anos de 2004 e 2019. Dado o processo descrito, passamos a perguntar sobre o lugar de vocalidade de mulheres transexuais e travestis no referido GT. Assim, possibilitamos pensar sobre o protagonismo dessas mulheres em suas escrituras*. Elaboramos o gráfico abaixo para uma melhor compreensão da realidade encontrada.

Gráfico 1: Autores/as que apresentaram ao GT23 sob as experiências trans*



Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a busca ativa em *sites* e redes sociais dos/as autores/as.

Para a construção do gráfico acima, recorreremos aos sites de buscas, redes sociais e informações acerca dos/as autores/as que fossem de encontro a identidade de gênero transexual ou travesti. Dada a construção, evidenciamos que dos/as autores/as responsáveis pelas escritas que serviram de base ao mapeamento das experiências trans* no GT23-Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd, contando com 8 autores/as, nenhum/a é transexual ou travesti; todos os/as autores/as são pessoas cisgêneras. As experiências de mulheres transexuais e travestis na pesquisa em educação já é uma realidade, proporcionando em seu sentido mais amplo um despertar à realidade que nos forja enquanto pesquisadores/as e humanos/as.

Todavia, convidamos você leitor/as, de maneira muito humilde e gentil, a refletir sobre uma possível solidão epistêmica no campo da educação, visto que por mais que ocorra a presença de mulheres transexuais e travestis no campo como já evidenciado anteriormente, elas não estão produzindo suas próprias vivências no maior fórum de educação do Brasil para além de objeto de estudos e pesquisas. Frente a presença dessas mulheres na pesquisa e na produção do conhecimento “orosto do estrangeiro queima de felicidade” (KRISTEVA, 1994, p. 11) ao se ver, se fazer e fazer a pesquisa em educação. Tal percepção evoca o reconhecimento de uma solidão epistêmica também como uma forma de violência ou até mesmo como um dispositivo de exclusão e silenciamentos para essas pessoas que possuem atravessamentos singulares à construção do campo da educação de maneira que ultrapasse a marca de uma produção cis, hétero e colonial.

2.3 E se pensarmos a solidão como um atravessamento da violência de gênero na educação contra mulheres transexuais e travestis?

No relento da noite durante a queima de um cigarro, tomo dentro de um singelo lampejo – dado às mais profundas referências do ensejo, uma noção vívida de busca pela solidão. Tal como a Urutau (Suindara, rasga mortalha, coruja-de- igreja) que segundo a lenda mexicana, cumpre o papel de anunciar o findar da vida física ao pairar na janela de um índio e bravejar seu canto agourento, sendo chamado no Norte do Brasil como “o pio da coruja”. Ave de rapina, a CorujaSuindara vive sozinha; de hábito noturno, pouco referenciada ao se tratar da fauna e

tida como negativa: vida que merece ser apedrejada ao alçar voo nas comunidades tradicionais.

Tal referência apresentada, emprega um convite, para juntos, alcançarmos o objetivo de identificar a solidão como uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis, sabendo que, conforme explica Bruno do Prado Alexandre (2020, p. 19), “tudo o que se contrapõe as normas hegemônicas do gênero e da sexualidade tem sido visto sob um olhar de inferioridade e, ao mesmo tempo, concebido como ameaça”.

As escritas transformaram-se em encontros que reverberam dos estudos pós-estruturalistas, tendo como voo inicial o silêncio em espaços e dimensões da vida cotidiana e que podem possibilitar a desumanização dos sujeitos e seus corpos invisibilizados e destituídos de legitimidade social que buscando uma inteligibilidade, entregam-se a expatriação dissidente – onde a vida passa a existir marginalizada, esquecida, pouco louvável, nua e sem cor, quando não tirada sorrateiramente pelas tensões provocadas por quem tem nos dissidentes, abjetos dos territórios formais, desertores.

Na seara da preocupação expressa e na tentativa de aprofundar tensões no seio da solidão, oferecendo uma possibilidade para o questionar, provocamos: E se pensarmos a solidão como um atravessamento à experiência trans? Tal tensionamento emana do interesse em produzir uma escrita outra que possibilite o atentar à solidão como uma realidade vivida, principalmente na experiência das abjeções, que na percepção de Butler, refere-se a “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como “não importante” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161).

E, aqui, caro/a leitor/a, afastamos o sentido de solidão da experiência de estar só. Visualizamos em nossa perspectiva que a solidão pode cruzar as experiências de mulheres transexuais e travestis de diferentes possibilidades e sentidos de (re)existências, uma vez que a solidão, tal como aqui pensada, se refere de uma desumanização que erode a rede de sociabilidade fundamental e inelutável à toda vida humana: “nenhum corpo é isento de redes amplas de sociabilidade: invariavelmente, todos nós precisamos de abrigo e manutenção para que possamos persistir ou sustentar nossa existência” (BALTHAZAR, 2019, p. 7).

Assim dito, falar em solidão, aqui, é de como o dispositivo cisheteronormativo imputa uma vulnerabilidade política a toda dissidência sexual, de modo que alija não só o reconhecimento de corpos trans e travestis como humanos; mas, mais profundamente, na produção de sua desumanização, institui uma solidão ontológica incontornável e, assim, marca esses corpos como abjetos:

Esses humores, essa imundície, essa merda são aquilo que a vida suporta com muito custo e ao custo da morte. Ali eu estou nos limites de minha condição de viva. Desses limites se livra o meu corpo como vivo. Esses dejetos caem para que eu viva, até que, de perda em perda, nada mais me reste, e que meu corpo caia por inteiro para além do limite, cadere, cadáver (KRISTEVA, 1982, p. 4).

Diante da perspectiva adotada, concebemos a noção de Guacira Lopes Louro, ao potencializar a escrita pós-estruturalista segundo o arcabouço teórico e político pelo qual nos debruçamos ao longo do processo de produção do conhecimento. Para a autora, o norte da perspectiva pós-estruturalista é “operar coma provisoriidade, com o transitório, com o mutante” (LOURO, 2007, p. 238). Assumindo, desde já, o compromisso da incerteza, da mutação diária, voltamos à solidão e como ela se regula na ideia de estrangeiridade e de abjeção, constituindo este texto como uma espécie de gatilho para a investigação apresentada, além de possibilitar a transgressão de categorias fixas que já não respondem à realidade imposta aos sujeitos ditos desviantes.

Entregamos a partir daqui, uma possibilidade de um voo silencioso, mas não solitário, contemplando as muitas vidas que, diferente da Coruja Suidara, têm sido sim referenciadas, sobretudo na Educação, mas pouco atuantes nas cenas cotidianas enquanto protagonistas de suas “escrevivências”, apedrejadas quando próximas demais das comunidades tradicionais que não enxergam nas dissidências a possibilidade de uma inteligibilidade social, “repelindo, por meio de distintos mecanismos, por vezes dissimulados, as sexualidades ditas desviantes ou “periféricas” (ALEXANDRE & SALGADO, 2020, p. 19). Conseqüentemente, tais corpos são lançados à margem de um rio pedregoso e que requer um cuidado expressivo por parte daqueles/as que decidem investir no tratar de suas águas, mesmo que frias, mas passíveis de criar vidas em sua nascente.

Ao passo que reconhecemos o voo silencioso, mas certo da Suindara, evidenciamos a sua existência entre as mais belas aves, onde mesmo sozinha se

mantém presente entre aqueles/as que por vezes a desejam extirpar. Com as previsões de Butler, aprendemos que as abjeções emanam de um processo discursivo, pois o discurso habita o corpo. Elas “se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (PRINS & MEIJER, 2002, p. 163). Desta forma, continuam a (re) existir – ao tempo, à norma, à solidão; essa, já como uma crosta que se esconde territórios e possibilidades às práticas de afeto, nos fazendo relacioná-la também à experiência trans, pois não há como transitar entre a produção do conhecimento e a violência posta às experiências de mulheres transexuais e travestis sem reconhecermos política e eticamente que a solidão pode estar subjetivamente presente em seus entornos.

Assim, objetivamos neste momento identificar a solidão como uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis; vidas essas que se instituem nas diferenças, na “estranheza” - diga-se de passagem, consideradas pela estrutura ainda rígida no que concerne as apreensões sob a ótica narrativa dominante. Tal noção se legitima no “processo através do qual certas pessoas são excluídas de determinados ideais normativos de subjetividade, em nome da expulsão do ‘impuro’” (LANZ, 2014, p. 228). De um violento silêncio, nasce a exclusão da abjeção, recaindo às mulheres transexuais e travestis o lugar de estrangeiras, sem a mínima liberdade para se fazer jus às suas experiências.

Em nossa pesquisa, a solidão como dimensão da violência, passa a ser concebida no entorno de práticas discursivas que emergem dos estudos pós-estruturalistas, atrelada aqui aos conceitos de estrangeiridade e abjeção. Para o encontro destes conceitos, voltamo-nos às singularidades dos estudos da diferença, que buscam “questionar o pensamento binário e oposicional com o qual estamos acostumadas a lidar e nos lançamos para experimentar a pluralidade” (LOURO, 2007, p. 238). Dessa maneira, ao reiterarmos as plurais noções de mulheres transexuais e travestis e não apenas “mulher”, expurgamos a noção universal e biológica que por séculos foi imposta às diferentes noções de mulheridades e feminilidades.

Com os movimentos sociais, as vozes abjetas passam a contrapor, a partir dos reflexos que recaem no campo das relações sociais estabelecidas, sons abafados de uma solidão que não se liga apenas ao aspecto afetivo das relações sociais, mas de estruturas alimentadas por uma ótica normativa que já não é capaz

de aprisionar tais experiências. Aqui, provocamos uma solidão regulada em territórios formais, dando às “desviantes” – aqui, frente as experiências de mulheres transexuais e travestis uma imersão de possíveis solidões – onto-epistemológica; questionando um apagamento desses retalhos que em sujeitas transbordam vida. Vidas essas passíveis da lembrança e da atuação, constituindo suas próprias escritas outras como sujeitas atuantes dentro de uma estrutura forjada no silêncio, mesmo que gritante, de personas ainda estrangeiras em seu próprio tempo.

Entre noções da *outra*, lançado sempre à margem de retalhos costurados em potências que, hoje tornam-se sujeitas que produzem e reproduzem diferentes processos de vocação teórica, aproximamos a estas a noção de “estrangeiridade”, adotada neste processo de escrita e concebida a partir das reflexões de Júlia Kristeva em *Estrangeiros para nós mesmos* (1994). Tal construção se aproxima de nosso objeto de estudo, a análise da “questão trans” frente as experiências de mulheres transexuais e travestis, no sentido de possibilitar que novas formas de alteridade possam ser contempladas e vividas; atuantes, em territórios minados ainda com certa resistência as discussões como a que aqui cunhamos.

Pensamos nas experiências de mulheres transexuais e travestis, “Suindaras” traduzidas em corpos ditos “minorias” como estrangeiras, aproximando-as de nosso objeto de escrita, no tempo em que, “adepto da solidão, incluindo o que se sente no meio das multidões, ele é fiel a uma sombra: um segredo mágico, um ideal paterno, uma ambição inacessível” (KRISTEVA, 1994, p. 13). A emergência desta possibilidade de imersão, carrega a solidão como uma potência subjetiva que implica nas muitas dimensões da vida, ao passo que, segundo Kristeva (1994), ninguém melhor que o próprio estrangeiro é vívido de paixão e solidão, estando intrínseco ao seu processo.

Se pensarmos na sugestão de tantas vezes que mulheres transexuais e travestis, mesmo pairadas por experiências de exclusão que violaram suas noções de existências, e mesmo assim insistiram em ousar a existir, mesmo que em guetos dispersos, conseguiremos compreender a importância por exemplo da manutenção de redes de solidariedade que mulheres transexuais e travestis acabam se permitindo para que haja o mínimo de vida em suas perspectivas.

Presentes nas instâncias hegemônicas, mulheres transexuais e travestis desafiam a produção de reprodução de práticas discursivas e da própria norma. Tais corpos não são inteligíveis (um argumento epistemológico) e não têm uma

existência legítima (um argumento político ou normativo). (PRINS; MEIJER, 2002, p.160). Corpos marginalizados e silenciados em espaços hegemônicos – públicos e privados. “Silêncio, Transgressores da norma. Marginais! ”. Ao que parece, nos é um convite questionar os lugares de reprodução das experiências; dessas experiências que por vezes se mostram pouco concebidas, importadas e investidas. Nesse sentido, “a intrusão do *outro* suscita na homogeneidade de uma família ou de um grupo” (KRISTEVA, 1994, p. 47). A noção de Ser Humano, então, passa a ser percebida no tocante de que suas práticas de afeto e cidadania, quando, por exemplo, sejam lidas como indiferentes aos demais membros da sociedade.

As experiências que são hoje necessárias para a eclosão do conhecimento, emanam de um passado em que “ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 2009, p.485). Se conseguimos tensionar a “questão trans” frente às experiências de mulheres transexuais e travestis e aqui trazer a solidão como um de seus tantos atravessamentos, é porque o passado de resistências em que essas mulheres estiveram diretamente ligadas realizou o despertar a todo processo de incômodo e escrita do outro.

Tal menção delimita um entre tantos aspectos daquilo que compreendemos sobre a “experiência trans”, aqui apresentada. Um objeto indissociável às vidas de mulheres transexuais e travestis em que a solidão como um de seus atravessamentos não se resume no “estar só”, até porque “o estrangeiro quer estar sozinho, porém cercado de cúmplices” (KRISTEVA, 1994, p. 20). Esse paradoxo acompanha as vidas daquelas que estão exiladas em seu próprio lar.

Deslocadas de grades centros urbanos – aqui referenciado pelos espaços de poder e construção coletiva; e lançadas às fronteiras, a estrangeira é desafiada a subverter-se diariamente, encontrando novas possibilidades de agir sem animosidade, mas com o desejo de fraturar à norma. Na busca por uma inteligibilidade social, pelo corpo passível de aceitação, “o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura” (LOURO, 2018, p.16).

A solidão, traduzida como um dos tantos atravessamentos à “questão trans”, aqui atribuída a uma possibilidade de se pensar o estrangeiro de si mesmo, nos convoca à reflexão. A pensarmos nas produções e reproduções postas aos corpos considerados “estranhos”, intrusos, e “os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem [...]” (LOURO, 2013,

p.31). Assim, a solidão reverbera em diferentes dimensões da vida humana – social, econômica, política, afetiva; afastando esses corpos de espaços de poder e sociabilidades, e, ainda assim, quando acessadas essas experiências, tais costumam-se ocorrer um conflito diário de reafirmação de vidas.

Todos os dispositivos que regulam a chamada norma, implicam em concebermos a solidão da estrangeira de uma maneira mais profunda que apenas no âmbito afetivo das relações. Implica em assumirmos que tais corpos passam a ser considerados um problema quando percebem a necessidade de uma mudança estrutural, para que assim, possam existir fora do imaginário, podendo materializar suas experiências e discursos outros, entendidos para nós, estudiosos dos estudos de gênero como um avanço, cruzando fronteiras, convergindo suas experiências em uma grave transgressão.

Da roupa nua, da carne crua. Da insana desviante que se nomeia humana, que é humana, “uma pessoa a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, [...] comportamento que as pessoas simplesmente rotulam como tal” (BECKER, 2008, p.21-22). Tal qual a Suindara, insistente à natureza – desviando das pedras que emanam de terrenos rígidos, ainda excludente às diferenças, buscamos possíveis caminhos de como podemos identificar a solidão como um aspecto presente nas experiências de mulheres transexuais e travestis, inclusive na produção do conhecimento em seu terreno epistêmico e na discussão da violência enquanto um dos muitos atravessamentos que perpassam a “questão trans” entendendo que “a tarefa de conhecer é sempre incompleta, sem fim” (LOURO, 2007, p. 238). Logo, aqui seguimos com pistas, longe de verdades absolutas e fixas, estando abertos também ao recebimento de novos incômodos que possam ser torcidos em nosso campo de pesquisa e vivência convergida em lutas diárias.

Ao conhecermos um pouco mais das nossas aproximações epistêmicas, conhecemos a nós mesmos – podendo enxergar ou não possibilidades de (re)existências. Neste sentido, empreendemos a noção de *abjeção* em Butler, onde os corpos se materializam e movimentam-se em fronteiras de si mesmos. Butler (2001) concebe que os seres abjetos, ou seja, aqueles que são impensáveis e invisibilizados em diferentes estruturas de poder não são devidamente generificados - pois se distanciam de uma norma constitutiva de terrenos dos corpos aceitáveis, onde “sua própria humanidade que se torna questionada” (BUTLER, 2001, p. 161).

Passamos a evidenciar tais experiências dentro de uma perspectiva pós-estruturalista, consideradas pela normatividade como desviantes. Ou seja, “quem é marcado ou o que é marcado é aquele ou aquilo que se afasta da norma” (LOURO, 2007, p. 243). Ao se afastarem da estrutura que funda experiências de gênero com *focus* em uma visão biomédica, que não possibilita a atual leitura delas em nossa perspectiva adotada, as experiências de mulheres transexuais e travestis, essas experiências estrangeiras evidenciam-se pela transgressão de categorias e fronteiras sexuais, incorporando-se à abjeção, ao desvio, e ao não aceitável como passível de legitimidade. Todavia, da mesma sorte, o terreno da abjeção tem constituído justamente o nascimento de novas vozes, de experiências que outrora não existiram em espaços de poder e controle social.

Segundo Butler (2014, p. 252), uma norma “opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas”. As estruturas que regulam as experiências e práticas de gênero e sexuais, acabam por tecer a ilegitimidade do estrangeiro, desconhecendo a sua existência, mesmo que à margem da fronteira. Trata-se de uma via para a construção de um poder social, onde os sujeitos que atravessam tal estrutura não alcançam a legitimidade de suas experiências consideradas dissidentes.

Ao passo que buscamos romper com a norma instituída, concebemos que a própria vida é formulada em muitas dimensões, onde, de fato, “passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança” (BUTLER, 2011,p.15). Tal discurso ultrapassa a noção do que é dito oralmente, mas sobretudo pelas práticas que regulam os corpos e suas experiências. Em *Bodies that matter* (Corpos que importam), Butler (2019) evidencia que, na matriz considerada excludente, os sujeitos abjetos são alocados em zonas “inabitáveis”, ou seja, em experiências não dominadas pela noção do sujeito normativo.

Para pensarmos a solidão como um aspecto presente nas experiências de mulheres transexuais e travestis, passamos a considerar a norma sublinhada anteriormente como um projeto de colonização que antecede a própria existência de sujeitos que, historicamente, “remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (LOURO, 2000, p.9). Tal processo infere direta e significativamente na ilegibilidade do ser abjeto e no silenciamento das sujeitas consideradas desviantes, sendo lançadas em uma (des) identificação coletiva de

suas experiências e práticas discursivas. Podemos pensar nos espaços políticos que mulheres transexuais e travestis têm ocupado ao longo dos anos como um marco histórico e que só ocorre, pois, a fratura com a norma binária de gênero continua sendo forçada cotidianamente.

A norma, sob a ótica pós-estruturalista, imprime desafios de uma escolha teórica e política que desestabilize a maneira como concebemos verdades absolutas. Que desconstrua “imagens ou ideais construídas socialmente sobre aquele sujeito, ou o que se espera dele/dela enquanto um corpo que produz sentidos” (DENARDIN, 2019, p.41). Frente a isso, não buscamos dominar a discussão aqui apresentada, levando em conta as muitas complexidades do processo de pesquisa, mas possibilitar o debruçar sobre a solidão também enquanto uma dimensão da “questão trans” e que se materializa nas experiências de mulheres transexuais e travestis frente as normas regulatórias impostas pela matriz cis heteronormativa.

Continuamente, a norma acompanha o estrangeiro durante toda a sua trajetória, considerando este o "inimigo a ser abatido nos grupos humanos mais selvagens" (KRISTEVA, 1994, p.10). Esse abatimento pode ocorrer de várias maneiras, desde o silenciamento em espaços de acesso, passando pela escassez de dinâmicas oriundas da sociedade, e, por fim, a morte literal. De modo geral, a norma implica a necessidade do abjeto ser estrangeiro e de viver no estrangeiro. Assim como a Suindara, mesmo sendo livre, vivendo longe dos grandes centros urbanos. Há escritas sobre experiências trans, mas, quantas mulheres transexuais e travestis, de fato, estão protagonizando essas escritas enquanto um dos espaços políticos mais importantes à difusão do conhecimento científico?

Dado o incomodo com a norma aqui evidenciada, passamos a refletir então sobre como a solidão está inscrita nas muitas dimensões da vida abjeta, e como isso reverbera em nosso objeto de estudo – a “questão trans” frente as experiências de mulheres transexuais e travestis. No caso do estrangeiro, do abjeto, a norma visa “delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames” (LOURO, 2001, p.541). Com isso, a solidão se estabelece, não se findando em relações de afetos ou na falta deles, mas, sobretudo, se constitui na dissolução de aspectos fundamentais para o reconhecimento do ser inteligível.

O grande desafio posto à norma e a sua desconstrução¹⁹, deriva de suas transformações e instabilidades, que são reguladas pelas instituições tradicionais – Estado, Igreja e a Ciência, considerando estranho “aquele que não faz parte do grupo, aquele que não “é dele”, o outro”. (KRISTEVA, 1994, p.100). Neste sentido, parece não haver espaço para a construção de novas possibilidades de vida nas diferenças, porém, mesmo com a continuidade das práticas normativas, paradoxalmente, “elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam” (LOURO, 2001, p.549).

A norma passa a ser questionada, colocada em suspensão à vida de sujeitos estrangeiros de sua própria realidade, onde, levando em conta o nosso aporteteórico, não encerramos essa discussão, nem tampouco findamos aqui o processo de escrita, mas, provocamos inicialmente a emergência de se perceber a “questão trans” como uma dimensão de tais corpos que ainda nos dias de hoje, se produzem à margem de rios dominantes, no campo do “inaceitável”, tornando as sujeitas desse processo, estrangeiras de seu próprio povo, dentro de sua própria nação, onde a prescrição dificulta a superação da dicotomia sexo/gênero²⁰.

Viver à ponta do *iceberg*, é uma constante labuta presente na realidade de mulheres transexuais e travestis, onde diariamente são obrigadas, conforme nos aponta Kristeva (1994) a não vivenciar outro meio social senão o ódio dos outros. Tal ódio pode ser mensurado não somente nas práticas de violências diretas contra essas mulheres, ódio esse instaurado por exemplo na década de 1980, quando a *AIDS* foi considerada um tipo de “câncer gay”, intensificando a discriminação já existente nos diversos setores da sociedade; mas no expelir de qualquer referência que implique na existência do *Queer*, do estranho, onde “a polarização heterossexual/homossexual seria questionada” (LOURO, 2004, p. 49).

Compondo uma intensidade de propostas a serem apontadas, a transexualidade emerge no século XX como uma expressão de gênero para além da separação binária “vagina-mulher-feminilidade versus pênis-homem-masculinidade” (BENTO, 2011. p. 553), que há muito tempo tem provocado diversas reações em diferentes realidades. Segundo Bento (2011), “as experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas

¹⁹ Segundo Louro (2001, p.548) a noção de desconstrução “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer”.

²⁰ Para uma melhor compreensão da dicotomia sexo/gênero, ler Nicholson (2000).

estruturas corpóreas.” Assim nascem outras experiências, lutando diariamente por uma inteligibilidade social.

Se trazemos essas considerações, é porque a realidade da amostragem do GT 23 e sua autoria acabam, infelizmente, reafirmando o *cistema* mais basilar e constitutivo da universidade (e do campo pedagógico como um todo): o sujeito da educação como expressão primeira da construção moderna de sujeito cognoscente, uma noção de sujeito que por muito tempo se propôs, em sua matizes de racionalidade, neutro, isento e representativo daquilo que a humanidade poderia vir a ser. Contudo, e desde as teorizações feministas, esse sujeito passa a ser cingido e evidenciado seu caráter politicamente interessado de manutenção do ideal de razão e de cognoscência às subjetividades herdeiras das luzes: o sujeito do conhecimento tem um gênero, tem uma cor, tem uma classe, tem uma sexualidade (LOURO, 1997).

Assim, e ao constituir a universidade – e a quem a universidade é destinada -, o sujeito da razão alijou de espaços, como o do maior fórum de discussões em educação, corpos dissidentes – sejam trans, gays, lésbicos, etc. No caso dos corpos trans e travestis, é impossível não afirmar que sua rarefeita presença como objeto e a completa ausência como produtora do conhecimento sobre as experiências trans e travestis é fruto, talvez, do modo como a violência se transveste, aqui, de uma solidão epistêmica enquanto epistemicídio da epistemologia trans:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição de alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc(CARNEIRO, 2005, p. 97).

Enquanto epistemicídio, a solidão epistêmica é uma marca de como o espaço da ANPEd, mesmo em um GT dedicado às questões de gênero e sexualidade, ainda

não conseguiu fraturar a cartografia cis-hétero-colonial que instituiu e é instituída por aqueles e aquelas que são vistas como vidas legítimas a ocuparem o lugar de sujeito cognoscente. A universidade é parte do *cistema*. A docência é parte do *cistema*. A pesquisa é parte do *cistema*. A educação é parte do *cistema*. O *cistema* é epistemicída com toda epistemologia que emerge da fronteira e reivindica um lugar no centro. O *cistema* é radical violência de exclusão e alijamento que dão corpo e forma a uma solidão incontornável.

Contudo, e ainda que o *cistema* persista, a vida vaza e transborda o chão da universidade e, ainda que de modo contingente, a pequena amostragem ainda é sintoma de uma resistência em processo, em construção. Assim, com o intuito de afastar a escrita aqui presente de uma característica prescritiva, buscamos dar a possibilidade de você, caro/a leitor/a, concordar ou não com o que estamos discutindo. De antemão, defendemos conforme nos apresenta a filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro, que ocorra “um projeto de descolonização epistemológica” (RIBEIRO, 2017, p. 18). Ou seja, que possamos reconhecer a existência de processos de fragmentação dos acessos, espaços e possibilidades para que as experiências que fogem da norma, ditas abjetas, marginais e que não são importantes na hegemonia cisheteronormativa, possam ser evidenciadas como passíveis de vida, ocupando espaços de produção do saber e resistência às normas estabelecidas.

A partir deste movimento, passamos a pensar na análise da pós-graduação no Brasil, considerando a luta pela inteligibilidade de gênero para o avanço do contexto educacional, refletindo sobre o que os corpos ditos “fora da norma” tendem a imprimir quando passam a ocupar lugares de poder como a educação e a produção do saber. Ao findar, apresentaremos brevidades acerca de um fenômeno considerado uma virada epistêmica – quando mulheres transexuais e travestis passaram a compor a produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Educação não mais apenas como alvo de análise ou coleta de dados para as pesquisas científicas, mas sob a luz de suas *escrevivências*.

Tal movimento se constrói com o reconhecimento da entrada de mulheres transexuais e travestis nos programas de mestrado e/ou doutorado, sendo fundamentais à produção de suas experiências a partir de olhares diretos da carne, que sangram cotidianamente a cada marcador de exclusão e silenciamento. Com

isso, passamos a conceber os locais onde a produção do ser pode contribuir para a sua humanização e para o alcance de vidas que precisam ser lidas.

ASCENSÃO:

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE MULHERES
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO (2010-2021)**

SEÇÃO III

Somos completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites da inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento humano.

Letícia Carolina Nascimento.

Os desafios postos às experiências de mulheres transexuais e travestis na/para a educação brasileira, passaram a cingir discussões mais profundas nos últimos anos do que apenas pensar as diferenciações entre essas identidades femininas de gênero, alocando-as em posições que por vezes acabam universalizando suas corporalidades, onde “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade, incluindo a linguagem” (CAVICHIOLO, 2021, p. 184). Aqui, buscamos dar legitimidade às memórias e as lutas que nos atravessam diariamente na pesquisa e na vida a partir dessas experiências de gênero, como a expulsão dessas mulheres do seio familiar e da escola, assim como toda experiência de sujeitas consideradas “desviantes” que, conforme tensionam, Alexandre & Salgado (2017) por não estarem associadas às normas que pairam à cis heteronormatividade, tendem a ser exiladas à marginalização e subalternidades.

Tal realidade imprime a emergência de realizarmos mergulhos mais profundos, considerando a educação como um espaço de poder que tem sido ocupado por essas mulheres em suas diferentes dimensões, incluindo a produção do saber em torno de suas vivências – podemos chamar à cena a noção de “escrivência” tensionada pela escritora brasileira, Conceição Evaristo e que recai sobre a evolução individual e o fortalecimento de pautas coletivas, inicialmente, para dar voz aos escritos de mulheres negras.

Ao recordar-me do recreio enquanto um espaço de socialização e partilhas, onde nenhuma amiga travesti e/ou transexual que me circunscreve hoje se fazia presente, mesmo entendendo que hoje essas mulheres “criam uma trama própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção social” (DAYRELL, 2001, p. 2) começo a refletir que na busca por uma aceitação, marcada por sanções advindas da colonialidade de gênero, a trajetória dessas mulheres no âmbito educacional.

Conforme aborda Richard Miskolci (2020) ainda é marcada por um perfil institucional autoritário que acaba violando os seus primeiros processos de

desenvolvimento, e, conseqüentemente, a produção de um saber que viabilize a humanização de suas experiências. Neste sentido,

A colonialidade de gênero também irá produzir efeitos sobre aquelas corporalidades que não encontram consonância com a ideia normativa de homem e mulher numa ótica binária de gênero a partir de diferença sexuais (NASCIMENTO, 2021, p. 163).

Ao passo que decidimos mergulhar em um rio pedregoso para nós mesmos em um constante processo de desmoronamentos, “estamos já ou menos operados/as por tecnologias sociais precisas” (BENTO, 2017, p. 85). O fato de pensarmos em como a produção do conhecimento nos programas de pós-graduação em educação tem vocacionado as experiências de mulheres transexuais e travestis se reverbera sob um misto de sentimentos entre a esperança por visualizarmos uma realidade crescente da presença dessas mulheres no ensino superior, sobretudo na educação, e a vontade de conhecer mais de suas escritas, a partir de Conceição Evaristo (2017) com a noção de *escrevivências*²¹ enquanto modo de criação, tensionando também, se há uma possível solidão como dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida dessas mulheres.

Acreditamos na potência que se constrói sob a política-vida de mulheres transexuais e travestis na educação, onde apesar de tantos atravessamentos de violências, passamos a conhecer e reconhecer os “prazeres clandestinos de uma infância transviada” (NASCIMENTO, 2021, p. 19). A realidade que nos atravessa enquanto educadores, ainda que singelamente, ao vermos meninas transexuais e travestis começando a vivenciar livremente suas identidades no espaço escolar tem servido de esperança e gás para a nossa aliança junto ao movimento de mulheres transexuais e travestis.

Não se pode esquecer que pouco mudou e “a escola é lembrada como um espaço de terror, onde os/as transexuais eram vítimas de todo tipo de preconceito” (BENTO, 2017, p. 205). Obviamente que as violências não deixaram de existir, contudo, encontramos na produção do conhecimento um caminho na luta por uma

²¹ Conceito teórico-literário cunhado pela escritora da literatura contemporânea, Conceição Evaristo. Tal categoria se constrói na força do texto escrito pela mulher negra e sua experiência. Recorremos a tal noção também para as experiências de mulheres transexuais e travestis na produção de seus escritos-vida.

inteligibilidade de gênero e para o avanço do contexto educacional em todas as suas dimensões – ética, política e filosófica. Entre os processos de assujeitamentos às violências praticadas contra mulheres transexuais e travestis “são inegáveis os poderes que, no caso da escola, controlam institucionalmente os corpos, as práticas e todas as relações sociais” (ALEXANDRE & SALGADO, 2017, p. 52). O fato de não termos a recordação da presença de mulheres transexuais e travestis durante o recreio não é por acaso, mas fruto de toda construção histórica da qual fomos empurrados/as.

Com o convívio diário entre a formação acadêmica e a vida social, chegamos ao contexto da pós-graduação percebendo uma realidade que se opõe a de décadas atrás quando essas experiências de gênero muito pouco menos ocupavam a educação. Assim, buscando entender quem está à frente dessa produção no âmbito dos programas de pós-graduação em educação, evidenciamos um local que ao longo dos anos tem sido ocupado por essas experiências de gênero ainda consideradas desertoras à nata conservadora que permeia a educação em seus diferentes níveis. Neste sentido, “apesar de entendermos que o gênero se ancora em um processo de autodeterminação, essa ainda é uma categoria relacional que demanda uma performance pública de reconhecimento social” (NASCIMENTO, 2021, p. 173).

Com isso, consideramos lembrar que por muitas vezes, encontramos narrativas em torno de uma incipiente presença dessas mulheres na academia, imprimindo a noção de existência e não apenas de permanência. Ou seja, se há uma realidade de mulheres transexuais e travestis ocupando as universidades públicas e construindo um processo formativo também na pesquisa, precisamos pensar em como esse desenvolvimento tem ocorrido, compreendendo que “a universidade é, portanto, o espaço por excelência de produção do conhecimento” (CRUZ, 2009, p. 37). Cabe ressaltar que o conhecimento ao qual nos referimos é o científico, sem desconsiderar os demais conhecimentos como parte constitutiva de cada indivíduo.

Observamos que no âmbito educacional brasileiro, a entrada de mulheres transexuais e travestis na academia, tem promovido um tensionamento de protocolos que emergiram, sobretudo, da colonialidade e da cisheteronorma, onde subscreve-se uma noção de licença para a existência de alguns corpos e outros não, ou seja, corpos que são tidos como reais e passíveis de validação no entorno

de pesquisas que se desenvolvem nas diferentes áreas do saber, e em nosso caso, especificamente, na educação.

Ao trazermos nossa escrita sob a produção do conhecimento tendo as experiências de mulheres transexuais e travestis como norte de pesquisa - que nos últimos anos tem potencializado as discussões em torno dos estudos de gênero, sobretudo, de experiências que perpassam tais identidades femininas, somos atravessados em todo processo de pesquisa por vozes que historicamente foram e ainda são silenciadas; passando a ganhar força com a organização política dessas mulheres que por inúmeras vezes “cede-se a um estereótipo para fugir da violência que deslegitima a existência trans” (CAVICHIOLO, 2021, p. 101).

No campo da produção do saber, podemos observar em diversos espaços políticos que integramos um estereótipo em torno da impressão de que mulheres transexuais e travestis só podem ou só devem desenvolver suas pesquisas no entorno dos estudos de gênero, quando percebemos que nas mais diferentes áreas do saber existem mulheres transexuais e travestis realizando importantes trabalhos em áreas de concentrações distintas como nas ciências exatas e tecnológicas.

De todo modo, para o alcance da produção do conhecimento como um espaço de poder ainda marginal para a maioria dessas mulheres, pensamos nos processos de violências que imprimem marcas desde a noção de pertencimento à educação e em seu desenvolvimento. Tal processo é apresentado por Richard Miskolci (2020) como marcas tanto naqueles que saem como esperado quanto nos que resistem ou são expelidos. Ao passo que essas marcas tendem a ficar evidentes quando reconhecemos a entrada de mulheres transexuais e travestis na produção do conhecimento, chegamos também à compreensão de que há uma ânsia de abordagens a serem compelidas por essas mulheres, traduzida também como

Desejos silenciados antes mesmo de chegarem às palavras, já que lhes falta vocabulário para expressá-los, tanto pela tenra idade quanto pela forma como a educação tende a restringir seus horizontes ao invés de expandi-los (MISKOLCI, 2020, p. 65).

Assim, frente as realidades que nos permitem criar pontes, partilhar afetos e contribuir à luta por uma pauta transviada para os maiores desmoronamentos na atual conjuntura educacional, buscamos nesta seção, analisar as escrevivências de

mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação em Educação (2010-2020). A decisão de aprofundarmos este espaço da educação como um espaço de esperança às experiências de mulheres transexuais e travestis surge no instante em que visualizamos uma realidade onde há pesquisas que já foram desenvolvidas por essas mulheres e não apenas com elas. Com o passar dos anos, conforme imprime Bento (2014, p. 6) há uma “crescente presença de pessoas trans na vida universitária, sejam estudantes de graduação ou pós-graduação, ou professores/as”.

Dessa forma, validamos o processo aqui sugerido, por vezes repensado, e por tantas outras, reiniciado. Passamos a lembrar da vida acadêmica dos últimos anos com felicidade ao convivermos com mulheres transexuais e travestis nos corredores da universidade, ao lermos suas pesquisas que potencializam a aprendizagem em diferentes perspectivas na/para a educação. Com isso, voltamos à imagem do recreio, onde costumávamos nos reunir em círculos, trocando lanches e reconhecendo as experiências que nos cercavam, construindo pontes e reforçando laços.

Pensamos, inicialmente, em reconhecer a realidade da pós-graduação em educação no Brasil, desde a sua expansão a partir de 1980, onde diversos países incluíram no bojo de suas discussões a inclusão das ações afirmativas de modo a “garantir a representatividade da diversidade do país em espaços sociais específicos” (NEVES & LIMA, 2009, p. 19) e que no nosso caso sob o processo de redemocratização da sociedade brasileira, onde as universidades passaram a pensar e agir de modo a construir uma sociedade onde a educação fosse de fato acessada por todas as pessoas, independente de classe social, raça, gênero, etnia, etc.

Frente a tal processo, passamos a lidar com intensas reivindicações que começam “a falar em igualdade de condições, ao invés de simplesmente igualdade de direitos” (NEVES & LIMA, 2009, p. 69). Assim, marcam as profundas transformações no mundo contemporâneo, que na experiência de mulheres transexuais e travestis, tendem a trazer à tona várias trajetórias em meio a solidão de suas vozes que forjaram um movimento aguerrido nos últimos anos nas instituições públicas e privadas em busca não somente da entrada dessas mulheres nas universidades, como também o seu pleno desenvolvimento e amadurecimento

intelectual, ocupando todos os lugares na luta por uma inteligibilidade de gênero e a possibilidade de inclusão social.

Em seguida, fez-se necessário enxergar na ausência e/ou incipiência das produções acadêmicas produzidas encontradas na primeira seção deste trabalho, entendendo que conforme avançamos, percebemos que há uma estrutura epistêmica subjacente a toda estrutura social humana – e esta estrutura subjacente é permeada de injustiças e opressão. (DEMÉTRIO & BENSUSAN, 2019, p. 115). É esta legitimidade que buscamos, onde mulheres transexuais e travestis integram os constantes debates em torno do que Cruz (2009) provoca como “crise dos paradigmas” onde a educação passa a ser questionada em todos os seus aspectos, incluindo os comuns modos de se fazer pesquisa.

O situado “Ninguém solta mão de ninguém” deve existir em todos os âmbitos da educação e para todas as pessoas que estão direta e/ou indiretamente no alvo de seus resultados, seja na construção de um campo educacional que valorize a pluralidade de seus/suas envolvidos/as; seja na construção coletiva de uma área que humanize todas as experiências de gênero ainda tidas como não passíveis de existências.

3.1 A Pós-Graduação em Educação no Brasil: um olhar à inteligibilidade de gênero para o avanço do contexto educacional

No Brasil, o debate sobre o acesso à pós-graduação, tem integrado há décadas as principais frentes que se mobilizam em defesa da educação para muito além de um direito de todos e dever do Estado. A realidade não tem sido nada fácil, considerando que após o golpe de 2016, com a deposição da então, Presidenta, democraticamente eleita, Dilma Rousseff e o avanço do neoliberalismo, passamos a vivenciar um cenário de ataques e retrocessos, fazendo com que mulheres, negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiências (PCD's) e demais populações, usuárias do bem público, sejam atravessadas por processos de precarização para o acesso, permanência e desenvolvimento no ensino superior.

Em 2019, a CAPES anunciava mais um corte nos programas de pós-graduação, com maior evidência às ciências humanas e sociais. De acordo com os dados divulgados pela ANPG, a redução já existente há época com mais de 6.198 bolsas cortadas só cresceu com o montante de mais 2.331 bolsas de mestrado, 335 de doutorado e 58 de pós-doutorado encerradas. Tal ação atingiu diretamente aos

programas de pós-graduação que receberam avaliação consecutiva com a nota 3 e os que haviam sido avaliados com a nota 4, mas caíram para a nota 3 no referido período. O ataque do atual governo, que no incansável desserviço para destruir o maior patrimônio que possuímos (a educação pública) nos mostrou e continua provando o seu ódio pela educação e pela ciência, não tendo nada tem a oferecer senão o sucateamento da “coisa pública”; tem feito com que o sentido de defesa pela vida seja despertado na maioria de nós. Esse processo ganhou força também com a aprovação anterior da Emenda Constitucional 95/2016, na gestão do então Presidente, Michel Temer, chamada de Emenda da Morte - que congelou por 20 anos os investimentos na Saúde e na Educação.

Iniciamos essa discussão cunhando as informações acima para que desde já, fique explícita a nossa defesa pela educação pública, gratuita e de qualidade. Realizar tal movimento não é uma tarefa fácil, pois todos os dias estamos sujeitos/asa ser atingidos/as com ataques à educação e, conseqüentemente, à pós-graduação visto que “o conhecimento na universidade representa um espaço de poder, definindo limites e “propriedades” para os que o dominam” (CRUZ, 2009, p. 37). É preciso que desde já, nos importemos lembrar que a maioria da população brasileira ainda está fora do ensino superior, ficando mais distante ainda dos programas de pós-graduação, que em nosso caso, focaremos com a abordagem no âmbito da educação. Em contrapartida, nos últimos anos, houve no contexto da Pós- Graduação *stricto sensu* no Brasil, conforme dados da Capes, um aumento de 48,6% nos programas disponíveis, passando de 3.128, em 2011, para 4.650, em 2020.

Há, atualmente, 122.295 estudantes de pós-graduação, dos quais 76.323 estão vinculados ao mestrado acadêmico, 4.008 ao mestrado profissional e 41.964 aos programas de doutorado. Todavia, conforme os dados da Capes, cerca de 40 mil desses estudantes não possuem bolsa de estudos, estando sujeitos/as a realização de suas pesquisas com diversos atravessamentos que podem influenciar na qualidade e na permanência em seus estudos, como o desemprego, a fome e a falta de acesso a bens e serviços que favoreçam o avanço do/a aluno/a na pós- graduação. Intensos debates foram levantados no âmbito da pós-graduação, como a importância da reserva de vagas para que pessoas transexuais e travestis possam adentrar este espaço, permitindo uma realidade em que essas mulheres sejam protagonistas de produções acadêmicas que versem suas experiências, e não

apenas, como já pontuado, enquanto público-alvo de pesquisas científicas, onde por tantas vezes, sequer, são devolvidos os resultados referentes a produção realizada. Deste modo, políticas afirmativas “afetam a vida universitária, pois elas são pensadas como modos de democratização das chances de ascensão social” (NEVES & LIMA, 2009, p. 32).

O acesso ao ensino superior e profissionalizante de negros e pardos, para PCD's, para alunos da rede pública de ensino, para indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais como ciganos, para critério de regionalidade, para transexuais e travestis, passaram a fazer parte do entorno das discussões nas universidades públicas no Brasil nos anos 80, trazendo o enfoque às discussões acerca do multiculturalismo, iniciado no final do século XIX no Canadá e Inglaterra, e que se tenciona sob o acesso a bens e serviços mediante a operacionalização de políticas públicas para o enfrentamento das mazelas sociais. Cabe ressaltar que na década de 1960 nos EUA, as chamadas ações afirmativas para a população afro-americana ganharam centralidade no mercado de trabalho e nas universidades. Salientamos que as primeiras discussões acerca das ações afirmativas surgiram em torno da chamada “questão racial”.

Ao remetermos a discussão sobre a pós-graduação em educação no Brasil, trazendo as experiências de mulheres transexuais e travestis como corpus de análise, devemos levar em consideração que, “as experiências trans* performam em um contexto das diferenças e precisam se distanciar das normatizações excessivas sobre o gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 106). A ideia de uma possível ligação epistêmica de mulheres transexuais e travestis apenas às áreas sociais e humanas é um modelo de padronização advinda do cisheteropatriarcado, responsável por reproduzir modos de silenciamentos, onde a reprodução dessas subjetividades, por exemplo, nas ciências exatas se constitui como formas operantes de resistência. Neste sentido,

O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isso não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos[...]. (AKOTIRENE, 2018, p.18)

Observamos que a partir deste avanço, outras frentes foram surgindo para a defesa da população trans* na educação. Quando pensamos o Dia da Visibilidade Trans, situado no Brasil desde o ano desde 2004 no dia 29 de janeiro, conquistado a partir do aprofundamento e compreensão dos atravessamentos que congregam tais experiências de gênero, sobretudo com o advento da campanha “Travesti e Respeito”, do Programa Nacional de DST/Aids; que chamou a atenção de todos os agentes sociais para as violações dos direitos humanos da população trans*.

Com isso, passamos também a levantar questionamentos necessários para visualizarmos a pós-graduação como um espaço de acolhida e produção das subjetividades. Dos 4.602 programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, conforme os dados da Plataforma Sucupira, sendo: 398 (Centro-Oeste); 960 (Nordeste); 282 (Norte); 1980 (Sudeste); e 982 (Sul) - quantos possibilitam a entrada de pessoas trans* a partir da Política de Ações Afirmativas enquanto uma maneira de reparar a negação histórica da presença dessas pessoas nas universidades e na produção do conhecimento? Compartilhamos deste incômodo em diferentes espaços da academia, onde, se faz necessária a sistematização de políticas sociais, contribuindo por exemplo, para a criação de Grupos de Trabalho, Comissões para as Ações Afirmativas sob a luta pelo acesso de mulheres transexuais, travestis e demais pessoas transgêneras à educação no âmbito da pós-graduação.

Em 2021, a Universidade Federal de Santa Catarina a partir da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (Sead/UFSC) passou a dialogar a partir de estudos a adoção de Ações Afirmativas para o acesso, com condições de permanência de pessoas transexuais, travestis e não-binárias. A transfobia institucional, evidenciada a partir de pesquisas já realizadas tem servido de engrenagem à crítica de como temos construído a pós-graduação no Brasil, quando o acesso universal, na prática, acaba sendo dificultoso, e, quando acessado, a permanência torna-se mais uma trincheira atravessada de violências para essa população.

A presença de pessoas trans* nos programas de pós-graduação a partir das Ações Afirmativas tem possibilitado a reflexão em torno das instituições que aderiram com o tempo a essa possibilidade de alcance à inteligibilidade de gênero. De acordo dados da ANTRA, pouco mais de 0,02% de transexuais, travestis e transgêneros acessam o ensino superior e ainda, 70% não conclui o ensino médio.

Refletimos a importância de se pensar como esse número de acesso pode ser ainda menos no âmbito da pós-graduação. Neste sentido, Jesus (2019, p. 2) dispõe sob

As ações afirmativas como medidas especiais e temporárias que buscam compensar um processo discriminatório, e que objetivam acelerar o processo de redução das desigualdades com o alcance da igualdade substantiva dos grupos vulneráveis, como é o caso da população transexual e travesti.

Como se pode perceber, a Política de Ações Afirmativas (PAA) opera a partir de um caminho sob um sistema que se converge no acesso às IES (Instituições de Ensino Superior), sendo acessadas pelas populações qualitativamente minoritárias – pretos, pardos, indígenas, quilombolas, estrangeiros/as, LGBTQI+, transexuais, travestis, imigrantes, dentre outras. Trata-se portando de uma política focalizada na inserção dessas populações na educação em seus diferentes níveis, tal como um direito primário, e na continuidade de seus processos formativos. Dada a compreensão formulada por Venturini (2017), as ações afirmativas transcrevem programas de pós-graduação desde 2002, todavia, com pouca evidência na literatura, - dificultando não somente o acesso das populações usuárias à sua inserção nas IES como também a análise dos processos que estruturam tais políticas, prescrevendo ações que culminem no avanço de tal realidade.

Deste modo, consideramos importante trazer para essa tônica de nossa pesquisa, uma aferição dos Programas de Pós-Graduação em Educação de IES públicas mais bem avaliados, com notas entre 5, 6 e 7 a partir da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação que é orientada pela Diretoria de Avaliação/CAPES desde 1998; realiza tal processo por meio de consultores *ad hoc*, ou seja, especialistas pertencentes a IES públicas e/ou privadas de todas as áreas do saber científico que têm a finalidade de avaliar o perfil e garantir a certificação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) fomentando assim, a qualidade e manutenção dos programas de mestrado e doutorado no Brasil, inclusive no financiamento e na oferta de bolsas de estudos.

A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação ocorre mediante duas divisões ligadas a entrada e permanência dos cursos de mestrado e doutorado no país em 49 áreas de avaliação conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES). Ao elegermos os programas de pós-graduação (PPG's) em educação mais bem avaliados das IES públicas com

notas 5, 6 e 7 - pensamos no sentido de prestígio no ensino, pesquisa e inovação, além do financiamento e possibilidades que esses programas tendem a desenvolver como a inserção de mais bolsas de estudos e uma maior manutenção de recursos públicos, com benefícios voltados inclusive as IES à qual estão vinculados, a exemplo do fortalecimento do corpo docente e da difusão do conhecimento científico.

Mesmo com tal evidência, não desconsideramos a realidade que tem perpassado o chão dos programas de pós-graduação no Brasil, sobretudo os programas avaliados com notas entre 3 e 4 nos últimos anos – a exemplo do bloqueio de bolsas promovido pelo Ministério da Educação no ano de 2019, quando 3,5 mil bolsas de estudos foram suspensas de programas “mal avaliados”; ou ainda, o encerramento de programas considerados de excelência pela Capes, como o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS e o de Comunicação da Unisinos, ambos avaliados com nota 6. Justificamos assim, a escolha do referido grupo de PPG’s considerando os aspectos mencionados.

A noção democrática que perpassa a operacionalização das PAA, nos instiga em conhecermos tais realidades, com especial atenção à população de travestis e transexuais no Brasil, visto que, para além da dimensão econômica, racial e geográfica, as identidades de gênero “desviantes”, sobretudo, femininas que não operam à chamada passabilidade, têm se constituído na educação, ainda que sorrateiramente, chegando no âmbito da pós-graduação como mais um marco de resistência e confronto à norma binária social de gênero. Cabe ressaltar que a entrada de pessoas trans na pós-graduação mediante a PAA é uma constante discussão em defesa da cidadania dessa população, visto que “nem todos os programas de pós-graduação adotam cotas” (VENTURINI, 2017a, p. 12). Dito isso, construímos abaixo um espelho a partir dos mecanismos de pesquisa da Plataforma Sucupira sob os mecanismos de avaliação informados.

Quadro 2: Programas de Pós-graduação em Educação que possuem Ações Afirmativas para pessoas trans*

UF	IES	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	ME	MP	DA	DP	AV	INÍCIO	PAA	PAA-Trans	Res.
CENTRO-OESTE											
DF	UNB	Educação	X	-	-	-	5	1974	Sim	Não	IES
DF	UNB	Educação	-	-	X	-	5	2005	Sim	Não	IES
GO	UEG	Educação	X	-	-	-	A	2021	Não	Não	-
GO	UFG	Educação	X	-	-	-	5	1986	Sim	Não	IES
GO	UFG	Educação	-	-	X	-	5	2001	Sim	Não	IES
MS	UFMS	Educação	X	-	-	-	5	1988	Sim	Não	IES
MS	UFMS	Educação	-	-	X	-	5	2005	Sim	Não	IES
MS	UFGD	Educação	X	-	-	-	5	2008	Sim	Não	IES
MS	UFGD	Educação	-	-	X	-	5	2014	Sim	Não	IES
MT	UFMT	Educação	X	-	-	-	5	1988	Sim	Não	IES
MT	UFMT	Educação	-	-	X	-	5	2009	Sim	Não	IES
NORDESTE											
BA	UNEB	Educação e Contemporaneidade e	X	-	-	-	5	2001	Sim	Sim	IES
BA	UNEB	Educação e Contemporaneidade e	-	-	X	-	5	2009	Sim	Sim	IES
BA	UFRB	Educação, Diversidade e Formação Docente	-	X	-	-	A	2019	Sim	Sim	IES
CE	UECE	Formação de Professores	X	-	-	-	5	2003	Sim	Não	PPG
CE	UECE	Formação de Professores	-	-	X	-	5	2013	Sim	Não	PPG
MA	UEMA	Gestão e Formação de Professores da Educação Básica	-	X	-	-	A	2019	Sim	Não	PPG
PE	UFPE	Educação	X	-	-	-	5	1978	Sim	Sim	IES
PE	UFPE	Educação	-	-	X	-	5	2002	Sim	Sim	IES
PI	UFPI	Educação	X	-	-	-	5	1991	Sim	Não	IES
PI	UFPI	Educação	-	-	X	-	5	2011	Sim	Não	IES
RN	UFRN	Educação	X	-	-	-	5	1978	Sim	Não	IES
RN	UFRN	Educação	-	-	X	-	5	1994	Sim	Não	IES
NORTE											
AM	UEA	Educação e Sociodiversidade na Amazônia	X	-	-	-	A	2020	Sim	Não	IES
PA	UFPA	Educação	X	-	-	-	5	2003	Sim	Não	IES
PA	UFPA	Educação	-	-	X	-	5	2008	Sim	Não	IES
RR	UFRR	Educação e Formação de Professores	X	-	-	-	A	2019	Sim	Não	IES
SUDESTE											
ES	UFES	Educação	X	-	-	-	5	1978	Não	Não	-
ES	UFES	Educação	-	-	X	-	5	2004	Não	Não	-
MG	UNIMONTES	Educação e Práticas Educativas	X	-	-	-	A	2019	Sim	Sim	PPG
MG	UFMG	Educação	X	-	-	-	7	1972	Sim	Não	IES
MG	UFMG	Educação	-	-	X	-	7	1991	Sim	Não	IES
MG	UFU	Educação	X	-	-	-	5	1989	Sim	Não	IES
MG	UFU	Educação	-	-	X	-	5	2006	Sim	Não	IES
RJ	UERJ	Educação	X	-	-	-	7	1979	Sim	Não	IES

RJ	UERJ	Educação	-	-	X	-	7	2002	Sim	Não	IES
RJ	UNIRIO	Educação	X	-	-	-	5	2004	Sim	Não	IES
RJ	UNIRIO	Educação	-	-	X	-	5	2015	Sim	Não	IES
RJ	UFRJ	Educação	X	-	-	-	6	1972	Sim	Não	IES
RJ	UFRJ	Educação	-	-	X	-	6	1980	Sim	Não	IES
RJ	UFF	Educação	X	-	-	-	5	1971	Sim	Sim	PPG
RJ	UFF	Educação	-	-	X	-	5	1995	Sim	Sim	PPG
SP	USP	Educação	X	-	-	-	5	1971	Sim	Sim	PPG
SP	USP	Educação	-	-	X	-	5	1978	Sim	Sim	PPG
SP	UNICAMP	Educação	X	-	-	-	5	1975	Sim	Sim	PPG
SP	UNICAMP	Educação	-	-	X	-	5	1980	Sim	Sim	PPG
SP	UNESP-ARAR	Educação Escolar	X	-	-	-	5	1997	Sim	Sim	IES
SP	UNESP-ARAR	Educação Escolar	-	-	X	-	5	1997	Sim	Sim	IES
SP	UNESP-MAR	Ensino na Educação Brasileira; Políticas Públicas e Administração na Educação Brasileira	X	-	-	-	6	1988	Não	Não	-
SP	UNESP-MAR	Ensino na Educação Brasileira; Políticas Públicas e Administração na Educação Brasileira	-	-	X	-	6	1993	Não	Não	-
SP	UNESP-PP	Educação	X	-	-	-	5	2001	Não	Não	-
SP	UNESP-PP	Educação	-	-	X	-	5	2010	Não	Não	-
SP	UNESP-RC	Educação	X	-	-	-	5	2001	Não	Não	-
SP	UNESP-RC	Educação	-	-	X	-	5	2012	Não	Não	-
SP	UFSCAR	Educação	X	-	-	-	5	1976	Sim	Não	PPG
SP	UFSCAR	Educação	-	-	X	-	5	1991	Sim	Não	PPG
SUL											
PR	UEPG	Educação	X	-	-	-	5	2001	Sim	Sim	IES
PR	UEPG	Educação	-	-	X	-	5	2011	Sim	Sim	IES
PR	UENP	Educação Básica	-	X	-	-	A	2019	Não	Não	-
PR	UFPR	Educação	X	-	-	-	6	1976	Sim	Sim	PPG
PR	UFPR	Educação	-	-	X	-	6	2001	Sim	Sim	PPG
RS	UFPEL	Educação	X	-	-	-	5	1995	Sim	Sim	IES
RS	UFPEL	Educação	-	-	X	-	5	2006	Sim	Sim	IES
RS	UFRGS	Educação	X	-	-	-	6	1972	Sim	Sim	PPG
RS	UFRGS	Educação	-	-	X	-	6	1976	Sim	Sim	PPG
SC	IFC	Educação	X	-	-	-	A	2019	Não	Não	-
SC	UDESC	Educação	X	-	-	-	5	2007	Sim	Sim	PPG
SC	UDESC	Educação	-	-	X	-	5	2012	Sim	Sim	PPG
PPG's encontrados											38
PPG's que possuem a Política de Ações Afirmativas											20
PPG's que possuem a PAA para a População Trans											13

Fonte: produzido pelo autor

Legenda:

UF- Unidade Federativa;

IES - Instituição de Ensino Superior;

AV- Avaliação;

ME- Mestrado Acadêmico

MP: Mestrado Profissional

DA: Doutorado Acadêmico

DP: Doutorado Profissional

PAA: Política de Ações Afirmativas

RES: Resolução

Acima, referenciamos os programas de pós-graduação em educação das IES Públicas encontrados a partir dos mecanismos de pesquisa informados, a saber, PPG's avaliados com nota 5, 6 e 7 no âmbito da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Dado o exposto, entendemos que as ações afirmativas de modo geral não devem cumprir um papel finalístico, mas servir de caminho à democratização do acesso ao ensino superior, e, que, na pós-graduação, contribui para a visibilidade das populações silenciadas frente a produção de pesquisas mais apuradas e que visam a construção de uma sociedade mais igualitária mediante a operacionalização de políticas públicas.

Realizada a construção do instrumental acima, conseguimos aferir informações relevantes no âmbito das 05 (cinco) regiões pertencentes às unidades da federação: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Conseguimos dimensionar as informações a partir dos PPG's melhores avaliados, articulando entre aqueles que possuem em sua oferta de acesso a PAA, os que possuem a PAA específica para a população trans, a estruturação das IES (se a nível Estadual ou Federal) e aos que possuem a PAA, se suas resoluções partem das IES ou dos próprios PPG, levando em conta a autonomia universitária, que "possibilita que as ações afirmativas de programas de pós-graduação não sejam uniformes ou homogêneas em uma universidade" (VENTURINI, 2017b, p. 1297). Assim, as IES podem formular medidas com distintas características para o acesso da população usuária.

Na região Centro Oeste, foi possível reunir 06 Programas de Pós-Graduação em Educação, sendo, 05 avaliados com nota 5 e 01 avaliado com o Conceito A (equivalente a 5 pela CAPES). Desses, 05 possuem a garantia de acesso ao PPG mediante a PAA, todavia, nenhum inclui a demanda específica para a população trans*. Apenas 01 PPG, da UEG, não possui nenhuma PAA para o seu acesso, dispondo apenas de critério de desempate a partir da faixa etária, maior nota na entrevista e maior nota no projeto de pesquisa, conforme o edital do programa. Com relação a territorialidade, os PPG encontrados na referida região se dividem em: Distrito Federal (01); Goiás (02); Mato Grosso do Sul (02) e Mato Grosso (01).

À nível de financiamento, 01 IES (UEG) é estadual e 05 IES's são federais. Dos 05 PPG que possuem a garantia de acesso ao mediante a PAA, mesmo não sendo direcionada a população trans, dispõem a partir de resoluções das IES.

Na região Nordeste, nos deparamos com um total de 7 PPG, sendo 5 avaliados com nota 5, e 2 a partir do Conceito A. Todos possuem a garantia de acesso a partir da PAA, todavia, apenas 3 dispõem da PAA voltada à população trans. Os PPG são divididos territorialmente da seguinte maneira: Bahia (02); Ceará (01); Maranhão (01); Pernambuco (01); Piauí (01); e Rio Grande do Norte (01). À nível de operacionalização, 03 IES são estaduais e 04 IES são federais. Com relação a instrumentalização das PAA, 05 PPG possuem resoluções próprias das IES e 02 desenvolvem as PAA a partir de resoluções específicas de cada programa.

Levando em conta que estamos geograficamente inseridos no Estado de Sergipe, faz-se necessário referenciar a significativa contribuição da Universidade Federal de Sergipe ²²para o desenvolvimento da educação superior a partir de seu Programa de Pós-Graduação em Educação. De modo que o referido PPG não consta entre as notas 5, 6 e 7 no âmbito da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), não foi possível espelhar o seu desenvolvimento frente à disposição realizada. De todo modo, o referido PPG dispõe da PAA para ingressos em seu corpo discente (pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência –PCD), não possuindo até o momento reserva de vagas específica para a população trans. Esperamos que em outra oportunidade, possamos nos debruçar mais afincos ao referido PPG da única Universidade Pública do Estado de Sergipe.

Ao analisarmos a região Norte, foi possível identificar a presença de 03 PPG a partir dos critérios estabelecidos, sendo 01 PPG avaliado com Nota 5 e 02 avaliados a partir do Conceito A. Todos possuem a garantia de acesso a partir da PAA, todavia, nenhum com direcionamento de PAA voltadas à população trans. Institucionalmente, 01 IES é estadual e 02 são federais. As resoluções referentes as PAA partem das próprias IES.

Na região Sudeste, foi possível identificar 15 PPG ancorados nos critérios de avaliação ao qual nos direcionamos. Desses, 10 estão avaliados com nota 5, 02 com nota 6, 02 com nota 7 e 01 a partir do Conceito A. Cerca de 11 PPG possuem a reserva de vagas a partir da PAA. Apenas 05 dispõem da PAA específica à população

²² Durante o processo de revisão pós-banca para a entrega do texto final, houve uma atualização do Qualis pela CAPES, onde o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe passou de 4 para 5, não sendo possível reestruturar toda escrita já concluída e avaliada. Desse modo, os dois programas de pós-graduação em educação de Sergipe (UFS e UNIT), possuem a mesma avaliação conforme a Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), comprovando a qualidade dos programas e a sua evolução para o contexto educacional.

trans. À divisão territorial, os PPG se dispõem em: Espírito Santo (01); Minas Gerais (03); Rio de Janeiro (04); e São Paulo (07). Estruturalmente, 08 IES são estaduais e 06 são federais, além de 01 (UNIRIO) que é Federal/Estadual. Com relação as resoluções referentes às PAA, 05 PPG possuem resoluções próprias e 06 PPG ofertam adotam a PAA mediante resoluções das próprias IES.

Já na região Sul, identificamos um quantitativo de 07 PPG, sendo: 03 (nota 5); 02 (nota 6); e 02 (conceito A). Destes, 05 PPG preveem o acesso contanto com a PAA, além de todos esses possuírem também a oferta de vagas mediante a PAA para a população trans. Apenas 02 PPG não dispõe de nenhum tipo de PAA. À nívelde território, os PPG se dividem em: Paraná (03); Rio Grande do Sul (02); e Santa Catarina (02). Destes, 03 IES são estaduais e 04 são federais. Ao norte das PAA específicas para a população trans, 02 se dão a partir de resoluções das IES e 03 são encontradas no âmbito dos PPG.

Ao pensarmos na entrada e permanência de mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação, com especial atenção aos de educação, devemos lembrar que o processo de chegada a este espaço é consideravelmente recente, levando em conta que a primeira tese de doutorado a ser defendida por uma travesti ocorreu em 2012 com o trabalho da Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade, intitulado “Travesti na Escola: Assujeitamento e/ou Resistência a Ordem Normativa” pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Situamos a pesquisa a nível de doutorado, pois tal processo foi noticiado em diversos veículos de comunicação. Para chegar no âmbito da pós-graduação enquanto protagonistas de suas pesquisas, mulheres transexuais e travestis percorrem ainda um longo caminho, iniciando no enfrentamento da violência escolar, considerada

um dos maiores mecanismos que provocam ou favorecem a evasão escolar, a qual se efetiva como um processo institucional de exclusão que se dá repetidamente por meio da reiteração da norma e da negação de direitos. (ALEXANDRE & SALGADO, 2017, p. 63)

Quando enfrentada sem deixar mais prejuízos que os já recorrentes à experiência de mulheres transexuais e travestis, perpassando por processos de desmotivação durante todo ciclo escolar, surge uma centelha, até mesmo uma esperança em se reconhecer como parte da sociedade que acessa direitos e

garantias – a educação superior torna-se uma possibilidade de (re) existência. Ao conseguirem acessar o ensino superior, tendo em vista que nos últimos anos houve um significativo avanço na garantia das ações afirmativas para a população trans*, essas mulheres passam a descobrir noções outras de si em espaços antes pouco pensáveis como serem protagonistas de suas pesquisas frente a produção do conhecimento.

Neste sentido, tornar-se pesquisadora implica pensar que “a identidade é sempre dita e nomeada no contexto de uma cultura” (LOURO, 2000, p. 62). Quando ocorre a garantia de acesso dessas mulheres ao ensino superior mediante as políticas de ações afirmativas, a educação tende a cumprir de fato o seu papel na luta pelo avanço do contexto educacional brasileiro. Conseguimos ter uma maior noção disso ao visitarmos os sites de instituições públicas que aderiram a esse processo e hoje possuem caminhos de se pensar e fazer pesquisa com o protagonismo da experiência transexual e travesti que resulta de sujeitas sociais e históricas (DAYRELL, 2001).

Ao longo do tempo, essas mulheres passaram a construir uma realidade de esperança para outras que virão, onde suas experiências na/para a educação, entendendo que “a experiência é em primeiro lugar um encontro” (BONDÍA, 2002, p. 25) tendem a promover incômodos e a partir desses incômodos emergem discussões como os debates para a implementação de políticas afirmativas em todos os programas de pós-graduação, a luta pela validação de pesquisas realizadas por mulheres transexuais e travestis enquanto protagonistas de suas vivências, e, por enquanto, o alcance de uma inteligibilidade de gênero no âmbito acadêmico que, conseqüentemente, provocará mudanças em toda estrutura social.

Diante do exposto, podemos refletir que a entrada de mulheres transexuais e travestis na pós-graduação tende a romper com o sentido de não-pertencimento, advindo da matriz cishetenonormativa. Além disso, permitem o aprofundamento de trânsitos antes pouco prováveis devido à ausência dessas subjetividades e a possibilidade de lermos e vivermos suas pesquisas a partir de suas *escrevivências*. De todo modo, esse processo tem estabelecido uma “fissura nos discursos que, historicamente, associam travesti, prostituição e criminalidade” (VERAS, 2019, p. 29). Elas estão resistindo e ocupando a pós-graduação e essa realidade tem nos alcançado no sentido de atentarmos a formação das subjetividades desde a tenra

idade, para que em um futuro não muito distante, essas mulheres possam alcançar de fato uma inteligibilidade de gênero para o avanço do contexto educacional.

3.2 O que a ausência do protagonismo do corpo fora da norma nos diz?: o epistemicídio e uma realidade de mulheres transexuais e travestis

Ao entendermos a importância da presença de mulheres transexuais e travestis na/para a educação enquanto um processo de ocupação epistêmica frente a luta de uma inteligibilidade de gênero, ainda em curso, buscamos pensar à noção de “epistemicídio” que se refere a “destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo” (SANTOS & MENEZES, 2009, p. 183). Pensamos, aqui, na ausência em um sentido mais amplo, que tende a ser expressa pelo não protagonismo, mesmo entendendo que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (BONDÍA, 2002, p. 21). Não protagonismo do corpo fora da norma à produção de tudo aquilo que o atravessa, por vezes, sorrateiramente, daquilo que não é validado à hegemonia local, logo, que não merece ser lido e nem tampouco lembrado.

Chegamos, neste momento, a mais uma encruzilhada, onde nos deparamos com a pouca vocalidade de mulheres transexuais e travestis a partir do não protagonismo de suas experiências a partir da produção do saber: “o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (BONDÍA, 2002, p. 27). Aqui, pensando na solidão enquanto uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis, tensionamos a sugestão de uma solidão epistêmica, tomando como frente a noção de *epistemicídio* que pode compor à realidade dessas mulheres e seus tantos atravessamentos para o acesso à educação e a produção do conhecimento a partir de suas *escrevivências*, promovendo a derrubada de muros historicamente erguidos, nos fazendo caminhar em becos possíveis de afetos e partilhas de si.

Sob seus corpos, bombas prontas para serem acionadas a qualquer movimento de resistência à norma. Na construção de suas experiências, refletimos à interação entre a ausência com a pouca vocalidade encontrada na educação ao longo do tempo, para se pensar que “o epistemicídio aplicado ao campo da educação permite discutir, por meio dela, a construção do Outro como Não-ser do

saber e do conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 277). É importante ter em mente que esses corpos “fora da norma” tem mais a dizer do que imaginamos, pois são corpos históricos, conquistados a partir da experiência e rompimento com a norma. Podemos imaginar o quão importante é a presença e o protagonismo de mulheres transexuais e travestis na educação quando essas presenças passam a contestar a realidade. Antes de mais nada, a proteção às experiências dessas mulheres está de mãos dadas com a garantia de que elas sejam vistas na educação como as sujeitas históricas que são e não como parte de uma margem silenciada que supostamente não tem nada a oferecer, quando suas produções nos dizem o oposto.

Mas, como se proteger da onda de propulsão que virá caso decidam enfrentar o *cistema*? O silêncio, a ausência; fortalece a hegemonia, promovendo “uma operação de eliminação obscurantista de saberes e de experiências” (SANTOS & MENEZES, 2009, p. 235). Esse movimento é o que nos instiga a questionarmos o que a ausência desses corpos nos diz quando pensamos a importância de uma redemocratização na produção do conhecimento para o próprio avanço da educação e demais áreas do saber. Talvez, a mensagem passada pelo *cistema* sob essas ausências seja unicamente confirmar a incessante busca em matar não somente o corpo que já habita em muitos espaços sem “vida”, mas toda e qualquer noção de experiência que esse corpo possa produzir.

Ao passo que nos deparamos com imersões, sobretudo na educação, protagonizadas por mulheres transexuais e travestis, consideramos importante reconhecer “sua capacidade e coragem de romper com estruturas opressoras, de construir novas categorias analíticas e literárias através da criação” (SANTOS & MENEZES, 2009, p. 430). Imaginemos a potência que se constitui no processo de criação quando mulheres transexuais e travestis exprimem suas experiências que durante muito tempo permaneceram às sombras, isso quando as detinham. Desta maneira, sugerimos uma possível solidão epistêmica presente nas experiências de mulheres transexuais e travestis, que só passam a protagonizar suas vidas a partir da produção do conhecimento com o avanço e entrada dessas mulheres na educação enquanto um espaço de saber-poder.

Nessa direção, podemos pensar na educação às experiências dessas mulheres como um local de insurgências, onde “as narrativas são posicionadas como uma produção cultural, social, política e histórica, e não como um dado fixo” (ANDRADE, 2014, p. 181). Quando essas mulheres passam a exprimir o seu

conhecimento empírico, permitindo com que em locais de poder ocorra o semear de formas outras de existências, passamos a pensar uma realidade onde esses corpos alcancem a tão sonhada liberdade, sabendo que esses corpos são históricos e carregam marcas Louro (2021). Assim, consideramos reconhecer as pistas que passam a surgir ao longo do tempo durante nossa experiência de escrita.

Conforme percorrendo um caminho por vezes silencioso ao protagonismo de mulheres transexuais e travestis, passamos a identificar possibilidades de uma construção que contribua com o avanço da educação enquanto campo de construção das subjetividades e a emancipação de suas experiências que, segundo Bento (2017) se colocam diante de nós como corpos que bagunçam toda a noção de natural. Pensemos, por exemplo, que mesmo produzindo suas escritas, mulheres transexuais e travestis jamais deixarão de ser desafiadas a provar que são capazes de ocupar todos os lugares de construção do saber, devendo, portanto, ressignificar a “educação como instrumento de luta de emancipação, a que se constrói com adensamento, consciência e resistência” (CARNEIRO, 2005, p. 300). Dessa maneira, acabam provando que as normas hegemônicas de gênero não conseguem mais manter tais experiências na binaridade e muito menos silenciados, visto que esses corpos queimam frente aos tantos processos de violências e silenciamentos que não lhes conferem a humanização de suas vidas e a liberdade para produzirem suas experiências como formas de superação diária.

A busca por uma inteligibilidade de gênero ao longo dos anos, frente a todo contexto histórico que mulheres transexuais e travestis foram e ainda são atravessadas, acabou despertando a emergência de evidenciarmos a importância dessas experiências na produção do conhecimento, protagonizando suas escritas, entendendo esse processo como uma viagem que “transforma o corpo, o caráter, a identidade, o modo ser e de estar” (LOURO, 2021, p. 14). Assim, podemos visualizar o avanço que tem ocorrido na educação a partir de deslocamentos realizados, ressignificando processos e práticas pedagógicas frente ao reconhecimento dessas mulheres como parte constituinte da sociedade, atuante em sua estrutura e não mais lançadas apenas à margem.

Hoje, já não mais como antes, reconhecemos um movimento que vem crescendo na educação, com a presença de mulheres transexuais e travestis em espaços antes pouco prováveis como a pós-graduação. Durante décadas, essas mulheres foram obrigadas a se manterem no anonimato, onde o permitido seria

“viver com uma identificação radicalmente inabitável e inaceitável” (BUTLER, 2020, p. 14). Agora, passam a produzir suas vivências de forma a intensificar os debates em torno do respeito à identidade transexual e travesti, mesmo com a continuidade do estigma que se perpetua quando uma mulher transexual e/ou travesti ocupa lugares na educação, como a pesquisa e à docência. Esse processo – o estigma, tende a promover “um silenciamento de múltiplas vozes, apagadas pelos signos hegemônicos” (CAVICHOLI, 2021, p. 26). O rompimento desse silêncio, denota que a crítica aos regimes de normalização surtiu efeito, mesmo que ainda se acentuem inúmeras dificuldades para que mulheres transexuais e travestis possam estar na educação e produzir suas subjetividades a partir da produção do conhecimento.

A pouca vocalidade do corpo fora da norma nos convida a pensarmos uma realidade de mulheres travestis e transexuais que tem promovido o avanço do contexto educacional a partir do protagonismo dessas mulheres na produção do conhecimento, onde “a escrita trans é potencializadora do autoconhecimento trans” (DIAS, 2020, p. 329). Com isso, essas mulheres passam a alcançar locais onde suas vozes têm ecoado frente à luta por uma inteligibilidade de gênero no enfrentamento de uma solidão epistêmica, sabendo que antes de qualquer coisa, há em grande parte da sociedade intensos atravessamentos, sobretudo morais e religiosos para “reconhecer que as pessoas trans também são humanas” (JESUS, 2016, p. 231). Entre os grandes desafios postos para que as experiências de mulheres transexuais e travestis sejam validadas no contexto educacional, a promoção de suas escritas se traduz como uma possibilidade para a superação de um *epistemicídio*.

Neste sentido, sendo convidados à reflexão a respeito da potência que emerge das *escrivências* de mulheres transexuais e travestis é importante reconhecermos que, “a escrita trans* passa a ser um ato político de transformação. Uma forma potente de enfrentamento da norma. (DIAS, 2020, p. 333). Com a produção de suas escritas, somos convidados a questionar o que já foi produzido anteriormente, encontrando simetrias ou não, considerando a escrita dessas mulheres como mais um rompimento com o *cistema* que ao longo dos anos impõe verdades e noções universais de experiências que em muitas vezes sequer se aproximam de suas realidades. O que antes se resumia em silêncio, beirando a solidão pelo não protagonismo na educação enquanto campo constitutivo da subjetividade humana, hoje denota uma realidade de conquistas e ainda muitos

desafios, onde “as pessoas trans* estão desenvolvendo uma epistemologia trans*, potencializada por suas existências, vivências e saberes” (DIAS, 2020, p. 340). Encontramos uma motivação para entendermos mais amplamente essa epistemologia. Elas estão resistindo!

A ausência do protagonismo do corpo fora da “norma” pode nos dizer mais do que imaginamos, atravessando tais experiências de gênero como uma faca de dois gumes, tendo efeito contrário ao esperado. Se por um lado passamos a enxergar a presença de mulheres transexuais e travestis em programas de pós-graduação em educação como um espaço de resistência e luta contra a normalização que negligencia tais existências, do outro, devemos questionar o lugar que essas mulheres têm ocupado também na produção de um saber que emerge da carne, do asco por vezes digerido como espinhos que ferem uma dimensão ética do saber, demasiadamente, sem a menor preocupação em provocar o sangramento de quem produz o conhecimento, Mas afinal, quem está produzindo no âmbito das experiências de mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação em educação no Brasil? Onde estão localizadas tais experiências em uma dimensão ainda permeada por relações de poder ao passo que o silêncio entoa mais forte do que a presença já evidenciada na produção de epistemologias da rebelia?

Com isso, achamos oportuno trazer para essa proposta de escrita algumas pesquisas produzidas por mulheres transexuais e travestis que em *escrevivências* nos convidam a refletir sobre como os programas de pós-graduação em educação das instituições públicas tem promovido suas experiências, servindo de espaço político para o avanço da educação na luta por uma inteligibilidade de gênero que sedá a partir do reconhecimento dessas identidades na construção de um saber que ressignifique os processos educacionais e impulsionem a entrada de outras mulheres transexuais e travestis na/para a transformação da educação brasileira em um campo de afetos e troca de saberes.

3.3 Entre “palcos”: a produção do conhecimento de mulheres transexuais e travestis na Pós-Graduação em Educação (2010-2021)

É importante reconhecer, valorizar e divulgar que nós, mulheres transexuais e travestis, somos produtoras de epistemologias.

Letícia Carolina Nascimento

Conforme nos deparamos anteriormente com a pouca vocalidade dessas mulheres nas pesquisas descritas, tencionamos que “ nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1999, p. 17). É justamente a partir de alguns vazios ao longo de nosso processo formativo que passamos a pensar a pós-graduação em educação como uma possibilidade que algumas dessas mulheres estão recorrendo para a demarcação de uma realidade que evidencia o avanço no seu protagonismo e na construção de espaços de afetos, de redes de solidariedade e chamamento à outras mulheres transexuais e travestis. Evidenciamos até aqui, uma dimensão ontológica da solidão que atravessa as muitas dimensões da vida de mulheres transexuais e travestis, refletindo sob a produção dessas experiências o lugar que essas mulheres têm ocupado na/para a educação.

Para tanto, recorreremos ao Repositório do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES a partir dos seguintes procedimentos. Inicialmente, realizamos uma busca a partir dos descritores: travesti, transexual e transgênero, chegando ao quantitativo de 679 trabalhos. Ao iniciarmos o processo de exclusão, mantivemos os descritores citados, sublinhando o recorte temporal entre os anos de 2017 e 2021, chegando ao quantitativo de 376 trabalhos, sendo 305 dissertações de mestrados acadêmicos e 71 teses. Complementamos a busca inicial a partir da indicação das ciências humanas enquanto grande área do conhecimento e a educação como área do conhecimento, área de avaliação, área de concentração sob programas de pós-graduação em educação, alcançando o quantitativo de 62 trabalhos, sendo 48 dissertações (mestrado acadêmico); 1 dissertação (mestrado profissional) e 13 teses (doutorado acadêmico).

Recorreremos a leitura dos resumos e da introdução de cada trabalho, a fim de evidenciarmos as pesquisas que se aproximam de nosso objeto de estudo e se situam frente as experiências de mulheres transexuais e travestis. Dado tal recorte,

realizamos conforme apresentado abaixo o processo de identificação de pessoas transexuais e travestis que produziram suas escrituras*.

Quadro 3: Trabalhos publicados no Repositório do Catálogo de Teses e Dissertações com foco às experiências de mulheres transexuais e travestis (2010 – 2021)

Ano	MA	MP	DA	DP	Autoria Trans ²³
2010	1	0	0	0	0
2011	4	0	0	0	0
2012	3	0	1	0	1
2013	4	0	0	0	1
2014	3	1	2	0	1
2015	3	0	1	0	0
2016	6	0	2	0	0
2017	10	0	1	0	1
2018	8	0	2	0	1
2019	3	0	2	0	0
2020	2	0	1	0	3
2021	1	0	1	0	0
Universo	62				
Total	48	1	13	0	8

Fonte: Produzida pelo autor a partir do Catálogo de Teses e Dissertações.

Dado o exposto, foi possível estabelecer uma comunicação com 8 (nove) trabalhos que foram escritos por mulheres transexuais e travestis. Destes, 6 (seis) compreendem programas de mestrado e 3 (três) localizam-se em programas de doutorado. A partir desse movimento, consideramos tais escritas como fundamentais à direção de uma análise pós-estruturalista, analisando micro politicamente a maneira com a qual os escritos de mulheres transexuais e travestis fortalecem a construção de uma rede de saberes que ultrapasse o lugar de fala como um caminho de produção, percebendo no lugar da carne uma possibilidade de avanço para o campo educacional brasileiro, com ênfase no âmbito da pós-graduação em educação. Cabe ressaltar que esse movimento que realizamos em trazer as autoras para a cena da pesquisa, refere-se ao reconhecimento de suas experiências a partir de suas escrituras*. Abaixo, identificamos as pesquisas encontradas e algumas apreciações sobre elas. Ao passo que avançamos, percebemos o quão rico é o campo da educação para as pesquisas que se debruçam sob as experiências de mulheres transexuais e travestis e, ao mesmo tempo, o quanto esse espaço político necessita ser ocupado por essas vozes e experiências humanas.

²³ Trabalhos produzidos por mulheres transexuais e/ou travestis.

Quadro 4: Trabalhos produzidos por mulheres transexuais e travestis no âmbito da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil (2010 – 2021)

Ano	Autoria	Nível	IES	Tema
2012	Luma Nogueira de Andrade	Doutorado Acadêmico	UFC	Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à ordem normativa
2013	Maria Reidel	Mestrado Acadêmico	UFRGS	A Pedagogia do Salto Alto: Histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira
2014	Letícia Carolina Pereira do Nascimento	Mestrado Acadêmico	UFPI	Descolonizando Sexualidades e Currículo na Escola: confetos produzidos por jovens da Ilha
2017	Megg Rayara Gomes de Oliveira	Doutorado Acadêmico	UFPR	O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação
2018	Adriana Lohanna dos Santos	Mestrado Acadêmico	UFS	Formação das Pessoas Transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico
2019	Lua Lambertini de Abreu	Mestrado Acadêmico	UEM	Ped- <i>drag</i> -ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos
2020	Linda Brasil Azevedo Santos	Mestrado Acadêmico	UFS	Gênero e Sexualidade em Educação: um mapeamento das teses e dissertações do Norte e Nordeste brasileiro
2020	Sara Wagner York	Mestrado Acadêmico	UERJ	TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na Educação: De(s)afiando e ocupando “ <i>cistemas</i> ” de Pós-Graduação

Fonte: Produzida pelo autor a partir do Catálogo de Teses e Dissertações e *Google*.

Iniciamos nossas observações a partir da tese de doutorado: “Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa”, de Luma Nogueira de Andrade, primeira travesti a obter o título de doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará em 2012. No trabalho, a autora elucida sobre os processos de resistências e assujeitamentos de jovens travestis na escola. Tal marco se configura como o alcançar de uma possibilidade, mesmo que insipiente, de não ser mais apenas objeto de pesquisa de alguém distinto à realidade do “universo trans”²⁴; estando à frente da problematização de suas demandas.

A autora contempla a noção ampliada das travestilidades que partem das múltiplas experiências de ser travesti em uma dinâmica ainda à margem que repetidamente “a imagem socialmente exposta é aquela em que a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída a prostituição” (ANDRADE, 2012, p. 15). As questões de pesquisa surgem a partir desse estereótipo que ainda permeia nos diferentes espaços de interlocução. É nítida a importância que a autora dá às pesquisas realizadas para o contexto histórico ao

²⁴ Ver: BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 17.

qual elas estavam identificadas, e propõe formas outras de se pensar as travestilidades para além da prostituição.

Metodologicamente, a autora recorre a revisão bibliográfica e pesquisa de campo, enfatizando que diversos estudos com viés etnográfico realizados no campo da antropologia e da sociologia, consideram as experiências de travestis apenas na dinâmica da prostituição, reiterando o lugar-vida que essa população ainda é lançada na vida e na produção do saber. Realizado tal processo, a autora realiza um levantamento junto a Secretaria de Educação (SEDUC) para o encontro do público-alvo da pesquisa: travestis no espaço escolar. Tanto a presença de travestis matriculadas quanto a sua ausência no âmbito escolar serviu de base ao critério de escolha que culminou na realização da pesquisa em três escolas, sendo 01 escola da capital, 01 escola de uma sede de cidade e 01 escola do campo.

A autora parte de uma perspectiva pós-estruturalista e *queer*, compreendendo as múltiplas dimensões que se apresentam às realidades de travestis nas escolas e na dimensão da sexualidade. O perfil etnográfico é uma característica marcante da autora, quando se lê:

Na investigação, busquei ver, ouvir e sentir a multiplicidade de constituição dos sujeitos implicados na concepção da organização e do fazer escolar, para ter a sensibilidade de compreender e registrar os resultados da pesquisa. (ANDRADE, 2012, p. 18)

Dessa maneira, a autora afere características da experiência de travestis nas escolas como a dificuldade de as escolas compreenderem que o perfil de travestis não deve ser universalizado, cabendo a reflexão das micropolíticas que se estabelecem ao longo do processo formativo em toda a estrutura escolar. A pesquisa se divide em sete capítulos com a utilização de uma metodologia quanti- qualitativa que contribuiu para a autora desvendar a sociabilidade das travestis nas escolas da Rede Pública Estadual do Ceará que emergem de uma cultura transfóbica. Ao término, ela enfatiza a importância de não limitar as travestilidades ao campo da prostituição nas pesquisas, devendo alcançar todas as instituições de formação humana como as escolas na compreensão de saberes que burlem à ordem normativa nas experiências de jovens travestis.

Na dissertação, “A Pedagogia do Santo Alto: Histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira”, defendida por Marina Reidel em

2013 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a autora mergulha em um processo de análise da vida pessoal e acadêmica de sete professoras, sendo cinco mulheres transexuais e duas travestis, localizadas em diferentes cidades do país. A proposta que se construiu ao longo da pesquisa foi a de identificar os impactos educacionais que tais atuações podem promover, sobretudo, para o avanço do contexto educacional brasileiro.

A autora parte do local da carne, trazendo a realidade de sua trajetória de vida e escolar que ocorre a partir da não conformação com as regras de gênero que eram impostas, tendo como resposta diferentes processos de agressões e violências. O sentido de superação é colocado em evidência, quando se lê:

Apreendi também que não é fácil equilibrar o giz e o salto alto, pois sendo professora e mulher trans tenho que ser uma excelente professora e uma mulher muito mais mulher que as outras, para não ser chamada de homem vestido de mulher. (REIDEL, 2013, p. 11)

Tal noção de estar sempre impecável em sua prática profissional, é uma realidade que ocorre em diferentes áreas quando o apagamento das identidades de mulheres transexuais e travestis perpassa a competência profissional, fazendo com que essas mulheres precisem cotidianamente reafirmar que suas existências são possíveis em diferentes contextos da vida social. Mesmo assim, são invalidadas sem o menor pudor ou preocupação em enxergar que atrás do giz, por exemplo, encontra-se um ser humano.

A autora reafirma o tempo sócio-histórico em que realizou o processo de transição para a sua identidade de gênero, ocorrida durante o ano letivo, causando diferentes emoções e sentimentos no espaço escolar em que estava inserida enquanto docente. Seu processo contribuiu para que questões de sexualidade fossem levantadas, incidindo mais tarde no projeto de pesquisa que buscou evidenciar aspectos do trânsito de professoras travestis e transexuais no ambiente escolar, aproximando tal objeto de sua própria realidade de vida.

Na busca por uma aproximação de professoras travestis e transexuais, a autora criou uma rede de professoras travestis e transexuais, onde a partir de encontros e seminários na educação foi possível estabelecer o norte de sua pesquisa. Tal processo culminou na realização do I Encontro Nacional da REDE TRANS EDUC BRASIL (rede de professores trans no Brasil), em Belo Horizonte,

Minas Gerais. Neste espaço, a autora informa que foi possível estabelecer uma rede de trocas e saberes, sendo necessária a manutenção e continuidade do espaço por se tratar de algo inédito na educação. Metodologicamente, a autora realiza entrevistas com professoras travestis e transexuais, além da análise de documentos e bibliográfica, com ênfase na discussão sobre gênero e sexualidade. A “Pedagogia do Salto Alto” quanto metáfora surge para transcrever os atravessamentos entre a dimensão da escola e da sexualidade. A pesquisa traz a tônica de “novos personagens” no contexto educacional brasileiro que eclodem de um local ainda bastante desafiador para quem atravessa as fronteiras do gênero.

A dissertação, “Descolonizando Sexualidades e Currículo na Escola: confetos produzidos por jovens da Ilha” foi defendida em 2014 pela primeira professora e travesti negra da UFPI, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, no Programa de Pós-Graduação em Educação em torno da temática da sexualidade, enquanto parte fundante na construção das identidades juvenis nas escolas. Como forma de construir a pesquisa em torno da abordagem, a autora estabeleceu seu ponto de análise a partir dos seguintes questionamentos

O que os jovens pensam acerca da sexualidade? Que problemas mobilizam estes jovens em torno do tema gerador em questão? Quais diferentes formas de pensar a sexualidade para além daquilo que está instituído pelo currículo formal da escola? Quais as linhas de fuga criadas pelos jovens frente aos controles exercidos pelo currículo formal em relação à sexualidade? (NASCIMENTO, 2014, p. 8).

Metodologicamente, a autora baseou sua pesquisa no método da Sociopoética, para a utilização da construção do pensamento coletivo a partir dos “confetos²⁵” produzidos pelos jovens da Ilha Grande – PI em torno da temática da sexualidade. Inicialmente, ela sugere que há uma permissividade na livre manifestação da sexualidade de algumas pessoas em detrimento de outras, apontando à contemporaneidade que tem instrumentalizado a sexualidade de diferentes maneiras e perspectivas. Com relação aos objetivos da pesquisa, a autora interfere sob o objetivo geral: analisar as linhas de pensamento dos jovens do Ensino Médio de uma Escola Pública, em Ilha Grande – PI”, recorrendo a criação dos confetos em torno da temática da sexualidade na escola.

²⁵ A autora usa o termo “confetos” para se referir a produção de materiais que envolvam conceitos+afetos em torno da temática sexualidade na escola.

Como objetivos específicos, a autora elegeu: “identificar as ideias e os confetos acerca da sexualidade produzidos pelos jovens”; “identificar os problemas que mobilizam os jovens em torno do tema gerador em questão”; “favorecer formas de pensar a sexualidade para além daquilo instituído pelo currículo formal da escola” e “perceber as linhas de fuga criadas pelos alunos frente aos controles exercidos pelo currículo formal da escola em relação à sexualidade”. A autora divide o trabalho em 6 capítulos, trazendo à abertura da pesquisa com sua experiência em torno da sexualidade que culminou em uma pesquisa que ela chama de “encarnada”. Trata de mapear a emblemática normalização do sexo no Brasil nos parâmetros curriculares ao longo dos anos, tendo o primeiro a partir de 1930, com a modernização do Estado Brasileiro, e o segundo na década de 1990 até os dias atuais, onde se tem o currículo para adoção da educação sexual no Brasil.

Em seguida, a autora apresenta sua aproximação com a Sociopoética, desde o momento do estranhamento até a sua construção diária enquanto Sociopoeta. Apresenta os apontamentos realizados durante a realização das oficinas que efetivaram a construção dos confetos e deram as muitas significações em torno da sexualidade na visão dos Jovens da Ilha. Após esse processo, a autora aponta a criação de um *Currículo Crazy*, que de acordo com a pesquisadora

Se situa no horizonte das possibilidades, demanda uma educação sexual que não imponha limites fixos, prescreva certo e errado de maneira arbitrária, estando voltado para o cuidado de si e do outro, numa perspectiva ética e afetiva. (NASCIMENTO, 2014, p. 21)

Desse modo, a proposta apontada pela autora ao analisar os materiais produzidos e as suas dimensões é que os jovens buscam um currículo que descolonize o ideal de formação instituído pela escola e os processos que se articulam à sexualidade enquanto expressão das experiências juvenis nas escolas.

O trabalho intitulado: “O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” trata de uma tese defendida no ano de 2017 por Megg Rayara Gomes de Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A autora busca, mediante ao que considera um “revezamento entre várias áreas do conhecimento”, identificar os possíveis elementos que contextualizados às vidas de bichas pretas e afeminadas, estão diretamente ligados na produção das experiências escolares para

aquelas pessoas que fogem à norma cis heterossexual, de modo a operacionalizar como esses elementos são agenciados no dispositivo escola enquanto produtora também da repressão sexual.

A autora cuida de trazer à cena um prólogo com análise à imagem do Diabo, que no século XII passou a ser sistematicamente ligada à toda diferença que não fosse parte de uma hegemonia branca, heterossexual e cristã, e, nesse sentido, “a cor preta, entre os cristãos, passou a ser interpretada como uma representação do mal e a pele preta do Diabo” (OLIVEIRA, 2017, p. 15). A tônica da raça a qual a autora transita, faz parte de um aporte epistêmico de categorias consideradas divergentes, como a sexualidade, o gênero, as deficiências, entre outras, que na atualidade tem emergido de locais ainda esteiros à educação.

A partir de referências de sua trajetória escolar e atuação docente com a presença sempre marcante de formas de violências a partir do racismo e da homofobia enquanto táticas de anulação da vida. O que torna a escrita possível, conforme a autora se debruça, é uma análise interseccional a partir de marcadores que problematizem o racismo e a homofobia, além de viabilizar expressões de dispositivos de fuga de tais violências. O incômodo da autora para a produção desua tese, parte da pouca ou nenhuma presença como ela coloca, entre as discussões sobre sexualidade nos entornos do movimento negro e a aversão do então movimento LGBT, pautar entre as suas frentes discussões em torno da raça enquanto categoria de análise histórica nos primeiros anos do século XXI. Com isso, as ausências e fragmentações das discussões sobre gênero e sexualidade de maneira articulada tenciona uma das motivações para a produção da pesquisa.

De modo que as práticas e processos de subjetivação do movimento negro giravam em torno da negritude como único elemento de construção dessas experiências, a autora entende que as expressões de gênero e as orientações sexuais eram categorias deslocadas da categoria racial, dificultando consideravelmente a sua compreensão e construção das bases necessárias à sua compreensão. Outra motivação que a autora importa é a ausência de pesquisas no campo das homossexualidades negras masculinas, chegando à construção da questão de pesquisa que foi perceber quais as relações de poder que configuram as multiplicidades de sujeitos negros homossexuais.

O conceito de interseccionalidade (1989), mediado a partir dos trabalhos desenvolvidos pela defensora dos direitos civis norte-americanos uma das principais

estudiosas da teoria crítica da raça, *Kimberlé Crenshaw*, é utilizado por Megg como o seu norte de pesquisa, sendo aliado à perspectiva cultural, pós-estruturalista, com contribuições dos estudos feministas, de relações étnico-raciais e de gênero. Após a escolha do universo de pesquisa que se baseou na análise das experiências de gays, afeminados, viados e bichas pretas no espaço escolar, a autora adota duas formas de segregação para analisar o proposto – o racismo e a homofobia, sendo tratados na pesquisa como dispositivos de poder, chegando assim ao problema de pesquisa, que consiste em

identificar os elementos que incidem de maneira positiva nos processos de subjetivação das experiências negras que fogem à norma cis heterossexual e como esses elementos são agenciados no interior da escola. (OLIVEIRA, 2017, p. 36)

Para isso, a autora recorre a (auto)biografias de quatro professores de diferentes cidades e estados que se identificam como bichas pretas que possuem o racismo e a homofobia como atenuantes de suas trajetórias de vida. Os instrumentos de coleta de dados se basearam na realização de entrevistas semiestruturadas, a partir de questionários pré-moldados e passíveis de interpretação que foram respondidos pessoalmente e virtualmente, a partir de diferentes mecanismos de acesso. Assim, a autora divide sua pesquisa em seis capítulos, trazendo, inicialmente, uma discussão acerca da construção e ressignificação do negro na sociedade, problematizando as formas de controle que perpassam as experiências das práticas dos homossexuais negros, ainda objetificados em uma única tônica de atuação; em seguida, trata da interseccionalidade, trazendo seu contexto histórico e a importância de seu uso para analisar o racismo e a homofobia no Brasil.

No capítulo seguinte, Megg traz uma análise das entrevistas realizadas com professores gays negros afeminados, que perpassa todos os períodos da vida – infância, adolescência e vida adulta, entendendo como a negritude e a homossexualidade eram percebidos na vida escolar e como a homofobia e o racismo se desenvolveram no processo de escolarização formal, tencionando assim as rupturas e permanências, além dos deslocamentos promovidos por esses dispositivos nas experiências dos sujeitos de pesquisa. A autora finaliza sua pesquisa trazendo sua carne como aspecto da memória, apresentando as razões

que operaram à escolha de pessoas pela atividade docente, mesmo quando passaram por processos de segregação e violências, compreendendo como a homofobia e o racismo se articulam na atualidade. O cruzamento de várias áreas do conhecimento, permite a autora se debruçar sob aspectos fundamentais à análise proposta como dimensão de controle e poder na produção das subjetividades.

Na dissertação, “Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico”, Adriana Lohanna dos Santos analisou os processos de formação de pessoas transexuais no âmbito da Universidade Federal de Sergipe, considerando o processo de permanência dessas pessoas para além do acesso ao ensino superior que já é uma realidade na vida de transexuais e travestis. Ela considerou a trajetória desses/as sujeitos/as e marcou resistência por trazer sua história de vida enquanto primeira mulher transexual negra a alcançar o mestrado. Sua história de vida retratada em sua pesquisa é marcada por processos de silenciamentos e exclusão, todavia, ela conseguiu na/pela educação, ultrapassar as estatísticas que impedem mulheres transexuais e travestis de ocuparem a Universidade Pública. Em momentos específicos da escrita, Adriana a embarga de emoção ao se colocar, situando determinadas experiências a partir de sua própria carne, de sua própriador.

Metodologicamente, a autora traça sua pesquisa em três capítulos a partir de pressupostos pós-estruturalistas, tencionando os conceitos de transexualidade, gênero e normas de gênero, sexualidade e heteronormatividade. O processo metodológico ocorreu mediante um aporte qualitativo, que se fundamentou às realizações de entrevistas narrativas com sete estudantes transexuais da UFS de diferentes cursos. Algumas questões aparecem com frequência, como as violências sofridas por alunos transexuais no âmbito da UFS por não terem seus nomes sociais respeitados quando não houve ainda o processo de retificação no registro civil (não garante que o nome morto não será usado como dispositivo de agenciamento da violência transfóbica); as muitas dificuldades que entornam o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero da pessoa, a transfobia institucional que ainda precisa ser combatida em todos os espaços e outras expressões que denotam dificuldades que implicam no acesso, permanência e desenvolvimento de pessoas trans no ensino superior.

Adriana traz a cena sua história de vida, tanto no âmbito familiar quando no social, escolar. Sua escrita denota o rompimento de um contexto violento que não se encerra ao alcançar o ensino superior, mas, promove o avançar de compreendermos que pessoas transexuais e travestis e estão ocupando todos os espaços sociais e políticos, trazendo consigo processos de superação e ressignificação de suas vidas. As violências sofridas por Adriana não se encerram no ciclo básico de sua formação, sendo gerenciadas também no ensino superior com outras roupagens não menos graves ou violentas quanto as anteriores. Todo processo de formação da autora até a sua chegada no mestrado é marcada por violências que se estruturavam em diferentes espaços, mas que não foram suficientes para que ela desistisse no caminho.

Em sua pesquisa, motivada pelo não lugar que até então era evidenciado às experiências de pessoas transexuais e travestis, Adriana busca analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, percebendo nas trajetórias de vidas dessas pessoas, estratégias de enfrentamento e resistências às normalizações de gênero. Para isso, a autora identificou as pessoas transexuais na instituição e refletiu sobre as suas trajetórias de vida durante o processo formativo destas que operam mecanismos de fuga e denotam processos de resistência à norma binária do gênero e do sexo. Além disso, a autora buscou identificar as políticas educacionais presentes na instituição para o acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior.

A pesquisa, “Gênero e Sexualidade em Educação: um mapeamento das teses e dissertações do Norte e Nordeste Brasileiro”, desenvolvida por Linda Brasil Azevedo Santos, realiza um mapeamento e análise de pesquisas científicas em educação sobre gênero e sexualidade no âmbito dos programas de pós-graduação nas IES's do Norte e Nordeste do Brasil, entre teses e dissertações desenvolvidas entre os anos de 1994 e 2018. Linda Brasil recorre a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, como fonte de pesquisa, chegando a um quantitativo de 403 trabalhos – sendo, 301 dissertações e 102 teses, com foco nas discussões sobre processos educacionais.

Linda Brasil reconhece que, dado os avanços dos movimentos sociais, sobretudo, de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e demais movimentos, qualitativamente, considerados “minorias” – houve uma mudança de paradigmas nos últimos anos, com especial atenção às contribuições do movimento feminista. Em

contramão, os ataques à educação pública têm promovido o acirramento das desigualdades, e, conseqüentemente, o silenciamento das abjeções, sendo fundamental a construção de uma “pedagogia da insurgência” em que mesmo com tal realidade, há ainda um movimento em constante transformação para o campo educacional, produzindo pesquisas e reflexões acerca da diversidade sexual e de gênero nas escolas.

A questão regional é apontada por Linda Brasil como fundamental ao recorte territorial na pesquisa, visto que os investimentos para a educação nas regiões Norte e Nordeste acabam sendo menores do que às demais regiões do país – carecendo de uma maior atenção por parte de quem produz conhecimento e política públicas. Historicamente, entre os tantos atravessamentos que declinam os índices de desenvolvimento para a população brasileira, o Norte e o Nordeste acabam sendo marcados ainda por processos de violências emergidos à cultura tradicional e religiosa. Reconhecer tais aspectos é fundamental para uma melhor aplicação de qualquer pesquisa que porventura venha ocorrer.

A escrita de Linda Brasil, nos toca à memória das tantas mulheres transexuais e travestis que são empurradas para a prostituição, marcando, ainda na atualidade, o local de permissividade para essa população, que, ao adentrarem os espaços nos centros urbanos, costumam ser expulsas, excomungadas, como se não houvesse vida em seus corpos ou como se essas vidas não valessem tão a pena como qualquer outra. A pesquisa de Linda Brasil se baseou em uma pesquisa do tipo Estado da Arte, com uma abordagem quanti-qualitativa, contando com a divisão em cinco capítulos, tendo a teoria *queer* como norte para se pensar as diferenças em educação.

Na dissertação “Tia, Você é Homem? Trans na/da Educação: Des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação”, Sara Wagner York discutiu sobre os impactos do acesso e da permanência de pessoas trans e travestis nos programas de pós-graduação strictu sensu de IES públicas sob o regime de cotas para transexuais, travestis e transgêneros. A partir de um estudo descritivo crítico desconstrucionista, a autora analisa narrativas de vida a partir das entrevistas a dois grupos de pessoas trans que se localizam no âmbito da pós-graduação, tendo suas experiências como suporte essencial para cartografar as experiências trans na pós-graduação.

A autora apresenta sua escrita a partir de sua carne, seus medos e anseios, passando desde o momento em que foi chamada de mestiça por um oficial de migração na cidade de Londres, até os processos de enfrentamento do submundo ao qual as travestis ainda são alocadas e suas superações quando derrubam toda construção histórica que as impedem de acessar a educação formal, sendo vistas, quando vistas, não mais como corpos unicamente ligados à prostituição e a marginalidade mas, sim, “como pesquisadoras/es, reivindicando o direito à vida, à educação, ao trabalho, à saúde” (YORK, 2020, p. 18)..

No sentido da importância do acesso ao ensino superior mediante políticas de inserção das populações qualitativamente menos favorecidas, com atenção à pós-graduação, a autora traça um panorama a respeito da Política de Ações Afirmativas para transexuais e travestis nas universidades a partir de 2016. Sara entende que tais políticas garantem o acesso ao direito constitucional e humano, ainda com grandes dificuldades, pois se no âmbito da graduação essas cotas não são operacionalizadas por todas as instituições públicas de ensino superior, a pós-graduação caminha vagarosamente, conforme discutimos também em nossa pesquisa.

Desse modo, a autora propõe compreender as proximidades e distanciamentos entre a área da educação no âmbito da pós-graduação e o corpo travesti. Para a autora, é imprescindível que ocorra o alcance de possibilidades outras à construção de uma estética-epistemológica tanto no ensino quanto na pesquisa, onde as *corpas* passam a fazer parte de fato de uma educação pública, gratuita e transviada.

Ao nos depararmos com trabalhos tão importantes realizados a partir da potência vida de mulheres transexuais e travestis, contemplamos: Que elas ocupem todos os espaços, sentidos, sentimentos e produções com vista a construção de uma sociedade em que haja vida ao invés de morte. Chegamos ao momento de partilhar alguns afetos que foram surgindo ao longo de nossa pesquisa. De modo que os resultados de nossa pesquisa foram surgindo nas entrelinhas, acreditamos que as observações seguintes cumprirão o plano de responder as principais apreensões que porventura possam surgir em meio a imensidão do mar ainda a ser contemplada pela produção do saber a partir dos reconhecimentos que aqui, expressamos em poucas palavras, mas com um sentimento inigualável de GRATIDÃO.

ALGUNS ENCONTROS:

PARTILHANDO AFETOS

SEÇÃO IV

Serei-A no asfalto
Rainha do luar
Entrega o seu corpo
Somente a quem possa carregar.

Linn da Quebrada.

Trazemos para a nossa escrita coletiva com mulheres transexuais e travestis a referência de uma das maiores artistas da atualidade no Brasil. Linn da Quebrada. Inúmeras vezes me pego viajando em suas músicas, potentes manifesta-transviadas. A presença de mulheres transexuais e travestis em todos os espaços – sociais, políticos, econômicos e afetivos, é mais do que necessária. É uma questão (sobre) vivências.

O entoar que realizamos agora, reflete sob alguns aspectos e porque não dizer, achados, neste percurso tão doce, e por vezes, amargo, que é a produção de um saber que gere sentimentos e promova a evidência de saberes antes marginalizados (ainda são) que encontram na educação um terreno fértil e promissor no reconhecimento das experiências que nos constituem como seres humanos, por vezes, lidos como não humanos de direitos, onde, de acordo com Bento (2017, p. 85) “não há corpos livres, anteriores aos investimentos discursivos.

O que produzimos durante todo o nosso processo formativo, se configura como um espaço necessário, político e discursivo de formas outras para se pensar as experiências de mulheres transexuais e travestis na/para o campo da educação - seja para entendermos o que a educação produziu até o momento, ou, ainda, reconhecer as tantas possibilidades que têm emergido de locais antes silenciados pelo estigma e pela transfobia institucional.

Elas (mulheres transexuais e travestis) estão de braços abertos para a construção de saberes outros, mesmo em tempos em que as bases educacionais são tão ameaçadas. A educação resiste. Ante ao exposto, consideramos importante transcrever que,

Apesar das conquistas, as experiências trans constituam marcadas por múltiplas violências; que, apesar de toda a luta e resistência, travestis e transexuais continuam sendo interpretadas pelos dispositivos que constituem a matriz heterossexual como estigmatizadas (VERAS, 2019, p. 204)

Neste sentido, o movimento que realizamos deu-se para além do envolvimento diário com mulheres transexuais e travestis na academia, na vida. Nas ruas, as tantas vezes que compartilhamos tantos afetos em festas, ou em almoços rodeados de risos e traduções. Nessas experiências, por diversas vezes, podemos ouvir suas dores, perceber as ausências, sentir os silêncios ainda perturbadores em diferentes espaços, presenciar tantas formas de violências dispensadas a essas identidades femininas, interpretadas como desertoras, estrangeiras de locais onde elas deveriam estar presentes e se fazerem presentes na construção de uma sociedade mais justa; mesmo que, imersas em um sistema totalmente contrário à livre expressão das identidades de gênero consideradas desviantes. Não sei ainda como isso é possível ou se é possível. Mas, resistir é mais do que necessário.

Ao longo desses anos de formação, foram tantas experiências ao lado de mulheres transexuais e travestis que desatamos em uma aliança para toda a vida. Tomo meu lugar de fala, ode reconheço fronteiras que devem ser respeitadas, enquanto um homem não preto, cis-aliado, e tantos outros lugares, que, outrora, poderiam me aproximar ou me distanciar de um lugar hoje, em que me orgulho de construir, como um espaço mais do que necessário para contribuir ao avanço do contexto educacional brasileiro no alcance de uma inteligibilidade de gênero às experiências que aqui, nos propomos a contribuir, sempre de maneira ética e sensível às particularidades que, porventura, pudessem surgir ao longo desse processo.

Em alguns tantos momentos, precisei sentar-me, ouvir e reaprender, recorrendo às experiências de mulheres transexuais e travestis a partir de suas vozes, encontrando, mesmo em conversas informais, centelhas, que me ajudassem na construção dessa pesquisa que, em 2020 na seleção para o mestrado, se propunha a carregar a docência trans como objeto de estudo. Como vimos, nada está pronto, e, tendo a perspectiva pós-estruturalista como alicerce para a construção desse processo, desmoronamos por algumas vezes para que hoje, possamos tecer essas linhas rodeadas de carinhos e afetos.

Nessa perspectiva, salientamos que a escolha de nosso objeto de estudo, a solidão que se constitui como dimensão ontológica da violência que marca os corpos de mulheres transexuais e travestis, atravessando seus processos educativos - pensando o lugar onto-epistemológico dos corpos de mulheres transexuais e travestis - seja como pesquisadoras, seja como sujeitas pesquisadas

no campo dos estudos de gênero em educação; surge, inicialmente, pelo incômodo de, por vezes, vislumbrar uma presença de mulheres transexuais e travestis na produção de estudos e pesquisas, mas, ainda, com pouco protagonismo dessas experiências femininas de gênero, que hoje, transcrevem de sua própria carne os percalços e novos olhares, pulverizando pouco a pouco a normalização de gênero na construção das identidades e no alcance de uma inteligibilidade de gênero.

Quando pensamos a violência enquanto um dos muitos atravessamentos que perpassam a vida e a lida não vida de mulheres transexuais e travestis, remetemos a lembrança de nossa dedicatória, onde elencamos algumas entre as tantas mulheres transexuais e travestis que foram assassinadas, em sua maioria, sob forte violência física com requinte de crueldades, mas, também, assassinadas pela transfobia velada, que consegue sorrateiramente destituir essas experiências de dentro para fora até que viver não seja mais uma opção viável.

Ao atendimento do método de pesquisa, inferimos que a perspectiva pós-estruturalista nos destruiu de formas incríveis. Aliás, destrói qualquer previsão ou certezas de nossas existências e das experiências às quais nos debruçamos, visto que a metodologia “se trata de uma condução: como conduzo ou conduzimos nossa pesquisa” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 17). Enxergar as micropolíticas para além do visto a olho nu às experiências de mulheres transexuais e travestis, garantiu um olhar mais atento para as diferenças e, principalmente, para o reflexo que a educação tem produzido na construção dessas identidades que, hoje, fazem partede uma nova realidade, onde, mesmo sob ferrenhos ataques, tem ocupado osespaços da educação e produzido suas vidas para muito além do que antes era ligado unicamente à marginalidade.

Considero que aqui, propomos a adoção de uma pedagogia transviada, desde a percepção da educação enquanto campo de saber-poder e seu rompimento à produção de dispositivos que transcrevam o atravessamento de fronteiras epistemológicas. Dito isso, dadas as condições objetivas e subjetivas para a construção dessa pesquisa, elegemos a adoção de uma pesquisa bibliográfica e documental em nosso plano metodológico, a fim de conhecer a produção de um saber que tem se aperfeiçoado ao longo dos anos, sobretudo, com a entrada de mulheres transexuais e travestis na educação. Com isso, conseguimos pensar e construir uma produção do conhecimento a partir de realidades ligadas às diferenças e ao alcance de uma inteligibilidade de gênero.

A pesquisa, portanto, alçou voo, tal como a Suindara, rumo a um terreno já existente, promovendo outros olhares para o alcance do objetivo geral de analisar a presença das mulheres transexuais e travestis no campo da educação. Elegemos a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a produção do conhecimento de mulheres transexuais e travestis no âmbito da pós-graduação em educação, como espelhos à educação contemporânea que nos mostra uma realidade promissora e digna a ser reverenciada. Há pontos que consideramos importantes de reflexão e tencionaremos logo em seguida no enquadro sobre uma possível solidão epistêmica na rarefeita produção encontrada.

De tal modo, o primeiro objetivo específico, que tratou de mapear a presença de uma solidão epistêmica na produção do conhecimento do GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd, foi desenvolvido na segunda seção, onde consideramos as produções de artigos completos publicados nos Anais do maior fórum de educação do Brasil entre os anos de 2004 e 2019. Neste movimento, ao considerarmos quem fala sobre transexualidade na educação, reconhecemos que ainda há um longo caminho para que mulheres transexuais e travestis se façam presentes na produção de suas escritas na ANPEd. Obviamente que todos os estudos desenvolvidos, inclusive o nosso, construído por pessoas não transgêneras são importantíssimos para o alcance dessa nova realidade mais concretamente falando.

O segundo objetivo específico, que se firmou em analisar a realidade das escrevivências de mulheres transexuais e travestis nos programas de pós-graduação em educação, com especial atenção aos programas avaliados com notas 5, 6 e 7 no âmbito da CAPES, possibilita um olhar outro para a defesa das Políticas de Ações Afirmativas, com referência à garantia do acesso, permanência e pleno desenvolvimento de transexuais e travestis na/ para a educação superior.

O terceiro objetivo específico, que tratou de discutir a presença de mulheres transexuais e travestis para o alcance do contexto educacional a luta pelo alcance de uma inteligibilidade de gênero, esteve atravessando, mais centralmente, toda a nossa pesquisa, ao reconhecermos que tanto na educação a partir do maior fórum de produção do conhecimento com especial carinho ao GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação; quanto no âmbito da pós-graduação em educação – a atuação de mulheres transexuais e travestis deve estar muito além do que servirem apenas enquanto objeto de estudos. Elas estão produzindo novos olhares,

desmoronando pré-conceitos que ainda nos dias de hoje, perpassam a produção do saber no campo das dissidências de gênero.

Ao considerarmos o objetivo específico de identificar a solidão como uma dimensão da violência da matriz de inteligibilidade de gênero que marca ontologicamente a vida de mulheres transexuais e travestis, pensamos em realizar um mergulho na educação em contextos pré-estabelecidos, já esperando um pouco retorno enquanto fruto das vidas de mulheres transexuais e travestis que produzem suas próprias pesquisas. Os retornos que obtivemos, certamente nos incomodaram e continuarão incomodando até que a realidade se mostre diferente. Consideramos reconhecer na produção do conhecimento em educação um caminho para explicarmos a relação entre a violência e a solidão que se manifesta no processo pedagógico sob as experiências de mulheres transexuais e travestis.

Nesta dissertação, recorreremos a um movimento de intensos desmoronamentos. O que nos desafia, enquanto sociedade imersa à matriz binária de gênero, talvez seja o transpor as páginas que temos experienciado as tantas dimensões que constituem as vidas de mulheres transexuais e travestis – fazendo dessas, realidades próximas, reais, que nos remonta em noções outras de existências. Assim dito, estruturamos o presente texto em três movimentos principais de argumento:

1. Quando a partilha surgiu, renascemos

A gênese dessa pesquisa, emerge do afeto, afetos, sorrisos e de desafios aos quais tenho que experienciar por me permitir ter em meu ciclo social a “intolerável companhia” que para uma margem é inconcebível de existência, não passível de vida, nem tampouco de luto.

A experiência do “novo”, ou do pouco dimensionado na pesquisa em educação nos remete a urgência que a transexualidade possui para o campo que tem passado nos últimos anos por intensos processos de transformações frente as demandas que se convergem nas experiências outras. Com relação a transexualidade e suas abjeções “as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil têm contribuído para a conexão de campos, para o desbloqueio de conteúdos, para a proliferação de formas e para o contágio de saberes minoritários” (PARAÍSO, 2004, p. 295).

Quando remeto, agora, a lembrança do recreio que outrora nos constituía em dada sociabilidade, percebo que a ausência de mulheres transexuais e travestis, hoje, já não é mais uma realidade concreta, visto que, pouco a pouco, nossas alunas estão se encontrando na/para a educação na construção de suas experiências – obviamente ainda cercadas de percalços, mas, de fato, diferente de 1998 quando nos largos corredores das escolas, no pátio onde realizávamos as festividades, na quadra de esportes onde os risos eram constantes, essas vozes eram infrequentes. Hoje, ao nos depararmos com mulheres transexuais e travestis - alunas, professoras e produtoras de um saber que ressignifica a educação brasileira, sentimos que parte de nós, antes crianças, hoje pode abraçar tais dimensões que constituem as experiências de gênero na sociedade.

Ao ponto que reconhecemos a transexualidade como campo de análise necessário e fundamental a percepção da sociedade contemporânea, a dimensão ontológica da solidão que buscamos integrar nas abordagens deste trabalho não foi por acaso, pois ela se apresenta como “mecanismo por meio do qual a desumanização se consuma” (BUTLER, 2011, p. 30), mas se dá também pela observância diária ao longo dos anos que fazemos a respeito dos espaços e mecanismos que integram a realidade de mulheres transexuais.

Apontamos que discussões como a transexualidade, a travestilidade e suas múltiplas performances devem ser presentes nos espaços que integram a educação, reconhecendo a emergência teórica da valoração real de todas as subjetividades, rompendo com as normas historicamente estabelecidas. “As normas sociais não escolhem sujeitos, elas se impõem a todos e todas, mesmo aqueles e aquelas que jamais conseguirão atendê-las [...]” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

O que antes era simplesmente inexistente aos olhos da maioria de nós, hoje se mostra avançando com maestria em particularidades que inferem a pesquisa sobre transexualidades e travestilidades a sua real importância. “As travestis estavam nas ruas, reconstruindo seus corpos, produzindo sentidos originais para a relação entre corpo, sexualidade, gênero e subjetividade, mas eram invisíveis e invisibilizadas” (BENTO, 2017, p. 47). Obviamente que tudo isso é um conjunto de garantias e direitos conquistados durante muitos anos, com a contribuição do movimento feminista e pelo então desabrochar de mulheres transexuais e travestis na história.

No momento em que a partilha surgiu, renasci. Renasci enquanto *cis*-aliado e como humano na defesa intransigente dos direitos humanos. Renasci como filho, como irmão, como amigo, como pesquisador, como vida abjeta, cercada de conflitos e cuidados que ainda devemos ter ao cruzar cada esquina da vida que porventura venha surgir.

2. Há um saber *cis*generificado que possa constituir uma solidão epistêmica no GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd?

Delimitamos a ANPEd como uma possibilidade para reconhecer as produções realizadas acerca das experiências de mulheres transexuais e travestis e ao mesmo tempo mapear a possível presença de uma solidão epistêmica na produção do conhecimento. Das publicações realizadas no recorte temporal de 2004 a 2019 no âmbito da ANPEd, foram encontrados 207 trabalhos completos. Dessas pesquisas²⁶, apenas 11 se situam no campo da “questão trans”, aproximando-se ao objetivo da pesquisa, de analisar a produção do conhecimento no campo dos estudos de gênero em educação frente às experiências de mulheres transexuais e travestis. Cabe salientar que a sugestão de uma solidão epistêmica não se debruça unicamente sobre a quantidade de pesquisas desenvolvidas, mas pelo teor desses trabalhos e pelo protagonismo de pessoas trans no seu interior.

A pedagogia *queer* é apresentada Cesar (2008) e Sierra (2013) apresentando quatro intervenções a respeito de experiências transexuais para o pensar de um currículo escolar e suas narrativas, e a experiência limite de uma mulher transexual que fazia do seu corpo um local de inscrição do seu modo de vida. O nome social na escola para travestis e transexuais é discutido em aproximação aos movimentos sociais por Cesar (2009) apontando para o sistema sexo-corpo-gênero para a aplicabilidade desse direito no âmbito educacional e a ampliação desse processo.

Na mesma linha de trabalho, tendo como foco a experiência transexual na escola, encontramos os trabalhos de Braga (2011); Santos (2013) e Santos (2019). Neles, há a emergência da presença de novas/outras identidades intramuros nas cenas escolares que estão postas na contemporaneidade. A presença trans nas escolas é abordada com o caminho de compreender a contribuição dos movimentos

²⁶ O levantamento foi realizado junto ao site da ANPEd: <https://anped.org.br> nas Reuniões Nacionais. Foram levados em consideração apenas os trabalhos completos publicados entre os anos de 2004 e 2019 que abordem a transexualidade como temática de pesquisa.

sociais e a invenção da transexualidade nas discussões de gênero. O uso da cartografia para compreender o encontro de experiências transexuais na escola é algo bastante pertinente salientado nos trabalhos.

O tratar da docência no processo de escolarização das travestilidades e transexualidades foi encontrado no trabalho de Torres (2013) além do reconhecimento precário dessas experiências no contexto escolar. Com uma abertura a discussão sobre a chamada hierarquização entre corpos e práticas trans, Santos (2017) nos apresenta uma discussão com considerável potencialidade para a análise de condições e possibilidades para a docência trans, além de perceber um mapa estático nessas experiências. Ainda sobre docência trans, mas agora com a análise sobre a escolarização de doze professoras travestis e transexuais de diferentes regiões do Brasil, Franco (2013) apresenta uma análise de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas e questionários, reconhecendo que a atuação dessas professoras em escolas da rede pública de ensino é uma característica marcante do grupo, ancorando na apresentação dos campos identitários analisados.

De acordo com Franco (2015) é possível perceber uma carência do universo trans no contexto educacional, podendo perceber que autor é o único a apresentar um estado da arte acerca dos estudos que se debruçam sob a relação entre o universo trans e a educação com recorte temporal de 2008 a 2014. Com reflexões acerca do uso do banheiro, o uso do nome social e outras abordagens sob a dimensão conceitual de uma “pedagogia do insulto”, “pedagogia do respeito” a partir de uma perspectiva pós-estruturalistas.

A partir dos trabalhos encontrados, foi possível visualizar o campo da transexualidade ainda de forma muito insipiente, frente as 207 produções encontradas. Das 11 publicações voltadas as transexualidades e travestilidades publicadas em 15 anos de existência do GT, consideramos que foi possível identificar alguma dimensão da solidão na vida de pessoas trans: uma solidão epistêmica, uma vez que ainda permanecem sem voz ou lugar no maior fórum de debate sobre educação no país.

Seja no estudo das estruturas sociais que abarcam essas experiências ou das próprias identidades, os trabalhos se mostraram interessados no campo da transexualidade, servindo de motivação à expansão da temática no campo da educação. Todavia, a educação não pode se eximir da presença dessas identidades

femininas em suas produções. Aqui, e infelizmente, o campo da educação ainda carregam marcas de uma cartografia cri-hétero-colonial que alija certos corpos da ideia de sujeito cognoscente tão cara às matizes liberais da instituição universidade, produzindo, ainda, uma reafirmativa de um epistemicídio das onto-epistemologias dissidentes – como é o caso da epistemologia trans que surgem com o dever de “problematizar a matriz normativa que tem excluído todos e todas que destoam dessa macroestrutura reguladora” (ALEXANDRE & SALGADO, 2017, p. 20).

Mais do que isso, são pequenos vazamentos no insistente modo como a violência que desumaniza corpos trans e travestis persiste como um epistemicídio dos saberes trans, construindo, ainda, uma solidão epistêmica que faz com que as vozes de trans e travestis ainda seja um fraco eco, uma rachadura, um pequeno vazamento em um modo de conceber a pesquisa em educação ainda tão marcada pela ideia moderna de sujeito da razão: “é uma forma de seqüestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural em que outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Com isso, podemos inferir que de fato há uma violência que norteia a solidão epistêmica identificada nos escritos analisados que atravessa a vida de pessoas transexuais na educação, onde a experiência transexual acaba relevando “traços estruturantes das verdades para gêneros, para as sexualidades e subjetividades” (BENTO, 2009, p. 111), devendo ser pensada enquanto espaço para o avanço das pesquisas educacionais promovendo assim uma educação mais inclusiva e que de fato sirva a educação como um todo.

Pelo exposto, chegamos à compreensão de que, ainda, há um saber cisgenerificado que contribui diretamente à constituição de uma solidão epistêmica no GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd. A intenção aqui não é, de maneira alguma, deslegitimar a importância do fórum, mas, convidar a todas/os as/os pesquisadoras/es a refletir sobre a importância de aprender a partir de leituras outras que surgem das nascentes dos processos de resistências. Escrever-se é um ato político!

3. Um terreno fértil sendo semeado na/para a Educação

Ao nos depararmos, entre tantas pesquisas realizadas sobre as experiências de mulheres transexuais e travestis, trabalhos feitos por mulheres transexuais e

travestis a partir de sua própria carne, produzindo suas “escrevivências” chegamos no sentido de resistência. Resistir ao controle de seus corpos, onde a solidão se alimenta da violência também epistemológica. Consideramos, portando, chamar à cena um questionamento que até então tem nos atravessados em diferentes momentos da pesquisa, construindo pontes e desafiando fronteiras silenciadas.

No âmbito da CAPES têm operacionalizado a Política de Ações Afirmativas em seus programas, realizando um recorte populacional às pessoas trans* que já denotam uma presença marcante na academia, no sentido de reivindicarem esse local de poder ainda tido como divergente às experiências abjetas. Em nossa pesquisa, foi possível identificar que há muitos programas com reserva de vagas para pessoas trans* em conjunto com pessoas negras, indígenas, quilombolas, PCD's, refugiadas, entre outras. Nos dados apresentados, buscamos trazer alguns programas com reserva específica às pessoas trans.

Nos deparamos com um terreno ainda tímido à operacionalização das PAA para o acesso, permanência e desenvolvimento da População Trans em programas de pós-graduação em educação do país. Se de certa forma, as PAA possibilitam o ingresso de pessoas trans* na pós-graduação, ainda não encontramos evidências dessas ações sob a oferta de bolsas de estudo e/ou manutenção acadêmica de auxílio à realização das pesquisas desenvolvidas.

Mesmo diante de tantos ataques à Educação Brasileira nos últimos anos, acreditamos em dias melhores, onde construiremos redes de afetos e de solidariedade no enfrentamento das mazelas sociais que o conservadorismo implica em instituir, sobretudo, as camadas mais populares. Os reflexos disso é o frágil acesso à educação pública de maneira a alcançar o desenvolvimento dos indivíduos em sua forma mais ampla, incluindo a construção das identidades sociais e afetivas.

A pesquisa em educação tem se mostrado desperta a receber novos entornos (somos prova disso) com vista ao avanço do contexto educacional brasileiro. A formação docente se constitui como um aspecto essencial a esse processo, visto que ligados às transformações sociais, poderemos construir redes de apoio e de avanços para o alcance dos planos educacionais no desenvolvimento social e cognitivo da sociedade. Com isso, poderemos pensar uma sociedade com menos violência e atenta as principais particularidades do contexto educacional, cabendo refletir estrategicamente as estruturas e formulações para o futuro do nosso país.

Em suma, é preciso que ocorra uma análise crítica, teórica e desconstrucionista na educação com relação a produção do conhecimento sobre transexualidade. O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para que educar” (MISKOLCI, 2012, p. 51). Já não se deve mais limitar as vidas de mulheres transexuais e travestis no caminho patológico, pois essas vidas já ocupam um lugar de análise nas relações de gênero que reiteram os múltiplos caminhos que o gênero pode percorrer mesmo na abjeção. Quando elas (mulheres transexuais e travestis) estiverem ocupando todos os espaços, aí saberemos que alcançamos um terreno para além das ruas e da marginalidade que antes, limitava tais identidades dissidentes à vida em meio a solidão.

À GUIA DE UM ATÉ BREVE

Aqui não. Você vai ter que lutar pra chegar onde eu cheguei. É que em terra de bixa macho nunca vai ser rei. Ei macho, cê vai ficar engasgado. Com as travestis entrando na universidade. E saindo de doutorado.

Faces - Bixarte.

Xica Manicongo foi escravizada. Mas a força tá viva. Entre nós tá espalhada.

Rap de Favela - Bixarte

E, aqui, até o nascimento de outra possibilidade - desatamos.

Nos entornos de um até breve, percebo que a realização dessa pesquisa, intitulada: “A intolerável companhia que me faço: a solidão como dimensão daviolência às mulheres transexuais e travestis”, me desmorona enquanto humano, professor e incipiente pesquisador no campo dos estudos de gênero. O caminho foi de entender, conforme nos permite Clarice Lispector, que sempre precisarei das outras – para aprender, e, em seguida, ensinar. Aprender de forma contínua – construindo, reformulando e desmoronando. Ensinar de maneira coletiva, tomando a experiência do outro como fio norteador ao processo que vislumbro na/para a educação e a formação docente.

Talvez cheguemos a algum lugar olhando para fora de nossa zona de conforto, reconhecendo que a luta por uma inteligibilidade de gênero às experiências de mulheres transexuais e travestis. Esse é o nosso compromisso. Me encontro em um momento de realização, mas, principalmente de gratidão. Gratidão a todas as mulheres transexuais e travestis que me constróem como cis-aliado, mostrando-me que, se faz mais do que necessária à minha cooperação para o avanço da sociedade na construção de espaços seguros e que permitam o atravessamento das fronteiras antes silenciadas.

Todos os desmoronamentos que nos perpassaram na realização desse estudo, contribuíram significativamente a um processo ímpar de ratificação de nossas leituras, a partir da existência e resistência de autoras/es transexuais e travestis. A *cis*-aliança como potência de escrita nos circunscreve frente a escrevivência como potência de afirmação de saberes outros, não mais enquanto sujeitos generificados e racializados, mas como sujeitos de resistência à normalização cis-hetero na educação.

De modo a pensar as aplicações e perspectivas da pesquisa, consideramos importante difundi-la no âmbito acadêmico e social em diferentes espaços. Esperamos, que em outra primavera (doutorado), possamos investigar as Políticas de Ações Afirmativas para Transexuais e Travestis no Brasil enquanto potência vida de resistência à educação normatizadora. Para além disso, a contribuição singela dessa pesquisa, abre precedentes para que outras sejam realizadas em nosso programa, enquanto o melhor programa de pós-graduação em educação do Estado de Sergipe.

Com toda sorte, e esse é o meu desejo, poderei contemplar mulheres transexuais e travestis ultrapassando a solidão, e afirmando moradia, mesmo em terras que outrora não foram suas. Poderei dizer, em um futuro não tão distante, que avançamos enquanto seres humanos no respeito à dignidade humana de todas as pessoas em suas mais plurais noções de existências. Espero, que Xica Manicongo ressurja em cada mulher transexual e travesti ao enfrentar o *cistema*. Vocês jamais estarão sozinhas.

ABREU, Lua Lamberti de. **Ped-drag-ogia como modo de tensiona/inventar territórios educacionais heterotópicos**. 2019. 120f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Educação, Maringá (PR), 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2018.

ALEXANDRE, Bruno do Prado; SALGADO, Raquel Gonçalves. Infância, Corpo e Travestilidade em Memórias da Escola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: <https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em 18.set.2021.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; MOTA, Maria Veranilda Soares. Docências que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero: a escola como espaço de imposições de poderes e resistências. In: 32^a Reunião Nacional – ANPED. Caxambu, 2009. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2009.

AMARAL, João. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: UFC, 2007. 21 p. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 14.ago.2020.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, MarLucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 175-196.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?**. 2010. 268f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12364>. Acesso em 12.maio.2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (ANPG). **Modelo inédito da CAPES resultará no corte de milhares de bolsas de Pós-graduação**. *Online*. Publicado em 27.fev.2020. Disponível em: <https://www.anpg.org.br/27/02/2020/modelo-inedito-da-capex-resultara-no-corte-de-milhares-de-bolsas-de-pos-graduacao-2/>. Acesso em 25.out.2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **DOSSIÊ – assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs.). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. 136 p. Disponível

em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acessado em: 12.fev.2021.

BALTHAZAR, GREGORY DA SILVA e MARCELLO, FABIANA DE AMORIM. Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2018, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230047>. Acesso em 12.abr.2022.

BALTHAZAR, Gregory da Silva. Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar. **Educar em Revista**. online. 2020, v. 36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69557>. Acesso em 11.ago.2021.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de Sociologia do Desvio. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Primeiros Passos, n. 328).

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. online. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1243>. Acesso em 15.abr.2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2011, v. 19, n. 2, pp. 549-559. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em 15.out.2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BIXARTE - Mixtape Faces. Produção de Big Jesi. Música: **Faces**. João Pessoa: Bbs Studios, 2019. (1200 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fR7qHAtw0DQ>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BIXARTE - RAP DE FAVELA (Feat.: Rafa Rasta). Produção de Emerson Cavalcante. Intérpretes: Bixarte. Música: **Rap de Favela**. [S.l.]: Bbs Studios, 2019. (180 min.), son., color. Participações: Rafa Rasta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yKo1iNjBJXI>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. online. 2002, n. 19, pp. 20-28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>. Acesso em 14.set.2021.

BRAGA, Denise da Silva. A experiência transexual: estigma, estereótipo e desqualificação social no intramuros da escola. In: 34ª Reunião Nacional – ANPED. Natal, 2011. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2011.

BRASIL. **LEI nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 31.ago.2021.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Vida precária*. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. **Contemporânea - Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades**, 2011. ISSN: 2236-532X. n. 1 p. 13-33.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Lieber, Andreas. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARDOSO, Helma de Melo; DIAS, Alfrancio Ferreira. Saberes Trans em Universidades Nordestinas. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1689-1712, dez. 2020. e-ISSN:1519-9029 DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14208>.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em 20.nov.2021.

CARVALHO, Stella. **A mantenedora do ritual**. São Cristóvão/Se: [S.e.], 2021. 13 p. Projeto Gráfico: Luíz Matheus Brito.

CAVICHIOLO, Anderson. **Dandara Katheryn: a mulher de nome bonito**. 1.ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Quatro intervenções para uma Pedagogia Queer. In: 31ª Reunião Nacional – ANPED. Caxambu, 2008. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um nome próprio: Travestis e Transexuais nas escolas brasileiras. In: 32ª Reunião Nacional – ANPED. Caxambu, 2009. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2009.

CRUZ, Maria Helena Santana. Questões acerca da pesquisa e educação. In: BERGER, Miguel André. (org). **Novos prismas para o debate de questões para a Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; POCAHY, Fernando. (Org). **Produção de conhecimento em gênero, sexualidade e educação**: subversões, resistências e reexistências. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 226p.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista do Ceam**. ISSN 1519-6968. Brasília. v. 5. n.º 1. jan/jul. 2019.

DENARDIN, Jaqueline Angelo dos Santos. **O discurso televisivo e o sujeito transexual**: sentidos e silenciamentos na mídia / orientador(a), Dantielli Assumpção Garcia, 2019. 135f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Escrivivências trans* como potência. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 59, p. 329-344, 29 out. 2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(viência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Idéia: Editora Universitária UFPB, 2005. Livro não paginado.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Subversão e Resistência no GT23 da ANPEd a partir de Michel Foucault. **Revista Arte de Educar**. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54561/35160>. Acesso em 10. nov.2021.

FONSECA, José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras Transexuais e Travestis Brasileiras e seu processo de Escolarização: caminhos percorridos e obstáculos

enfrentados. *In*: 36ª Reunião Nacional – ANPED. Goiânia, 2013. **Anais**. Goiânia: ANPED, 2013.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Universo Trans e Educação: construindo uma área do conhecimento. *In*: 37ª Reunião Nacional – ANPED. Florianópolis, 2015. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades. *In*: **Dissidências sexuais e de gênero**. Leandro Colling (org.). Salvador: EDUFBA, 2016. 240 p.

JESUS, Victor de. **Minuta de Defesa das Ações Afirmativas para Pessoas Trans e Travestis no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)**. 2019. *online*. Disponível em: https://cienciassociais.ufes.br/sites/cienciassociais.ufes.br/files/field/anexo/minuta_de_defesa_das_aa_para_pessoas_trans.pdf. Acesso em 05.fev.2022.

KLEIN, Carin; DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. *In*: MEYER, Dogmar Estermann; PARAÍSO, MarLucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 226 p. 65-87.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LANZ, Letícia. **O Corpo fora da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curitiba (PR), 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LINN da Quebrada - **Serei A ft. Liniker (Áudio-Vídeo Oficial)**. Produção de Vincenzo. Intérpretes: Linn da Quebrada; Participação: Liniker Barros. Música: Serei A. São Paulo: Estúdio Yb Music, 2017. (240 min.), son., color. Imagem principal: Linn da Quebrada e Jub do Bairro Fotografia e Captação de Imagem: Nu Abe Edição: Bia Bem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6KUD5CJrgVE>. Acesso em: 25 maio 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 176 p.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v.2, n.25, p. 59-76, jul/dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2001, v. 9, n. 2, pp. 541-553. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Acesso em 11.abr.2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade & Cultura**. Cidade do Porto, POR. nº 25, 2007, p. 235-245.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. 3. ed. rev. amp.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Argos)

MAZA, Luh. **35| Liniker - Forever Young**. Direção de del. Intérpretes: Liniker. Roteiro: Luh Maza. Música: *Forever Young - Alphaville*. [S.I.]: Fauna, 2019. (292 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5KHta5xSdys>. Acesso em: 10 maio 2020.

MENESES, Cleber Souza. **Diáspora Trans**: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero. 2020. 345f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia; orientador: Marcelo Alário Ennes, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

MEYER, Dogmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, Dogmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. 226 p. 17-24.

MEYER, Dogmar E. Estermann; RIBEIRO, Cláudia Maria; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Gênero, Sexualidade e Educação: 'olhares' sobre algumas perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E. *In*: MARIA, Cláudia Dal'; POCAHY, Fernando. (Orgs.). **Produção do conhecimento em gênero, sexualidade e educação**: subversões, resistências e reexistências. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 226 p. 58-80.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcrJvdn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 10.jun.2021.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças; 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 84 p.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. (Orgs.). **Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2017. 207 p.; ISBN: 978-85-205-0691-2

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Descolonizando Sexualidades e Currículo na Escola**: confetos produzidos por jovens da Ilha. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/51056426-De-mestrado-em-educacao.html>. Acesso em 21.set.2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. (Feminismos plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

NEVES, Paulo Sérgio da Costa; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Percepções de Justiça Social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. *In*: BERGER, Miguel André. (org). **Novos prismas para o debate de questões para a Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Tradução Luiz Felipe Guimarães Soares. **Revista Estudos Feministas**, 8 (2), 2000.

OLIVEIRA, Andréa Hermínia de Aguiar. **O Debate sobre Cotas Universitárias**: Itinerários da prática pedagógica na Universidade Federal de Sergipe. 2013. 210f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O Diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em 10.set.2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisa pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**. v 34. n 122. P. 283-303. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLShYpcM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15.jun.2021.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias Pós-Críticas em Educação e Currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. Capítulo. 1. p. 25-45.

PASSOS, Amilton Gustavo da Silva. **Uma ala para travestis, gays e seus maridos: pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de porto alegre**. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2002, v. 10, n. 1, pp. 155-167. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em 14.set.2020.

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do Salto Alto: Histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira**. 2013. 162f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98604/000922589.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17.maio.2020.

RIBEIRO, Cláudia; FILHA, Constantina. (2014). Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. **Revista Periódicus**. v.1. 167. 10.9771/peri.v1i2.12886. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324855042_Trajektorias_teorico-metodologicas_em_10_anos_de_producao_do_GT_23_da_Associacao_Nacional_d_e_Pos-Graduacao_e_Pesquisa_em_Educacao_-_ANPEd. Acesso em 15.ago.2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROLNIK, Suely. **Esfera da insurreição: notas para uma vida não cafetizada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSA, Flávia; BARROS, Susane. **Manual para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Grupo Tiradentes**. Aracaju: EDUNIT, 2019. 120 p.

RUMÃO, Felipe. **Banheiro público: um pesadelo trans**. São Paulo: Giostri, 2021. 120 p. ISBN: 978-65-5927-122-1.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de**

gênero no espaço acadêmico. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2019.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A escola como empreendimento biopolítico de governo dos corpos e subjetividades transexuais. In: 36ª Reunião Nacional – ANPED. Goiânia, 2013. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2013.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Docência Trans*: entre a decência e a abjeção. In: 38ª Reunião Nacional – ANPED. São Luiz, 2017. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2017.

SANTOS, Linda Brasil Azevedo. **Gênero e Sexualidade em Educação: um mapeamento das teses e dissertações do Norte e Nordeste brasileiro**. 2020. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SANTOS, Sandro Prado. Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia. In: 39ª Reunião Nacional – ANPED. Niterói, 2019. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, Nº 1, julho de 2009. ISSN: 2175-3423.

SENNA, Ariane Moreira de. **A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal**. 2021. 185f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2021.

SIERRA, Jamil Cabral. Gilda e a vida queerizada. In: 36ª Reunião Nacional – ANPED. Goiânia, 2013. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2013.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/202. Disponível em: <file:///C:/Users/samwr/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf>. Acesso em .jun.2020.

TORRES, Marco Antonio. Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência Rede Trans Educ Brasil. In: 36ª Reunião Nacional – ANPED. Goiânia, 2013. **Anais**. São Paulo: ANPED, 2013.

VENTURINI, Anna Carolina. Questão racial: desigualdade, conflito e poder. 41º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. ISSN 2177-3092. 2017a. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11080-aco-es-afirmativas-para-pos-graduacao-desenho-e-desafios-da-politica-publica-1/file>. Acesso em: 12.maio.2022.

VENTURINI, Anna Carolina. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**. v.47 n.166 p.1292-1313 out./dez.2017b.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019. 216 p.

VICENTINI, Paulo Fagundes. Editorial: Terceiro Mundo ou Sul Global? **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.4, n.8, Jul./Dez. 2015 | p.7-8. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/63029/36978>. Acesso em 10.fev.2022.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

YORK, Sara Wagner. **Tia, Você é Homem? Trans da/na educação: Des(a)afiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/16716>. Acesso em 02.jun.2021.